

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES
AGRÁRIAS-UFG.

**CENTRALISMO POLÍTICO E TRADIÇÃO HISTÓRICA:
cidade de Goiás (1930-1978)**

Cristina Helou Gomide

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História das
Sociedades Agrárias como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre. Área de concentração: relações cidade/campo.

GOIÂNIA

1999

**CENTRALISMO POLÍTICO E TRADIÇÃO HISTÓRICA:
cidade de Goiás (1930-1978)**

CRISTINA HELOU GOMIDE

Dissertação defendida e aprovada em 28 de dezembro de 1999, pela

Banca Examinadora constituída pelos professores

Dulce Oliveira Amarante dos Santos (orientadora –
UFG)

Nasr Nagib Fayad Chaul (UFG)

Maria Izilda Santos de Matos (PUC-S.P.)

Noé Freire Sandes (suplente – UFG)

Dedico à Lucy, ao Deoclides, aos meus irmãos Alexandre e Rogério, meus bens mais queridos, patrimônio da minha vida.

AGRADECIMENTOS:

Ao Lúcio, meu companheiro de todos os dias.

Ao José Filho, funcionário do antigo palácio dos governadores, por sua cortesia e prestatividade.

Ao Marco Antônio Veiga, por me emprestar seu precioso acervo fotográfico.

Aos homens e mulheres que eu entrevistei, um agradecimento especial, por ter me dado o prazer de escutá-los.

À Sueli, da Pousada do Ipê, que conseguiu dar um gosto mais divertido aos cajuzinhos e mangas vilaboenses.

Aos funcionários do Arquivo Geral da Cúria Diocesana de Goiás – cidade de Goiás-GO, por ter nos recebido com simplicidade.

À tia Nádia e à Marita, pelo carinho amigo.

À minha vovózinha Aida, que sempre torceu por mim.

Aos meus mais novos companheiros de trabalho da Feclita, em especial ao Marcelo e ao Wellington, que discutiram comigo as “controvérsias” sobre meu objeto de estudo.

Aos meus novos alunos, que me trouxeram novamente, os prazeres e confrontos de uma sala de aula.

À Diane, minha comadre querida, irmã de risadas e lágrimas, de textos lidos, de trocas e comunhão. Agradeço pelo prazer da convivência intensa.

À Renatinha, que, com sua “brava” presença tornou mais ameno meus momentos de tensão.

À turma de 1997 e outras pessoas do mestrado: Mônica, Adriana, Claudio, Gleidson, Cleomar, entre outros, gente que conseguiu movimentar o dia-a-dia do mestrado. À Clara Duran, pelo apoio profissional.

Ao Eliézer, que discutiu comigo meu trabalho.

À amiga Eliesse, que escutou minhas lamúrias e as debateu comigo, me dando força.

Ao Ramir, por me indicar e confiar seu acervo particular de documentos e diários de família.

Ao José Jorge, agradeço por tê-lo conhecido e com ele convivido.

À Dulce Amarante, que me orientou e dividiu comigo as horas de ansiedade.

Ao Nasr Chaul, agradeço pelo bom humor e por tantos livros emprestados.

Aos professores Nóe e Sérgio, pelas sugestões.

Aos companheiros de trabalho, Carla e Clever por acreditarem no meu trabalho.

À Cristiane e Renata Helou, por trabalharem comigo em prol do resultado final das fotografias.

Agradeço ao corretor desse trabalho, Luís Araújo, pela atenção e profissionalismo.

Ao Eduardo, que sentou em frente ao computador comigo para adequar esse trabalho às normas propostas.

Ela não é hoje objeto da fúria dos incomodatas, mas, bem ao contrário, do zêlo dos defensores de suas tradições, mantendo a nostalgia do tempo de ouro.

Refulgências do passado!...

Saudades que fazem pulsar mais violentamente o coração, lembrando-lhe áureos tempos!...

Goiaz dorme...e sonha. Sonha o mais belo e grandioso sonho que se possa conceber. Sonha que seus filhos, irmanados por um mesmo ideal, fazem o juramento sagrado de empenhar toda sua energia para o seu engrandecimento e progresso. Sonha muitas outras causas bonitas...e continuará sonhando até o dia em que um despertador vier acordá-la.

Paulo E. Póvoa. Cidade sonhadora (1941)

SUMÁRIO

Introdução-----	12
Capítulo 1 – As imagens da cidade de Goiás-----	18
1.1- A configuração do espaço urbano vilaboense-----	20
1.2- A construção da imagem do atraso-----	37
1.3- Paisagens urbanas e cotidiano na cidade-----	45
1.4- Formas urbanas coloniais <i>versus</i> crescimento populacional-----	55
1.5- Antecedentes político-econômicos da Revolução de 1930 em Goiás-----	67
Capítulo 2 – A cidade de Goiás diante do discurso da Modernidade (1920-1945)-----	89
2.1- O “aproveitador do momento”-----	89
2.2- Goiânia, um contraponto à cidade de Goiás-----	101
2.3- “Não podemos ficar à margem”-----	124
2.4- “Quando mudô a capital parecia que ia acabá a cidade”---	142
Capítulo 3 – Da preservação à construção da imagem de cidade histórica (1945-1978)-----	157

3.1- O patrimônio simbólico-----	158
3.2- Descentralização política: respostas ao discurso antimudancista-----	177
3.3- A primeira atuação do Sphan: interação com os anseios de quem ficou-----	183
3.4- Patrimônio-recurso: movimentação da paisagem urbana--	189
Conclusão-----	198
Fontes-----	206
Bibliografia-----	216
Lista de Figuras-----	227

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	
Paisagem da cidade de Goiás no século XVIII -----	227
Figura 2	
Casa de Câmara e Cadeia-----	228
Figura 3	
Traçado da antiga Vila Boa, em 1902-----	229
Figura 4	
Revolução de 1909 e início do caiadismo-----	230
Figura 5	
Interior de uma casa vilaboense com as conversadeiras na Janela-----	231
Figura 6	
Traçado original de Goiânia-----	232
Figura 7	
Igrejinha de Santa Bárbara-----	233
Figura 8	
QUARTEL do 20º, final da década de 1920-----	234
Figura 9	
LICEU de Goiás, na rua dr. Corumbá-----	235
Figura 10	
Antigo palácio do governo-----	236

Resumo

Esse trabalho refere-se à cidade de Goiás, que foi sede política desde o período colonial até a década de 1930, quando ocorreu, legalmente, a transferência da capital para Goiânia. Percebemos que tal acontecimento estimulou a construção da imagem da cidade degradada, e, com base nisso, criou-se o discurso da tradição como justificativa para a preservação do espaço urbano. Assim, nosso período de análise está entre 1930 até 1978, quando deu-se a Segunda fase de tombamentos por parte da secretaria do patrimônio histórico e artístico nacional (Sphan) na antiga capital.

Analisando a mudança da capital a partir do olhar daqueles que lá permaneceram, observamos que se construíram dois discursos: um que atribuía o conceito de atraso à antiga Vila Boa; outro que a exaltava como raiz da cultura goiana. Para perceber essas impressões, lançamos-mão, sobretudo, de relatos orais dos moradores que ficaram na cidade de Goiás após a mudança, bem como a imprensa da cidade.

Utilizando a cidade como texto, nosso objetivo foi, a partir daí, mapear a trajetória da cidade de Goiás, de sede política para cidade histórica. Averiguamos que esse processo foi se efetivando à medida que a comunidade antimudancista mostrava-se resistente ao vazio causado pela transferência da capital. Diante disso, construiu-se um discurso que defendia o reconhecimento da história da cidade como forma de sobrevivência do espaço urbano. Assim, foram se edificando os conceitos de preservação e de patrimônio histórico-cultural para a comunidade. Em contrapartida, na década de 1950, o Sphan atuou na cidade, tombando alguns prédios históricos. Numa Segunda fase, no final da década de 1970, o órgão citado promoveu o tombamento de malhas urbanas, demonstrando a modificação do conceito para a instituição.

Com base no reconhecimento da tradição histórica da cidade, foram criados os museus, cujo papel à época era revitalizar a paisagem da cidade por meio da circulação de pessoas. Dessa forma, o espaço da cidade recebia um novo estímulo, movimentando seu ambiente, antes abandonado, demonstrando que a cidade histórica, é, antes de tudo, parte das relações sociais tanto entre os homens do passado quanto do presente.

Introdução

O objeto de estudo dessa dissertação é a cidade de Goiás, sede política da capitania, da província e do Estado de Goiás, desde 1748 até 1937, com a transferência da capital para Goiânia. O recorte temporal escolhido, 1930-1978, justifica-se devido ao fato de que nesse período houve a construção da imagem da cidade histórica. De um lado, na década de 1930, a construção da nova capital planejada, Goiânia, produziu mudanças nas relações sociais entre os moradores vilaboenses. Por outro lado, a secretaria do patrimônio histórico e artístico nacional (Sphan), promoveu, em duas fases, tombamentos dos bens histórico-culturais da cidade de Goiás.

A importância desse trabalho será percebida à medida que apontarmos a trajetória da formação da cidade histórica a partir da transferência da capital. Além de tentar desvendar as impressões de quem ficou na cidade, dando uma nova abordagem sobre o assunto, esse trabalho poderá contribuir também na compreensão do processo que conduziu a cidade de Goiás a candidata ao patrimônio histórico da humanidade. Mostraremos nessa dissertação, uma análise histórica do período proposto, tendo como base, a temática da cidade.

No século XVIII e XIX, a cidade aparecia como objeto de estudo de pesquisadores locais, assim como na literatura de viagem, os primeiros tentando mapear a história de suas próprias cidades, os segundos procurando construir relatos a respeito dos locais pelos quais passaram. Esses trabalhos, entretanto, configuravam mais relatos descritivos das cidades e seus costumes. No decorrer do século XIX, a temática ganhou perspectiva nova, pois as primeiras tentativas de história urbana vieram influenciadas pelo novo perfil industrial das cidades. A

partir daí, primou-se por tentar definir a cidade- para efetivar o conceito, criaram-se duas variáveis: a cidade enquanto variável independente; a cidade enquanto variável dependente. Na primeira, a cidade era interpretada como um mundo a parte, diferente, exótico (nesse caso, tratava-se de uma tendência da micro-história, de uma história que tentava mapear aquilo que parecia não estar representado nos grandes sistemas). Na segunda, o estudo de cidade estava integrado num sistema mais amplo (a perspectiva era estudá-la dentro de vários sistemas: econômico, político, social, tratando-se então de uma macro-história.)¹

Nesse sentido, durante o século XIX na Europa, alguns meios urbanos eram o centros políticos – a cidade era o local da burguesia, era o motor do progresso, o local da civilização e do desenvolvimento. Cidade e campo tornaram-se definições ainda mais antitéticas: o campo era encarado como o local da inércia, do atraso, porém, era no campo que se concentrava a aristocracia fundiária. A definição de cidade esteve então, ligada nesse momento à idéia do diferente, do mundo *sui generis*. O campo era o lugar da mesmice, o oposto do que se acreditava existir no meio urbano. Essas concepções de cidade e campo estão presentes também na literatura de viagem, pois, em grande parte dessa produção, temos os relatos de viajantes europeus, muitas vezes imbuídos de um referencial que não era o do próprio local, mas sim daquele ao qual eles pertenciam: o espaço urbano europeu, já em contato com o que para eles era modernidade (infra-estrutura, disciplina e trabalho).²

¹ JANSEN, Harry S. J. Wrestling With the Angel: on problems of deficiation in urban historiography. *Urban History*, 23(3): 277-299. Cambridge University Press, Dez, 1996.

² Dentre vários, podemos citar alguns autores goianos como Itami Campos, Barsanufio Gomides Borges e Nasr Chaul, tal qual veremos mais adiante.

Com o tempo, ocorreram oscilações entre as definições da cidade enquanto variáveis independente e dependente. Dessa forma, existia também o discurso contra a cidade. Esse retratava a miséria dos moradores do espaço urbano, a corrupção dos costumes, a desagregação familiar gerada pela sedução dos ambientes noturnos, a desumanidade e desigualdade social (divisão de classes), a falta de higiene, entre outros.

Entre os anos 1900 e 1940, surgiu uma metodologia da história urbana, caracterizada por métodos diversos: a demografia histórica; em pequena parte, a história cultural; a história política do meio urbano; estudos sobre a geografia urbana (espaço urbano); ao lado dessas tendências, temáticas sócio-econômicas (trabalho).

Após esse período, a pesquisa histórica continuou ganhando novas metodologias em função da pluralidade de temas e fontes. A escola metódica que, até fins do século XIX, tinha na fonte escrita a referência básica para a estruturação da pesquisa e da exposição da mesma, foi de certa forma contraposta pela escola dos *Annales* que, por incentivar a interdisciplinaridade, abriu as portas também a outras fontes históricas, como é o caso da oralidade, vista, a partir daí, não mais como uma fonte na íntegra, mas como um recurso que dava ao pesquisador as impressões dos sujeitos na história, não mais a história das instituições, mas a história social de homens e mulheres. Preocupando-se menos com a política e supondo como real o social, havia uma proposta de uma história regional entendida em uma totalidade maior, e não mais fechada em si mesma. Na cidade, temos o ambiente da memória, das impressões, das relações entre os seres que a habitam e o meio físico em que vivem. É essa imagem da cidade que tentamos apreender. Visualizando o espaço

urbano como um campo de experiências políticas, tentaremos perceber as interferências dos contextos políticos nas transformações da cidade de Goiás, nosso objeto de estudo.

Esse trabalho procura, com base em fontes como as posturas municipais, ou relatos orais, entender o cotidiano das pessoas e suas representações acerca da cidade e da transferência das capitais (de Goiás a Goiânia) para compreender a base em que se constroem e “solidificam-se” os discursos políticos que despertam reações, formando opiniões e influenciando as mudanças urbanas.

Com a intenção de melhor discutir as imagens edificadas na cidade de Goiás após a transferência da capital, utilizaremos o jornal *O Democrata*, da cidade de Goiás, os códigos de posturas municipais da antiga Vila Boa (fins do século XIX e de 1924), as atas da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, relatos de viajantes europeus, e fontes iconográficas, bem como da bibliografia que discute o assunto. Utilizaremos também, dos *folders* turísticos dos locais abertos à visitação pública na cidade de Goiás.

Investigando o processo que conduziu a cidade de Goiás à cidade histórica, apontaremos reportagens de outros jornais da cidade de Goiás, *A Coligação* e *Cidade de Goiás*. Além desses veículos, serão considerados, o jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba-MG, assim como as palestras sobre higiene, proferidas na Rádio Tupi, na década de 1940. Os relatórios do governo estadual, bem como as atas da Assembléia Legislativa e alguns diários oficiais nos ajudarão ainda a compreender a política da época. E enfim, para perceber o que ocorreu na cidade de Goiás depois da transferência da capital goiana e a quantidade de pessoas que ali permaneceram, utilizaremos os dados de batismo

do Curato de Sant'Ana, de 1925 a 1948. Além destas fontes, a iconografia será também um elemento importante, já que estaremos falando de imagens criadas, de representações construídas.³ Utilizaremos ainda, do jornal *Gazeta de Goiás*, fundado após-1945, na cidade de Goiás. Visando compreender a transferência da capital a partir do olhar de quem ficou, tentaremos mapear a trajetória da cidade, capital do Estado, para cidade histórica.

Uma série de questões norteou o presente trabalho. Qual foi o modo pelo qual a cidade de Goiás adquiriu a imagem de centro histórico? Será que essa era a vontade dos moradores de lá? O que seus moradores sentiram com a transferência da capital para Goiânia? O que era antes, e, como depois se construiu o patrimônio cultural dos vilaboenses? Em que aspectos a política vigente interferiu na vida das pessoas da cidade? Que imagens foram criadas acerca da cidade de Goiás e de Goiânia? Será que essas imagens criadas podem ter influenciado na formação da cidade histórica? Foi devido à construção da nova capital que a cidade de Goiás se tornou candidata, atualmente, a patrimônio histórico e cultural da humanidade (pela Unesco/ONU)? Concomitantemente, como amadureceu a idéia de proteção do patrimônio no Brasil (seja ele histórico, cultural, artístico, arqueológico, etc)?

Para responder a essas questões o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, "As Imagens de Goiás", busca pesquisar a fundamentação do discurso político que permeou o período da transferência da capital após a Revolução de 1930, da cidade de Goiás para Goiânia. Para tal intento, voltará à época da construção do espaço urbano da antiga Vila Boa, no

³ O acervo fotográfico que será aqui utilizado, é particular e foi cedido por Marco Antônio Veiga, da cidade de Goiás.

século XVIII, para, dessa forma, visualizar a edificação da cidade, seus prédios e casas, ruas e igrejas. Investigará na história, como se construiu o conceito de tradição na antiga capital goiana. Buscará explicar as formas de desenvolvimento da cidade de Goiás, e, em que aspectos pode ser comparada com as cidades brasileiras modernas de maior porte, como Rio de Janeiro e São Paulo.

O segundo capítulo, A Cidade de Goiás diante do discurso da modernidade (1920-1945), tratará de analisar as interferências políticas de 1930 a 1945, e como elas interferiram no cotidiano da cidade de Goiás. Verificará as construções de imagens urbanas políticas da época e sua relação com a construção da nova capital. Mostrará Goiânia, sob a ótica da cidade planejada e, discutirá a visão dos que ficaram na antiga Vila Boa após a transferência, analisando as representações de seus moradores sobre todos esses acontecimentos.

O terceiro capítulo, Da preservação à construção da imagem da cidade histórica (1945-1978), discutirá os conceitos de preservação, bem cultural e patrimônio histórico cultural. Enfocará uma reflexão sobre os referidos conceitos sob dois aspectos, para os moradores da cidade de Goiás e para o órgão protetor do patrimônio no Brasil. Nesse contexto, enfocará a criação do museu e seu papel social urbano. Por outro lado, explorará os direcionamentos políticos pós-1945, e como esses novos rumos interferiram na formação da imagem da cidade histórica. Apresentará os tombamentos dos prédios e conjuntos arquitetônicos da cidade de Goiás, em duas fases: a primeira, na década de 1950, a segunda, na década de 1970.

Em suma, mapearemos nas próximas páginas a problemática da trajetória da cidade de Goiás, de centro político a cidade histórica.

Desvendaremos as imagens criadas acerca de seu espaço urbano, os discursos que emergiram dessas representações, que ainda hoje estão presentes.

CAPÍTULO 1- As imagens da cidade de Goiás

Pensando na cidade como o espaço de experiências políticas, passamos a observar a produção historiográfica acerca do ambiente urbano das capitais goianas. As cidades de Goiás e a capital, Goiânia, têm sido alvo de constantes discussões acadêmicas, e, a partir daí, dos conceitos de “decadência, atraso e modernidade”.

Nesse trabalho, a intenção não é reavivar tais discussões para remetê-las a uma nova avaliação. Temos o intuito de abordar as diversas visões, com base na historiografia local, que permeiam os textos de viajantes e escritores de época, obras de alguns administradores ou homens públicos, bem como as de autores e pesquisadores mais recentes, cujas interpretações ganharam um novo sentido, à medida em que também os estudos acerca da história da cidade ganhavam também um novo rumo metodológico.

Procuramos entender os modos de vida do período colonial em Goiás no decorrer do século XIX, pois a partir daí pudemos compreender o discurso político que compôs o cenário goiano do século XX, sobretudo após a revolução de 1930, e principalmente com a construção da nova capital. A preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade de Goiás, a partir de 1950, está diretamente condicionada a sua história e manutenção urbanas, já que é com base nas

mesmas que o órgão competente julga necessário ou não proteger o acervo histórico da cidade. Dessa forma, é preciso que discutamos também o conceito de preservação ao longo dos anos, as primeiras preocupações com o ambiente histórico nacional e sua importância em cada época. Para falar de tudo isso, é necessário informar ao leitor todo o processo histórico da cidade de Goiás, e, para tanto, em alguns momentos, será necessária a referência ao contexto histórico da região goiana, uma vez que não há como referir-se à capital sem abordar questões estaduais. Nossa abordagem traz à cena política do século XX conceitos pensados no decorrer dos séculos XVIII e XIX, daí a justificativa do retrocesso à história local. Preocupamo-nos em observar os estigmas produzidos, da Colônia ao período republicano, bem como condutas cotidianas consideradas “insatisfatórias” para o que se almejava.⁴

Visando compreender o discurso que efetivou a transferência da capital do estado de Goiás, da cidade de Goiás para Goiânia, na década de 30 do nosso século, fizemos um retrocesso histórico e percebemos o quanto a literatura dos viajantes europeus dos séculos XVIII e XIX via o ambiente goiano como “feio”, distante, pouco salubre, local do preguiçoso. O cenário do arraial de Sant’Ana, mais tarde Vila Boa de Goiás, é o nosso primeiro local de busca, já que foi ela, quando se tornou capital, o espaço urbano que centralizou as discussões políticas oficiais até o período da transferência para Goiânia. Além disso, foi na Colônia que se constituiu a maior parte da paisagem urbana que se pretendia preservar e traduzia-se em patrimônio histórico.

⁴ Na Colônia, o “ocioso” não era bem aceito e era moralmente combatido, pois primava-se pelo trabalho em função do período da exploração. No decorrer do período imperial, a situação para o trabalhador permanecia, e a República não mudou esse quadro, pois primava-se pela produção – no caso da primeira república, ainda voltada bastante para o exterior, e na segunda, sobretudo após 1930, para a produção e exploração internas.

1.1- A configuração do espaço urbano vilaboense

Desprovido de estradas, o caminho de chegada a Goiás, vindo do litoral, era árduo, fazendo do trajeto uma verdadeira aventura. De acordo com Luís Palacín,⁵ era a caça e escravidão do índio o que conduzia homens e suas bandeiras a locais tão distantes do que os colonizadores conheciam por “civilização”. Entretanto, a descoberta de ouro nas Minas Geraes, na última década do século XVII, gerou um ambiente de euforia — o ouro, símbolo da riqueza e atrativo da ambição de europeus e paulistas, havia se tornado realidade na Colônia. Depois de Minas, descobriu-se ouro em Cuiabá, Mato Grosso. Situado entre Minas, São Paulo e Mato Grosso, a “parada” em Goiás era prevista, pois já havia bandeiras na região, preocupadas em encontrar um novo trajeto por via fluvial a Cuiabá. E, no início do século XVIII, Bartolomeu Paes se ofereceu ao Rei para abrir caminho até o Rio Grande. Nesse mesmo período, o governador da capitania de São Paulo havia contratado Gabriel Antunes Maciel para encontrar o caminho para Cuiabá, mas este, por sua vez, desistiu – devido ao alto custo da viagem. Bartolomeu insistiu, entrando de sócio – ele e seu irmão – na Bandeira do

Interessante, porém, é perceber que esse “ócio” muitas vezes era decorrente da não adaptação do trabalhador às normas impostas por seus empregadores ou pelas autoridades de forma geral.

⁵ PALACÍN, Luís. *O Século do Ouro em Goiás – 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Ed UCG, 1994, p. 150.

Anhanguera. Era a melhor hora para tal ousadia, pois estava certa a presença do ouro em Goiás, que se localizava entre Minas e Cuiabá.

Por outro lado, para os habitantes da capitania de São Paulo, era muito bom o empreendimento de expedições, sobretudo que pudessem proporcionar mais “descobertos”, ampliando também os limites reais da capitania paulista, gerando um bom conceito para a região e ampliando as capacidades econômicas do local. Minas já havia se tornado uma capitania independente, e São Paulo desejava se mostrar forte. Goiás entretanto mostrava-se cheio de obstáculos – a falta de estradas e a hostilidade indígena agravavam a situação de distância. Foi a Bandeira do Anhanguera (em 1720, equipada – fora o restante da tropa – com três paulistas, dentre eles, Bartolomeu Bueno da Silva) que conduziu às descobertas das minas na região. À época da chegada do Anhanguera no local, foi fincada uma cruz, denominada Cruz do Anhanguera – marcando a presença e fixação das bandeiras na região goiana que mais tarde fora chamada Vila Boa. Em 1727, foi edificada a primeira capela do lugar: Capela de Santana, erguida por Bueno. Em 1743, sob iniciativa do Ouvidor Geral de Goiás, a demolição da capela deu início, no mesmo local – Praça do Jardim – à construção da Igreja de Santana – catedral da cidade de Goiás. Tal atitude foi justificada mediante a crescente demanda populacional na região.⁶

As construções iniciavam-se marcando o povoado enquanto centro de importância mineratória. De acordo com Luís Palacin,⁷ foi com os descobertos de ouro em Goiás que o local foi incorporado à história nacional. Mesmo assim, a

⁶ Folder Cidade de Goiás – Atrações Turísticas. Goiás: Sebrae-GO. COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás – Vila Boa*. v. 1, Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999, p. 53-4. A construção da catedral, entretanto, caracterizou-se pela má qualidade, fazendo desabar o teto em 1753. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a catedral sofreu reformas com o apoio da população local. A mesma foi tombada e posta sob a proteção federal em 1978, e, no plano estadual, em 1980.

população do arraial, que após doze anos se tornou vila, mais tarde a cidade de Goiás, capital do estado, era, entretanto – conforme Palacin –, um local muito quente, pouco ventilado, representando, portanto, um centro político climaticamente “deslocado” em relação ao restante do território goiano, que contava com outras cidades promissoras,⁸ constituindo-se, a partir de uma Igreja, o local caráter colonial.

No caso de outras regiões brasileiras, a situação não era diferente, e a colonização traduzia-se pela fixação de espaços urbanos e pela exploração e produção no local. Surgia, como outros, o arraial de Sant’Anna, permeado pela vida aurífera. Porém, as localidades, nas suas mais diversas funções, recebiam atenção também de forma variada. Ao mesmo tempo em que Goiás emergia como centro de exploração aurífera, a região pernambucana era alvo da primeira preocupação, que se tem notícia, com a preservação da história nacional. Em 1735-1749, o Vice-Rei do Estado do Brasil começou a se preocupar com a proteção dos monumentos históricos em Pernambuco, manifestando a necessidade de se manter as construções deixadas ali pelos holandeses. Ao mesmo tempo que os monumentos em Pernambuco eram alvo de preocupação, surgia o arraial de Sant’Anna, ainda vinculado à capitania de São Paulo. Dessa forma, o sentido histórico e o tratamento às mais diversas regiões brasileiras são obviamente bastante diferentes. O conceito de preservação – num plano mais geral – foi se constituindo ao longo da história. Enquanto a preocupação com Pernambuco representava a primeira menção à proteção do patrimônio histórico arquitetônico no Brasil, o século XVIII, na Vila Boa de Goiás, marcava-se pelas

⁷ Ver PALACIN, Luís. *op cit.* p. 21.

⁸ PALACIN, *op. cit.*, p. 25

várias construções atualmente consideradas importantes ao acervo turístico da cidade. Uma delas foi a Casa de Fundação, criada em 1752 por Conde dos Arcos – primeiro governador de Goiás.⁹ Ou seja, enquanto emergia pela primeira vez a idéia de “preservação” do bem cultural no país, Sant`Anna iniciava a construção de seu acervo cultural arquitetônico.

A produção nas minas de Goiás, no decorrer dos primeiros anos, foi “quase sobre-humana”,¹⁰ impulsionando a vida urbana no local. Mas, para as gerações que vieram depois, restou a penúria - não a riqueza. Não havia, portanto, a preocupação em manter o povoado, mas sim a tristeza do esgotamento do ouro e sua respectiva fonte de renda. A vida urbana se tornou menos “eufórica”, e seu caráter explorativo foi gradativo, impulsionando a economia proveniente do campo.

A região goiana experimentou o gosto da euforia do ouro. Mas, apesar dos descobridores e exploradores terem contribuído com a região por meio da abertura dos caminhos e estradas, em 1753, ano de maior produção de ouro no local, seguiu-se, posteriormente, a “decadência” das minas de Goiás. Depois disso, a população deixou de crescer avidamente e passou a crescer lentamente, somente pelo seu aumento vegetativo, e não pela imigração de novos trabalhadores. A busca aventureira pela riqueza deu lugar a um meio urbano mais pacato e específico – sem tantos migrantes. Os moradores das ruas

⁹ Folder Cidade de Goiás – Atrações Turísticas, Goiás: Sebrae-GO. COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás*. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999, p. 45. Localizada à Rua Luiz do Couto (Rua da Fundação) n.1, a Casa de Fundação iniciou sua construção a partir de cinco edifícios residenciais, nos quais além da Casa de Fundação do ouro, seria erguido também o Palácio dos Governadores. Em função da decadência da mineração, deixou de existir como tal a partir de 1822. Entre 1852 e 1867 foi utilizada pela Tipografia Provincial. De 1867 a 84, foi depósito de artigos bélicos. De 1922 a 37, serviu como sede da Justiça Federal. Depois de 1922, entretanto, uma reforma descaracterizou sua fachada que ganhou aspecto de arquitetura eclética. Funcionou como sede do Clube Goiás até 1985. Após restauração, o prédio hoje serve ao Ministério Público da cidade de Goiás.

apresentavam-se em grande número, e com a chamada decadência, a “vadiagem” se tornou ainda pior. Eles eram brancos sem emprego, sem renda, que viviam de pequenos trabalhos, nunca fixos, e isso não era decorrente do “esvaziamento” que ocorreu após o esgotamento das minas, já que em Goiás a quantidade de “vadios” era grande também à época do apogeu da mineração, e ainda nesse período intimidava a segurança pública.¹¹

Entretanto, no primeiro ano da segunda metade do século XVIII, o caráter político e o crescimento local foi representado nas edificações. Em 1751, foram compradas cinco casas que seriam demolidas em seguida para dar lugar ao Palácio Conde dos Arcos, que serviu para abrigar o governador da capitania de Goiás. Em 1822, a denominação capitania foi substituída por província, e o governador, por presidente. Dessa forma, foram trinta e oito presidentes, de 1822 a 1889, até a instituição da República, quando a província passou a ser denominada de Estado, e os presidentes novamente foram chamados governadores.

A construção do palácio nos primeiros anos de edificação daquele espaço urbano, tornou-se um marco na história da antiga Vila Boa, já que efetivava a condição de centro político ao local. Iniciou-se aí uma trajetória que inseria o antigo arraial no contexto das discussões políticas regionais, pois, desde 1748, Dom João, Rei de Portugal, havia criado os governos de Goiás, Minas e Cuiabá, de forma a serem independentes da administração da capitania de São Paulo.¹²

O espaço urbano que se constituiu no século XVIII tornou-se parte do acervo histórico da cidade no século XX. Em contrapartida, os relatos da literatura

¹⁰ PALACIN. *ídem*, p. 28

¹¹ PALACIN p. 73

de viagem – como veremos adiante – apontam aspectos negativos do mesmo e sua relação com os modos de vida da população. O que percebemos ao reler tal literatura é que o discurso da década de 1930, período da transferência da capital de Goiás para Goiânia, encontrou, nas narrativas do passado, subsídios para apontar o atraso da capital do estado de Goiás no século XX. Ou seja, o discurso político de 1930-40 fundamentou-se nos séculos XVIII e XIX, para obter argumentação necessária e respaldo para a mudança da capital. A mesma história do atraso e do ócio deu sustentação também para os primeiros tombamentos da década de 1950, quando a arquitetura colonial mantida serviu de esteio para a sobrevivência da cidade em termos de importância regional e nacional.

A capital da capitania de Goiás era reconhecida pelo seu ciclo aurífero. Como capital da província de Goiás, sua importância era a de centro político. Essa situação política de importância permaneceu até 1933, quando ocorreu a decisão de transferência da capital. Entretanto, com a mudança da capital, o vazio foi inevitável, já que mudaram-se os órgãos estaduais e seus respectivos funcionários. Sua importância, porém, foi retomada por essa mesma história, já que em 1950 ocorreram as primeiras iniciativas de proteção ao acervo histórico e artístico da cidade.

A importância histórica colonial do período do ouro em Goiás ficou evidenciada no século XX. Mas a historiografia acerca dessa época apontou questões que nos ajudaram a definir o cotidiano local como “pacato”. É provável que um dos grandes problemas da diminuição da produção aurífera fosse o trabalho, no qual os mineiros não incentivavam seus filhos – legítimos e ilegítimos

¹² Folder do “Centro Cultural Palácio Conde dos Arcos”, cidade de Goiás-GO.

– a substituí-los.¹³ O incentivo dado a eles era normalmente a milícia ou a Igreja. A má distribuição das terras e das águas também gerava dificuldade. Além disso, não se obtinha, num mesmo circuito de trabalho, a união entre escravos, terras e águas. Em contrapartida, os mineiros abusavam do crédito, e por isso se endividavam, comprometendo ainda mais a produção.

A população restante, já desiludida com a exploração do ouro, havia intensificado depois de alguns anos a prática rural – a agricultura e a pecuária. A prática rural entretanto, permaneceu como base da economia da região, e foi nesse contexto que a cidade de Goiás foi se inserindo numa vida econômica ligada à produção no campo. Emergia, aí, um sentido de preservação, trazendo à tona a atividade rural, já existente desde a época do ciclo do ouro, mas pouco evidenciada em função da euforia em torno do mesmo.

A comunidade precisava se preservar no seu aspecto econômico e na condição de centro político. A resistência da comunidade fica evidente no que se refere a esse primeiro vazio, causado sobretudo em função do esgotamento do ouro e do fim da “aventura”, tornando Vila Boa, aos olhos externos, mais pacata do que atrativa. Essa história, no que se refere à memória da comunidade local, à formação de seu patrimônio cultural, não se apresenta como um vazio decadente, mas sim como um esvaziamento temporário, no qual o local permaneceu na condição de centro político. O “esvaziamento” causado pelo término da euforia aurífera não estagnou, porém, as construções da cidade, sobretudo no que se

¹³ Os filhos legítimos eram fruto de casamentos legalizados perante a lei e a Igreja. Portanto, os ilegítimos eram resultado da união não legalizada. Não acreditamos, porém, que o trabalho ou a falta dele tivessem gerado tal situação. Mediante a falta de incrementos técnicos da época, o estancamento seria inevitável.

refere a prédios administrativos e religiosos. Na segunda metade do século XVIII, em 1761, foi edificada a Casa de Câmara e cadeia pública, cujo projeto fora mandado pela corte portuguesa e se estabeleceu à época como o maior do gênero em toda a capitania (ver figura 2). Além deste, quatro igrejas importantes foram erguidas: Igreja de São Francisco, em 1761; Igreja de Nossa Senhora da Abadia, em 1770; Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, em 1779; e Igrejinha de Santa Bárbara, em 1780. A penúltima, foi edificada sobre os alicerces de uma das casas de Bueno, o Anhanguera.¹⁴

O final do século XVIII na cidade de Goiás, também viu nascer o Chafariz de Cauda, criado para abastecer a comunidade em 1788. Sua função era fornecer água potável à população, demonstrando, portanto, a preocupação em se estruturar a vida cotidiana do cidadão local. A entrada para o século XIX em Goiás foi marcada por suas raízes rurais ainda presentes. Mas esse elemento não lhe era peculiar, já que esta era uma característica que permeava as cidades brasileiras de modo geral.

Os padrões de colonização portuguesa, no Brasil, foram implantados de forma a se desenvolver “uma civilização de raízes rurais.”¹⁵ Nesse sentido, Sérgio

¹⁴ Folder Cidade de Goiás – Atrações Turísticas, Goiás: Sebrae-GO. COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás*. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999, p. 27-28. A Casa de Câmara e Cadeia foram tombadas em 1951 no âmbito federal. Em 1980 já estava sob a proteção estadual. Atualmente conhecida como Museu das Bandeiras. Entretanto, quando em 1950 foi transformada em museu, algumas modificações internas foram feitas para facilitar o acesso dos visitantes aos recintos – celas. A Igreja de Nossa Senhora da Abadia foi restaurada em 1978 pelo SPHAN. Já a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte foi transformada em museu: Museu da Boa Morte. Sua construção, em forma octogonal (com oito lados) é propriedade da Diocese de Goiás, desde sua criação, e funciona sob responsabilidade administrativa do IPHAN. Seu acervo e sua manutenção estão também sob responsabilidade do IPHAN. O patrimônio nele reunido engloba várias imagens de família, como explica o folder do Museu de Arte Sacra da Boa Morte – Cidade de Goiás-GO, Ministério da Cultura/Pronac-Mecenato, Apoio: Telegoiás. “A reunião do acervo começou em 1957, quando um antiquário apareceu em Goiás e comprou inúmeras imagens das famílias da região. Quando a esposa do dono do Hotel onde estava hospedado tomou conhecimento dessas compras, comunicou o fato ao Bispo de Goiás (...) que comprou as peças do antiquário, não permitindo que esse acervo saísse da cidade.”

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras: 1997, 220p, p. 73.

Buarque de Holanda explica que até 1888, período da abolição da escravatura, as cidades brasileiras não passavam de dependências da colônia. Era no meio rural, onde de fato se desenrolava a vida econômica e social dos primeiros séculos de domínio europeu. A abolição se tornou um marco divisor na história da cidade no Brasil. Após a abolição, as efervescências das novas relações de trabalho geraram o embrião para um ambiente urbano original. A cidade de Goiás, portanto, evidenciava seus traços rurais, sem ser exceção em relação ao restante da Colônia, nem do Império.

No século XIX, por exemplo, a criação do Mercado Municipal na cidade de Goiás, em 1857, demonstra uma preocupação em ordenar o comércio na cidade. Além do mercado, a criação do Cemitério Público de São Miguel, em 1859, revela os anseios de higiene e disciplina que um espaço público pressupunha abrigar.¹⁶ À época, inclusive, tornava-se definitiva a discussão acerca do enterro nas igrejas e os problemas que este poderia causar à saúde da comunidade. Até que a idéia de promover enterros nos cemitérios fosse aceita, muitos levantes (que consideravam anti-cristão o enterro nos cemitérios) ocorreram e retardaram tal prática.¹⁷ Sob esse prisma, percebemos o empenho local em implantar formas higiênicas e normatizadoras de vida a todas as camadas da população, garantindo, para o espaço da capital, um ambiente salubre.

Assim, a cidade de Goiás, mesmo subjugada aos padrões gerais de posturas do Império brasileiro, mantinha-se de forma a desenvolver uma vida própria, tal qual qualquer outro ambiente urbano que tenha se constituído no período colonial e que tenha sobrevivido. Nesse sentido, entender Rio de Janeiro

¹⁶ Folder Cidade de Goiás – Atrações Turísticas, Goiás: Sebrae/GO.

e São Paulo a partir do início do século XX, é procurar os referenciais de cidade para um Brasil que se pretendia moderno, e não simplesmente compará-las a essas, principalmente num período que a cidade de Goiás ainda era distante em termos de estradas e transporte.

Enquanto se constituíam novos padrões de modernidade no Brasil,¹⁸ a cidade de Goiás lutava pela existência e manutenção do Gabinete Literário de Leitura. Nesse mesmo período, tem-se notícia da segunda tentativa de proteção do patrimônio histórico e cultural no Brasil. O ministro do Império ordenou aos presidentes das províncias que estes obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional. Além disso, o Ministro pediu ao diretor das obras públicas da corte, que tomasse cuidado no momento da reparação dos monumentos históricos brasileiros, para que estes não tivessem danificadas suas inscrições.¹⁹ A necessidade de preservação aparece nesse momento, diretamente ligada aos assuntos políticos, pois as inscrições, em documentos e bustos de “grandes homens” da história, sempre desempenharam um papel de reforçar a memória das pessoas acerca dos projetos oficiais.²⁰ Em Goiás, promover a leitura – mesmo que entre as elites – era uma forma de elevar a capacidade do poder local.

A fundação do Gabinete Literário remete-nos à preocupação local em estimular a intelectualidade da comunidade, ou seja, uma luta de estímulo à

¹⁷ Ver REIS, João José. *A Morte é uma Festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 333-8.

¹⁸ Ao longo do trabalho pudemos perceber que os “padrões de modernidade” referiam-se à quantidade de pessoas residentes na cidade, bem como as necessidades básicas oriundas desse aumento populacional. Com tanta gente de fora, com toda atração que a cidade passou a oferecer no imaginário das pessoas, a modernidade dos prédios e as ruas da mesma estava inserida num ambiente onde pretendia a animação.

¹⁹ Ver *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. MEC/SPHAN próMemória, 1980, p. 13

²⁰ Sobre memória ver LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/SP: UNICAMP, 1996.

intelectualidade e à memória na comunidade. Em 1864, época de sua criação por exemplo, o gabinete destinava suas verbas à compra de livros para seu acervo, sendo essas obras de erudição e cultura. Essas eram em grande parte adquiridas na livraria Garnier, no Rio de Janeiro, e em São Paulo. O trajeto dos livros, dessas cidades para a cidade de Goiás era efetivado por meio de tropas habituadas a fazer a transação comercial com esses centros urbanos. O transporte demorava dezenas de dias. Em 1871, sofreu sua primeira crise e foi fechado por falta de recursos financeiros – assim, o gabinete não se manteve de forma estável até o ano de 1881.

O gabinete possuía uma espécie de missão cultural na cidade, e, mesmo em meio às dificuldades, reergueu-se três anos depois, tendo inclusive ampliada sua sala e seu mobiliário.²¹

Nesse período, a cidade de Goiás era parte da história do Império, ao mesmo tempo em que carregava os traços históricos do Brasil colônia. Além disso, a antiga Vila Boa caracterizava-se por ser um espaço urbano, no qual os hábitos do campo ajudavam a compor o cenário urbano. Como vimos, as cidades brasileiras não se diferenciavam tanto nesse aspecto. Antes da chegada da família real ao Brasil, no decorrer do século XVIII, as sociedades e os núcleos familiares ainda se encontravam no campo. Era no espaço rural - e não no urbano - onde se encontrava a família organizada, na qual estavam os escravos referentes às atividades de plantação, bem como os escravos da casa, além de

²¹ A cidade de Goiás constituía-se no centro político da província, portanto a vida na cidade era permeada das discussões acerca do assunto. Instituir o Gabinete Literário era muito mais um complemento à vida na capital do que a prioridade local. Incentivar atividades culturais era na verdade ajudar a compor o cenário do centro político de decisões de Goiás. Como poderia uma capital não estimular a intelectualidade? A tradição, garantida pelas famílias locais que compunham os grupos políticos, era primordial na composição desse cenário administrativo.

agregados. Estes aumentavam o círculo familiar e, portanto, contribuíam para a crescente autoridade do “pater-famílias”.

Essas famílias possuíam, então, um chefe, e, até o século XIX, esse modelo familiar de poder e convívio permaneceu muito mais no campo do que na cidade.

Mas foi no início do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, que se iniciou esse processo de transformações, no qual a vida da cidade ganha uma nova perspectiva. Nesse momento, tem-se as várias transformações que permeiam grande parte do século XIX, sobretudo as transformações urbanas do final do mesmo século. Os chefes e suas respectivas famílias rurais, carregados das relações que mantinham, de “comando” regional, simbolizavam o que Sérgio Buarque de Holanda denomina de poder “privado”. O autor refere-se a eles como um setor único, no qual a autoridade não tem concorrentes, uma vez que na família prevalecia o princípio do respeito, da obediência e da união entre todos os homens.

A família colonial, desprovida de sentido político e carregada do cotidiano doméstico, invadiu o espaço público, num mesmo momento em que se percebia a precipitada emergência dos centros urbanos brasileiros, antecipada de fato pela chegada da família real portuguesa em 1808. Depois disso, em função da independência do Brasil, quando os grandes senhores rurais começaram a perder parte de seus privilégios,²² muitos deles se envolveram na vida pública ou nas profissões liberais. Abarrotados da mentalidade familiar colonial, de um poder doméstico e “antipolítico”, eles adentraram o espaço urbano em ascensão. Sérgio Buarque de Holanda divide politicamente o Brasil desde 1.500: primeiro o período

Colonial, depois o Império e, finalmente, a República. Entretanto, não se trata de uma análise que mostra continuidade, e sim a permanência da estrutura de poder. Isso quer dizer que, para o autor, o ambiente político das cidades brasileiras tinha suas raízes na época colonial.

Se pensarmos no arraial de Sant'Ana ou em Vila Boa de Goiás à época da colonização, das bandeiras, dos descobertos e da decadência da mineração, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, veremos o poder das oligarquias rurais, bem como sua inserção na vida política das cidades. A cidade de Salvador, que até a vinda da família real era o centro urbano de importância, “cedeu lugar” ao ambiente carioca.

Porém, fica difícil discutir a cidade de Goiás como um pólo de emergência, tal qual o que ocorreu com o Rio de Janeiro, após a vinda da família real. Na verdade, as transformações urbanas cariocas, decorrentes da presença real, constituíram um cenário diferente do qual se percebia em Goiás. Na cidade de Goiás do século XIX, os hábitos do campo acabavam influenciando o cotidiano da cidade. Com base nisso, o que podemos captar na historiografia de Goiás é que permaneceu a importância do campo sobre a cidade, e foi isso o que serviu de sustentação ao discurso político que compôs o cenário do pós Revolução de 1930 em Goiás.

A capital goiana – a cidade de Goiás - vivia um ambiente específico de disputa e desenvolvimento que lhe era peculiar. O que a inseria na condição de centro de importância era sua história, sua condição de sedidora do Palácio Conde dos Arcos, sua cultura política constituída por meio das disputas entre grupos político-familiares, formados no decorrer dos anos. Dessa forma, a cidade

²² HOLANDA. op. cit., p. 82

de Goiás era, ao mesmo tempo, o passado colonial e o centro das decisões de toda a região goiana. Sua condição política, seu caráter de sobrevivência, bem como seu acervo arquitetônico, constituíam-se num peculiar patrimônio cultural. Seu espaço urbano desenvolvia seu tempo próprio, portanto, designava seu próprio progresso, suas normas peculiares aos seus referenciais de necessidade – às suas bases “rurais” ou “pacatas”.

Sérgio Buarque de Holanda viu no passado colonial as raízes do Brasil republicano. Mas no caso dos olhares dos viajantes, cujas impressões e relatos marcaram tanto a constituição das imagens locais de Goiás, Murilo Max observou, com base em fontes iconográficas, o olhar colonizador. Esse olhar, esboçado nos desenhos, revela as representações desses europeus, que viam nas cidades coloniais aquilo que de fato marcava a presença do colonizador: as Igrejas e os fortes. Sem vislumbrar um transporte aéreo, criavam imagens que foram passadas para o papel, numa visão do alto. Vista de frente, mostrava o olhar do viajante que chegava à colônia. Vista de cima, a cidade marcava as idealizações do que a reproduziam, ou seja, vislumbravam enxergar os ideais europeus solidificando-se no Brasil, seus desenhos retratam os olhares que remontam uma vista aérea, e os mapas, bem como as plantas urbanas, refletem muito dessa visão de cima, uma influência européia. Neles, as igrejas e os fortes são ressaltados, evidenciando as estratégias de colonização²³ (ver figura 1).

Dessa forma, a cidade se transformava a seu tempo, e, no decorrer dos primeiros anos da República, nascia o Colégio Santana, para mulheres. A particularidade dessa escola para a cidade está no fato de ter sido fundada por

²³ MAX, Murilo, Olhando de cima e de frente. *Revista USP* (Dossiê Brasil dos Viajantes). São Paulo, 30:171-181, jun/jul/ago/1996. p. 174.

oito irmãs dominicanas vindas da França, em 1889. As irmãs instalaram-se numa casa dada pelo bispo local, na qual constituíram a escola. Além desta, mais duas residências foram acopladas ao estabelecimento, que passou a abrigar todas as moças filhas das famílias mais tradicionais da cidade. Destinada às filhas da elite, em 1907, as escolas Dominicanas foram equiparadas às demais escolas do Estado de Goiás. Além desta, havia em Goiás, com cursos e escola normal, o Colégio: Sagrado Coração de Jesus (de Porto Nacional) e Colégio de Santa Catarina (de Bela Vista). No Colégio Santana, as moças recebiam educação necessária para um bom desempenho no lar. Destinado ao sexo feminino, todas as instituições abriam vagas para meninos somente na década de 1960.²⁴

O Brasil como um palco, no qual não há continuidade, mas permanecem as estruturas de poder. Compartilhando das idéias de Sérgio Buarque de Holanda, Emanuel Araújo analisou a sociedade colonial e viu no “patrimônio religioso” um elo que deu início a vários núcleos urbanos,²⁵ caracterizando cidades tradicionais. A característica do espaço de povoamento no período colonial é seu aspecto rural, e o espaço urbano surgiu através do espaço religioso. É a igreja que dá unidade ao local, garantindo inicialmente, a formação da “freguesia”, e, a partir daí, a Vila passou a ser uma unidade leiga com a construção da câmara, onde funcionava também a cadeia. Aliás, o sino tinha a função de chamar as pessoas para as sessões da câmara. Na câmara normalmente se discutiam as posturas municipais – códigos locais referentes às necessidades de cada município, cujo texto pode reportar-se às mais diversas temáticas, do policiamento e construção, ao comportamento do cidadão nas vias

²⁴ Folder do Centro de Memórias do Colégio Santana de Goiás – cidade de Goiás-GO.

públicas.²⁶ Dotada de igreja, palácio administrativo, casa de câmara e cadeia, entre outros, a cidade de Goiás não era exceção.

Como um patrimônio colonial de caráter rural, a cidade de Goiás aparece no contexto histórico como um centro de peculiaridades interessantes, já que permaneceu quase a mesma em termos arquitetônicos. Revelando parte das intenções políticas municipais, da época, e apontando o espaço urbano como local de experiências de poder, observamos nos códigos de posturas municipais do final do século XIX, as tentativas normatizadoras inerentes aos ambientes urbanos em geral.

Na verdade, foram várias as cidades que surgiram do meio rural, sobressaindo daí uma norma: o meio urbano que foi uma consequência das brechas do campo. Talvez seja por isso que as cidades não-litorâneas já tenham sido pejorativamente denominadas “cidades do interior”. Nas cidades do litoral, a situação era diferente: havia mais movimento devido aos portos; o acesso era mais fácil, e a segurança era obtida por meio da construção de fortes de defesa. Nesse sentido, a cidade não-litorânea carregou consigo o estigma da menos desenvolvida. Mas a cidade de Goiás, além de interiorana, era também repleta de “não-trabalhadores”, “preguiçosos” e “iletrados” – como descreveram relatos e pesquisas aqui citadas. Por isso, aos olhos dos visitantes e administradores da época, os decadentes mineradores não conseguiram se reerguer. Remontado parte do cotidiano posterior à decadência das minas, tentamos perceber as

²⁵ ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios – transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2^a ed – Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

²⁶ Enquanto as Ordenações Filipinas definiam os códigos gerais, os códigos de postura definiam os padrões municipais.

representações que geraram o ambiente de mudança que acompanhou a cidade de Goiás, anos depois, com a Revolução de 1930 e seus atos “transformadores”.

No caso da cidade de Goiás, esse cenário arquitetônico colonial, marcado pela simplicidade dos traços portugueses, possuía características próprias. Mesmo assim, as casas dividiam suas paredes umas com as outras, os quintais eram enormes e as janelas, apesar de grandes, voltavam-se para as ruas, rumo ao olhar dos curiosos. Com a chegada do Império, a cidade permaneceu com seus traços de raízes coloniais. E, com a República, a cidade de Goiás, capital do estado de Goiás, continuava lembrando os tempos da Colônia. Talvez, para os “modernizadores”, uma bela cidade do passado, que deveria necessariamente mudar. Seus traços lembravam, de fato, uma época de dominação, constituída entre morros e próxima demais aos “rios do ouro” – já não tão “cheios de metal”.

A peculiaridade arquitetônica da cidade de Goiás, todavia, não está na sua aparência colonial, mas no seu tempo próprio e tardio em relação aos centros urbanos que absorveram, com mais imediatismo, as tendências européias de fachada. Durante muitos anos, a cidade não apresentou novas formas e estilos de construção e,

De 1890 a 1932, foi construída em média uma casa por ano, ao mesmo tempo em que três desapareciam. Ou seja, a aparência da cidade praticamente não se modificou.²⁷

No decorrer de 1890 a 1932, o uso das cores também não foi variado, e as construções não se mesclaram de novas técnicas. O fator mais característico da cidade, porém, é que ela não representa uma cidade do século XVIII, mas tem

em seu aspecto arquitetônico – no que se refere às fachadas – elementos históricos recebidos tardiamente, em função de seu “isolamento”²⁸ e seu desenvolvimento próprio, menos influenciado pelos referenciais europeus de construção. Mas esses referenciais não podem ser descartados.

No caso de Goiás e Minas Gerais, onde os núcleos urbanos se iniciaram no próprio local de exploração – junto aos cursos d’água – temos uma formação não muito planejada, na qual é a busca pelo ouro que impulsiona o surgimento de povoados. Percebemos que a falta de vínculo com a região, exemplificada pela “visão individualista do mineiro”, pode ter sido um agravante no processo de decadência das minas. E, apesar do descaso com outras atividades, como agricultura e pecuária, o ex-mineiro precisou se adaptar às novas condições econômicas, se tornando, forçada e abruptamente, em “criador e lavrador”.

O espaço urbano, como uma posse da metrópole, sofreu as intervenções da Coroa, que seguiu os padrões de arquitetura portuguesa das demais regiões colonizadas. Mas entre as normas de construção e a prática dela, algumas características foram peculiares. Tal qual os demais centros urbanos surgidos a partir dos descobertos, Vila Boa possuía um ambiente decorrente das construções edificadas nos arredores do Rio Vermelho. Algumas medidas referentes à formação arquitetônica aparecem um tanto esparsas na documentação régia, enquanto muitas das determinações de construção dos prédios do local seguiram os critérios da população que a executavam.²⁹

²⁷ Dossiê do Patrimônio Histórico da Humanidade. Cidade de Goiás. Proposta – Formulário da Unesco, 1999, p. 2.

²⁸ Dossiê do Patrimônio Histórico da Humanidade. Cidade de Goiás, Proposta - Formulário da UNESCO, 1999, p.2

²⁹ NEIVA, p. 138, 144, 145, 163. O século XIX, ainda referencial de exploração do ouro, era marcado por núcleos urbanos que surgiam em função dos descobertos. O arraial de Sant’Ana, inclusive, serviu de

Em poucas palavras, a cidade de Goiás se construiu de forma a seguir modelos e demandas locais, unindo ideais colonizadores com a peculiaridade da vida no lugar. Dessa forma, seu patrimônio cultural ia se edificando, constituindo um ambiente que mais tarde faria parte da história e da tradição da comunidade. Assim, temos aí, do modo como foi apresentada, a construção da imagem positiva acerca da antiga Vila Boa.

1.2- A construção da imagem do atraso

Como vimos, a distância dos demais centros urbanos da Colônia não impediu a chegada dos caçadores de “tesouro”. A “invasão” dessas pessoas contribuiu para o aumento da população, mostrando-se, a partir daí, seus primeiros sinais de “civilização”.³⁰ Adentrar o Brasil era também buscar riquezas naturais, “descobrir” novos espaços para ocupação. Os que desbravavam em nome de tais ideais vinham em prol da civilização que aos seus olhos ainda não existia. A exploração do ouro incrementava a vida local – de riqueza e aventura.³¹

Porém - no ambiente descrito pela literatura de viagem - predominavam as brigas, fugas dos homens (cansados de seus desentendimentos conjugais) e a impunidade. Interessa-nos perceber que, aos olhos de alguns viajantes, o “desapego” conjugal pode estar ligado à falta de disciplina e moral, à falta de sentimento familiar, sempre tão pregado pela Igreja Católica no decorrer dos

referencial a muitos dos descobertos posteriores. Dessa forma, os centros urbanos surgiram, não somente em Goiás, como em todas as regiões mineradoras, a partir da existência dos veios auríferos.

³⁰ “Civilizar” aparece aqui como ordenamento do espaço e dos hábitos dos moradores do local. Esse ordenamento, obviamente, não se referia aos já existentes na vida indígena, mas nos referenciais de constituição de espaço urbano seguido pelos exploradores e desbravadores.

³¹ POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: USP/Itatiaia, 1976, p. 128.

séculos. Num ambiente indisciplinado, a administração era também uma preocupação.³²

No caso da abordagem dos viajantes europeus, as peculiaridades locais ganham um sentido exótico à medida que estes têm para a região uma visão externa. Não é primordial para os mesmos a compreensão da constituição desse centro político, mas sim sob que condições ele ocorre. Assim, o ambiente urbano e cultural torna-se foco de suas observações, além de retratar as impressões externas sobre a antiga Vila Boa. As visões dos viajantes europeus e a forma com que os historiadores locais descreveram o ambiente se diferem muito pouco. Na verdade, vale observar como essa documentação escrita deixada por eles, tem feito parte da história da cidade de Goiás. Fica difícil falar na história dessa cidade sem utilizá-los. Por isso, é necessário relê-los e levantar algumas de suas opiniões, pois nos seus relatos fica evidente o olhar do que era encontrado e o desejo do que se almejava. Os critérios de civilização para europeus e administradores, ambos imbuídos de uma mesma intenção, eram semelhantes: povoar e organizar.

Aos olhos do viajante da Bohemia, Johann Emanuel Pohl, a capitania de Goiás era a segunda maior do Brasil à época da colonização, perdendo somente para a capitania de Mato Grosso. Tendo percorrido a capitania durante quatro anos, na segunda década do século XIX, o viajante observou o cultivo de trigo, milho, mandioca, e até a criação de gado. Mesmo assim, refere-se, em seus relatos, a um povo inculto e, por isso, improdutivo. As histórias contadas a Pohl

³² Essa discussão da indisciplinada é importante, porque posteriormente, no discurso que contribuiu para a construção da cidade de Goiás enquanto patrimônio da humanidade, a origem do local foi consagrada, tendo se tornado parte primordial da justificativa de tradição e história da comunidade. Para os moradores, o local serviu de referencial a bandeirantes e viajantes que estabeleceram-se e constituíram ali um importante espaço urbano – sobretudo por causa da exploração do ouro.

acerca da riqueza de alguns homens, a partir da exploração do ouro, pareceram-lhe tão exageradas, que ele se refere aos habitantes enriquecidos pela extração do ouro como “lendas”. Sua curiosidade aguçada e de posse dos nomes dos supostos “felizardos”, foi à procura dos mesmos – ao invés de luxo, encontrou miséria. Para o viajante, esta era uma situação inteiramente explicável. Os inúmeros escravos (obtidos normalmente por meio de financiamentos concedidos aos investidores e feitos mediante alta soma de capital) eram acometidos pelas doenças da região – doenças essas que se desenvolviam sobretudo pela pouca salubridade do local. Além disso, era o próprio escravo, já ciente do valor do ouro, que aproveitava as oportunidades para furtar o dono da mina. Muitos escravos enriquecidos chegavam até a comprar sua alforria. Minada por seus problemas estruturais, a extração do ouro

*tornava-se menos produtiva e, assim, eles voltavam a cair em sua original indigência, nada mais lhes restando senão a lembrança dos bons tempos que se foram.*³³

A vida cotidiana, desprovida de desenvolvimento ou maiores conhecimentos científicos, evidenciava o ambiente em que estavam inseridas as pessoas. Nas observações de Pohl, até mesmo em Vila Boa de Goiás não se via uma farmácia verdadeiramente organizada. O número de doentes era grande, e os remédios eram confeccionados e usados em tratamentos feitos com base nas “crendices”. Predominavam os “médicos práticos”, e eram eles as pessoas que exerciam a profissão de cura na região.³⁴ É contraditório que um povo “inculto”,

³³ POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: USP/ Itatiaia, 1976. p. 123.

³⁴ Ver POHL, op cit, p. 125. Os médicos práticos compravam “o direito de medicar através da paga de certa taxa ao cirurgião-mor. Esses tais são aqui chamados *curiosos*.”

conforme observou o viajante, tivesse se imbuído da preocupação de sistematizar um local de estudo e leitura, capaz de manter viva as atividades intelectuais do local – a exemplo da luta em prol do Gabinete Literário na cidade.

As visões dos viajantes, entretanto, mostram o aspecto civilizador das bandeiras – encarregadas de explorar e ocupar a região. De acordo com o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire,³⁵ também foi Bartolomeu Bueno quem lançou as bases para a formação da capital da capitania de Goiás, construindo uma casa às margens do Rio Vermelho – edificação que deu início ao núcleo do arraial, que passou a ser denominado Sant'Ana. Foi nos arredores dessa construção que se estabeleceram as autoridades que adentravam ao local. Em 1736, a região passou de arraial a vila, em função da importância que foi adquirindo tal espaço. Ainda vinculada à capitania de São Paulo, o governador paulista à época fez entrar em vigor o decreto de 1736. Isso se deu por intermédio do governador D. Luís de Mascarenhas que, em 1739, designou o antigo arraial de Sant'Anna para Vila Boa de Goiás, em homenagem a seu fundador: Bartolomeu Bueno. Foi somente em 1818, num decreto promulgado por D. João VI, que Vila Boa passou a ser denominada “Cidade de Goiás” - o que, de acordo com Saint-Hilaire, parece ter sido intencional, para que ficasse esquecido o nome de Bueno.

Para Saint-Hilaire, é certo que a fundação de Vila Boa foi determinada pela presença de ouro no local. Distante do litoral, essa região “estéril” estava afastada dos rios até então navegáveis, dificultando a comunicação com as demais partes do Império brasileiro. Além disso, descreveu o viajante que a

cidade havia se edificado num local rodeado por morros, com um grande número de Igrejas, sendo elas singelas, teto sem forro, porém “com certo bom gosto”. Mas, ao contrário da capital da capitania de Minas das Geraes (cujas ruas estavam abandonadas), as cerca de 900 casas – dentre elas vários sobrados – eram “bem mobiliadas e imaculadamente limpas”.³⁶

Para um viajante europeu dos séculos XVIII ou XIX, as cidades mineratórias estavam distantes do litoral “civilizador”. Civilização e “indisciplina” não poderiam fazer parte de um mesmo cenário. No caso de Vila Boa, a população branca, tão proporcionalmente menor, era o sinônimo da dureza do lugar, tão impróprio aos de pele clara – sensíveis ao ambiente sem muitas estruturas urbanas.³⁷ Além da população branca e escassa, Saint-Hilaire descreveu a cidade – um urbano pouco salubre, desprovido de perspectivas de uma vida saudável, nela se vendo muito bócio, enquanto a farmácia era um estabelecimento conhecido por uma pequena porção local:

*A cidade, construída numa baixada, onde o ar não circula como nas montanhas e nas planícies; onde a água parece pouco salubre e o calor é quase sempre sufocante durante a seca; onde, enfim, a umidade deve ser muito grande na estação das chuvas, essa cidade, repito não pode ser propícia aos homens de nossa raça. Essa é uma razão por que os habitantes de Vila Boa estão longe de apresentar uma aparência de saúde, vigor e energia.*³⁸

³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de, Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1975. 158 p.

³⁶ SAINT-HILAIRE, p. 50

³⁷ O olhar dos viajantes é evidente nesse sentido. A minoria branca, por si só, ajudava a compor o quadro urbano pouco desenvolvido. Entretanto, vimos que o século XIX, na capital da província de Goiás, revela-se com características próprias, e sua preocupação com aspectos como intelectualidade eram presentes. No que se refere à música, também muitas composições eram feitas, e a prática de saraus era comum, sobretudo em casas de famílias mais abastadas. Os membros filhos dessas famílias, principalmente as de envolvimento político, eram educados de forma a sobressaírem-se, e, por isso, em muitos casos, eram enviados para fora da capital, destinando-se a grandes centros urbanos da época, como o Rio de Janeiro.

A literatura de viagem, como gênero literário específico, é interessante porque nos revela a visão de mundo daquele que a escreve. Nos textos de Saint-Hilaire, seu olhar europeu, de ideal de raça, de vida e de saúde, despontam a cada parágrafo e a cada descrição sobre a cidade de Goiás. Quando o viajante se refere ao casamento – ou melhor, à ausência dele – associa a distância do desenvolvimento urbano, a uma vida desprovida de moral. Distantes do que poderia ser uma vida social, os moradores da cidade, cada qual em sua casa, pouco se comunicavam. Segundo o autor, o matrimônio, prática rara entre os moradores, era incomum entre funcionários do governo e até entre os mais humildes. Longe da legalidade, mantinham suas amantes em suas próprias casas, sendo que até os padres padeciam desse pecado moral. Talvez pelo afastamento das regras da civilização, os homens se deixassem seduzir pela situação local. As pessoas (conforme olhares externos), sobretudo as mulheres, sem beleza física, desprovidas de adequado ambiente educacional, mantinham diálogos sem nenhum encanto, eram submissas e inibidas, tornando-se um alvo de conquistas pouco atraentes.³⁹ Na subjetividade dos viajantes europeus, a distância do meio urbano “pouco desenvolvido” tornava-se fator preponderante para a definição de alguns hábitos do local em questão.

Em viagem a Goiás, Raymundo José da Cunha Matos, mandado para o local na condição de “governador das armas” no início do século XIX, reforçou a idéia de um lugar pouco estruturado, povoado por aventureiros descompromissados com o progresso regional, sedentos por fazer fortuna à custa do ouro, encontrado nesse período por bandeiras paulistas. Em relatório redigido

³⁸ SAINT-HILAIRE, op cit, p. 51

a D. Pedro I, em 1824, Cunha Matos descreveu a província de Goiás como um local descoberto, no qual os mapas eram inexatos e a distância e as incivilizadas coordenadas dificultavam as andanças.

Em Goiás pouco se tratou de abertura de estradas direitas porque, sendo quase todas filhas da mineração, eram riscadas pelos exploradores e pelo povo seguidas até ao dia de hoje.⁴⁰

Assim, a abertura de estradas era desordenada, não contava com planejamento e se fazia o caminho conforme as necessidades e a sede dos mineiros. Por outro lado, a sujeira dos rios e das lagoas provocavam o afastamento das pessoas que, por isso, não conseguiam traçar os mapas corretamente. Nesse caso, o que nos interessa perceber é a distância da cidade de Goiás dos demais centros urbanos. Esse porém não pode ser encarado como um problema específico do local, já que estradas e transportes eram uma dificuldade presente em todas as comunidades não litorâneas à época.

O relato dos viajantes e demais administradores do século XIX ajudaram a compor o estigma do ambiente urbano pouco desenvolvido. Esse quadro de atraso e de estagnação será aproveitado pelo discurso político de 1930. De fato, nas diversas abordagens acerca da província de Goiás ela aparece povoada de atrativos “índios” no século XVIII, de forma pouco estruturada e menos ainda planejada à época do ciclo do ouro, no século XIX. Seu povoamento, desigualmente distribuído, sua população, diminuta em proporção a seu tamanho. O Padre Luiz Antônio da Silva e Souza (1812), um

³⁹ SAINT-HILAIRE, op cit, p. 54. Um aspecto que devemos observar, porém, é que os viajantes europeus, antes de chegarem a Goiás, passavam por Minas Gerais, influenciando suas opiniões acerca da região.

administrador da época, dizia que “Entre tôdas as capitânicas gerais do Estado do Brasil é uma das mais extensas e das menos povoadas, sendo ao mesmo tempo a mais inferior de tôdas...”⁴¹

O ócio, de acordo com Silva e Souza, permeou as trilhas da história de Goiás: do seu esplendor de capitania de domínio português - rica em extensão, promissora em riquezas – à decadência e esgotamento dos veios auríferos. Com o fim da exploração nas minas, a falta de “braços” aliou-se ao problema do difícil acesso à região. Ócio e má distribuição da população eram – para o imaginário dos que vinham de fora - os problemas mais evidentes.⁴² A distância dos espaços urbanos desenvolvidos e a falta de estrutura local eram definitivamente males que fizeram parte daquele período histórico em Goiás. Na verdade, mais do que somente relatar ou descrever a região, os viajantes e administradores locais emitiam os anseios do que deveria ser. No Brasil Colônia, a produção era o centro dos interesses e o trabalhador da capitania de Goiás era o exemplo do “ócio”, como enquadrá-la nos padrões almejados? Que tipo de experiência a comunidade da cidade foi chamada a participar nesse processo de ordenamento urbano?

1.3 – Paisagem e cotidiano na cidade

⁴⁰ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorografia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: Governo de Goiás, 1978, 185 p. p. 20.

⁴¹ SOUZA, Luíz Antônio da Silva e. *O Descobrimeto da capitania de Goyaz* (Governo, População e coisas mais notáveis) – 30 de Setembro de 1812. Goiânia: Ed. UFG, 1967, 76 p., p. 05.

⁴² Ócio e pouca estrutura urbana foram formas de interpretar o espaço de Vila Boa – cidade de Goiás. Constituiu-se aí, uma imagem externa da cidade, montada a partir dos olhares externos.

Referindo-se à linguagem da cidade, Lucrecia D'Allessio Ferrara mostrou que é nas imagens da cidade que estão as representações.⁴³ Para nós, a imagem pode ser percebida na fonte oral, que remonta a história com as impressões de quem as relata ou, até mesmo, na fonte impressa, na qual temos as intenções dos que escrevem e editam. Os códigos de posturas das cidades, por exemplo, podem nos revelar as necessidades e os anseios dos administradores locais, nos ajudando a desvendar parte dos hábitos cotidianos da população. As leis de cunho municipal, que aparecem nessa pesquisa, nos ajudam a perceber que tipo de experiência a cidade de Goiás viveu do final do século XIX até a década de 1930, quando as mudanças provocadas pelas transferência da capital para Goiânia foram inevitáveis. O espaço urbano, como o local da experiência política, torna evidente a intencionalidade ordenadora, o local que se pleiteia existir. Portanto, não é de forma alguma nosso papel observar se as normas eram cumpridas ou não, mas sim a que tipo de normas a comunidade urbana era condicionada. O cumprimento das normas não aparece como experiência política, sendo assim irrelevantes ao nosso trabalho. As leis pensadas para a cidade evidenciam intenções que emergem a partir do cotidiano das pessoas na cidade. A lei tem a função de disciplinar “maus hábitos” que possam lesar indivíduos ou a comunidade em geral, mas a publicação da mesma não implica no seu cumprimento. Assim, nossa análise se restringe à cidade enquanto um local de experiências. Mas são várias, as formas de tentar perceber o cotidiano de uma cidade.

⁴³ Ver FERRARA, Lucrecia D'Alessio. As Máscaras da Cidade. *Revista USP* (Dossiê Cidades), São Paulo, 5: 3-10. Março/abril/maio/1990.

Da mesma forma, Leila Mezan Algranti tentou desvendar um pouco do ambiente cotidiano da família colonial, percorrendo os diversos significados dos códigos de posturas, nos quais pôde entrever as fontes demográficas, percebendo ali, por meio do espaço da convivência, a intimidade da família. A entrada e saída de escravos, principalmente nas grandes casa rurais, conduziam-nas a procurar mais intimidade nos espaços dos quintais. Apesar da preocupação em construir janelas com treliças, casas muradas, e quintais fartos, a intimidade dos moradores não era preservada, já que mantinham contato com a rua e os vizinhos.⁴⁴

Na análise dos viajantes europeus, o ócio gerava a preguiça; portanto, não havia produção, assim, não se obtinha o progresso. Para o viajante que vinha de um outro contexto de desenvolvimento, acostumado com o mundo europeu do trabalho, ficava difícil entender que a atividade diária do homem goiano era muito mais amena, em função de sua própria realidade de vida. Diferentemente da concepção capitalista europeia de produção, a vida cotidiana do goiano não necessitava da correria dos grandes centros. Por isso, a tranqüilidade com que se encarava o trabalho, era traduzida pelos estrangeiros como “indolência natural”.⁴⁵ A manutenção desse vazio, gerado pela decadência, criou para toda a região o estigma do atraso. Vinculada demais a uma vida cotidiana pacata, desvinculada também dos preceitos morais mais rígidos, Goiás, na sua falta de estradas, tinha uma relação pouco intensa com o que, na ótica dos europeus, poderia ser traduzido por desenvolvimento ou progresso. Na verdade, a cidade de Goiás

⁴⁴ Ver ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In, NOVAIS, Fernando A. (dir) e SOUSA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil* – cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 85-103.

⁴⁵ RABELO, op. cit., p. 62

possuía progresso próprio, posturas urbanas direcionadas para salubridade e comportamento cotidiano nas ruas.

Analisando o período imperial, torna-se mais fácil perceber a preocupação em organizar os espaços públicos da cidade a partir das estratégias de normas de higiene e salubridade. Para tanto, as regras não se restringiam somente à limpeza do núcleo urbano, mas também visava retirar do convívio da população, aqueles que constituíam o aglomerado de “elementos” considerados perniciosos, perigosos, conforme a elite local. “Cabia” ao indivíduo cumprir o seu papel de trabalhador, aquele que não se fizesse adequar às normas de trabalho a ele impostas era, de fato, um elemento perigoso, ocioso e, por isso, pernicioso. Os descontentes eram os camaradas, as prostitutas, os mendigos, trabalhadores imigrantes, agregados e vadios.

A recusa ao trabalho, ligada diretamente à não absorção das regras impostas pela elite ou pelo sistema administrativo, representava, para aqueles que as impunham, a negação do trabalho, a vadiagem. No decorrer do período escravista, agregados, camaradas e sitiantes eram trabalhadores livres, pobres empregados que estavam na agricultura de subsistência. Os agregados viviam de favores, às vezes no interior do latifúndio, às vezes em seus arredores. Não havia produção de excedentes por parte dos agregados e, em função dos acordos de ocupação e trabalho ser verbais, havia grande mobilidade, e eles não permaneciam num mesmo espaço por muito tempo. Os camaradas no entanto, eram trabalhadores assalariados e estavam subjugados aos donos dos latifúndios que os tinham empregado.⁴⁶ E, por fim, haviam os sitiantes, agricultores de

⁴⁶ RABELO, *op cit* p.57-62.

menor porte, com pequenas propriedades localizadas nos arredores das terras dos grandes proprietários.

No ambiente urbano, os trabalhadores manuais – que eram, em menor escala, os homens pobres e, em maior, os escravos, assim como os demais cidadãos, tinham juridicamente o direito à igualdade, mas quando não se enquadravam às normas de trabalho eram considerados “vadios e vagabundos”. Esse fato revela o entrelaçamento entre as atividades de campo e a vida na cidade, no qual o poder que imperava era dos grandes proprietários de terra. Como vimos, a sociedade colonial era de fato rural, e essa situação perdurou em grande parte das cidades brasileiras.

Danilo Rabelo observou que a tentativa disciplinadora partiu basicamente de dois setores: do policial e do administrativo. A elite local, imbuída da captação do trabalhador livre, agiu de forma a incluí-lo no aparelho gerador de riquezas que a beneficiava. Regenerar os vadios era, então, enquadrá-los aos padrões desejados, era conduzi-los ao “progresso local”, induzindo-os a participar do modelo de trabalho exigido naquele momento. Enquadrar a mão-de-obra livre aos padrões da elite dominante era imprescindível, pois, na falta cada vez maior do escravo, era preciso lançar mão desse trabalhador “disponível”. Além da “briga” pela vadiagem, também a violência parecia compor o cenário urbano. Ou seja, o ambiente da cidade era observado como o local da “transgressão” das normas.

Com base no código de posturas do final do século XIX da cidade de Goiás (1879), percebemos que a luta contra a “violência” – já observada anteriormente pelos viajantes – era também parte do projeto de normatização do meio urbano:

Art. 1 – Fica prohibido na Capital e nas posseções do município o uso das seguintes armas offensivas: Facas e canivetes de ponta, punhaes, thesouras, cacetes de qualquer dimensão, armas de fogo de toda a espécie, e em geral todo e qualquer instrumento contundente, cortante e aperfurante – inclusive as bengalas como estoque;

Parag. 1 – Os carreiros, tropeiros, e todos aquelles que conduzirem um ou mais cargueiros poderão trazer as armas indispensáveis para taes serviços, em quanto estiverem nas estradas, devendo carta da lei pela qual V. Ex.a manda publicar a resolução da Assemblêia Legislativa Provincial aprovando as posturas da Camara Municipal e igual da Capital, como acima se declara.⁴⁷

Percebemos que as regras referem-se também a armas domésticas, as quais, se usadas, poderiam gerar atos de criminalidade. Na cidade de Goiás, tal qual na maioria dos ambientes urbanos, existia o “vadio”, que era também um “transgressor”. Nesse ambiente de transgressão, “violência” e “indisciplina” faziam parte da preocupação de ordenação do espaço público. Conforme o olhar europeu dos viajantes, o tempo local – pacato demais para eles – era movido pelo ócio, e o trabalhador não adaptado às normas de produção, para as elites e os administradores locais, era o “vagabundo”.

Percebemos que a cidade era alvo de normas referentes à conduta. Havia uma preocupação evidente acerca da pacificação daquele que mantinha-se no cenário urbano. Na cidade, animais e pessoas deveriam ocupar espaços diferentes, embora fosse difícil dividir ambientes.

Além disso, mais do que revelar necessidades, o código municipal aí observado traduz as experiências políticas no cenário urbano que se definia por centro político administrativo da região goiana. A cidade, nesse caso, torna-se um

⁴⁷ Caixa n. 2 Arquivo Histórico e Geográfico do Estado de Goiás – Governo – 1879, resolução de aprovação de posturas da Câmara Municipal da Capital. Resolução n. 158 de 31 de julho de 1879.

laboratório político, no qual fica claro seu espaço enquanto local de experiências. Até o final do século XIX, era muito evidente o discurso disciplinador. O saber médico, na prática política e administrativa, também fez parte das estratégias de controle da população da província de Goiás.⁴⁸

No final do século XIX, quando o Império deu lugar à República, o discurso normatizador e de sanitização perduraram, intensificou-se a preocupação com a imagem da cidade de Goiás, tendo sido muitas das normas vinculadas à tentativa de acabar com a sujeira dos espaços públicos. Podemos entender que a fiscalização se dava de modo a criar normas de higiene e construção residencial, bem como garantir a limpeza visual do ambiente urbano, sobretudo nos finais de semana e comemorações públicas:

Art. 1 – Os proprietários das casas que estejam arruinadas, nas principaes ruas e praças desta cidade, serão obrigados a reconstrui-las vende-las ou demoli-las, dentro do praso de seis mezes depois da publicação d’esta postura, pagando a multa de 30\$rs. Annual se o não fizerem e o duplo na reincidencia.

Parag. 1 – Ao fiscal compete, vellar pela execução desta postura, mandando demolir a custa do proprietario depois de cobrada a multa na reincidencia do mesmo artigo.

Art. 2 – São obrigados todos os moradores, que residem nas principaes ruas e praças d’esta cidade a conservar limpas e varrida as calçadas de suas casas nos dias de Domingos e Santificados; pagarão a multa de 4\$000rs. por cada vez que deixarem de fazer, e o duplo na reincidencia.⁴⁹

⁴⁸ Ver RABELO, op. cit., p. 75

⁴⁹ Caixa 11 – catálogo 2 – Cidade de Goiás. Goiás/ s.d. / Câmara Municipal – postura.

O código aqui citado foi encontrado no Arquivo Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, e desprovido o documento original de uma data que pudesse nos dar uma referência, procuramos o ano de sua confecção nos nomes que a assinaram. Procuramos na obra de CAMPOS, Itami e DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás* – vol 1 – História e Legislaturas. Goiânia. Assembléia Legislativa do Estado de Goiás: 1996, 156 p. Nessa, obra encontramos o nome de um dos componentes: Manoel Alves de Castro, presente na vida política dos anos 1891 a 1894.

A capital – Goiás –, como ponto de convergência de discussões políticas e intelectuais de toda a região goiana, mantinha, juntamente com seu posto de representante da política regional, a marca de um centro de importância. Nesse sentido, os dirigentes políticos locais, bem como seus funcionários, precisavam prezar tal condição de influência, criando normas “saneadoras” das “debilidades” do cotidiano urbano da cidade. Em momento algum, pode-se dizer que a idéia era aproximar a cidade de Goiás de qualquer equivalência com os grandes centros urbanos do Brasil.

Assim, o desenvolvimento da antiga Vila Boa lhe era peculiar. Seus códigos de leis locais seguiam padrões urbanos adequados a seu ambiente. As “mutações” observadas nos grandes centros, como Rio de Janeiro, não puderam ser percebidas na cidade de Goiás, uma vez que esta não havia passado pelo processo de “invasão” imigrante, tal qual se deu nos ambientes carioca e paulista. Os elementos do campo, culturalmente bastante presentes no seu cotidiano, como podemos perceber nos anseios dos códigos municipais, revelam ao mesmo tempo: espaço político e práticas do homem rural. O Rio de Janeiro, como foco de recepção imigrante, “merecia” atenção maior, já que seu espaço deveria suprir seus problemas de demanda. O mesmo podemos dizer acerca de São Paulo, como veremos mais adiante. Assim, para responder à demanda, modernidade se tornou uma aspiração necessária às crescentes cidades da época.

No que se refere à capital goiana, a política normatizadora do ambiente urbano é peculiar. Algumas conclusões a respeito desse cotidiano estão nas normas impostas ao condutor de animais de carga, que deveria manter o animal no centro das ruas, local de condução dos transportes, e não de pessoas, garantindo a ordem e diferenciação dos espaços do cidadão para com o de

ocupação do veículo animal. No comércio, os artigos do código de postura refletem a preocupação com a higiene das barracas de vendas, sobretudo da carne.⁵⁰ Nesse caso, na década de 1890, verificamos a construção de novos locais de negociação – barracas montadas na praça –, nos quais aspectos de higiene no uso de instrumentos para o corte da carne vendida também seria supervisionado. Observamos ainda a preocupação em regular a limpeza de utensílios das barracas. As normas para os condutores de animais e vendedores das barracas eram rígidas e, refletem os anseios do setor administrativo da capital em criar premissas no espaço urbano, em construir locais diferenciados por atividades, o que demonstra, afinal, a preocupação em seguir os preceitos que já estavam sendo discutidos por intelectuais do século XIX acerca do que deveria ser uma cidade moderna. Entretanto, o mais importante é perceber que as posturas da cidade de Goiás seguiam padrões locais, inerentes à sua vida urbana:

Art. 3 – Os conductores de animaes carregados com lenha, capim, taquara e madeiras a rasto, são obrigados a traze-lo puxados um após outro pelo centro das ruas; o infractor será multado de 4\$000rs. em cada um animal;

Art. 4 – Logo que estejam concluidas as barracas que se estão edificando dentro da praça do mercado desta capital, para o corte de carne verde pessoa alguma poderá cortar e vender carne verde senão ali. O corte será feito por meio da serra e não da machadinha como é actualmente. O infractor será punido com a multa de 10\$000rs. por cada vez, ou oito dias de prisão.

Art. 5 – As ditas barracas serão allugadas a cada um dos cortadores de carne pelo preço mensal que for estabelecido pelo poder competente.⁵¹

⁵⁰ Os códigos de postura acerca da higiene no comércio referiam-se também ao mercado, criado, como vimos, em 1857 e reformado em 1926.

⁵¹ Código de Posturas da Câmara. Cidade de Goiás. s.d.

Esse período - de transição do Império para a República – desenrola-se de forma a tentar romper com o monopólio do setor da aristocracia rural escravocrata e agroexportadora. A questão é que, com a queda de D. Pedro II, uma nova geração de intelectuais, evidenciada sobretudo na década de 1870, pensava por meio da ciência a necessidade moral da abolição da escravatura. Enquanto isso, outros setores como o militar, vislumbrava sua oportunidade de participação política, restrito por causa dos grandes latifundiários. Nesse período, reordena-se o aparelho do Estado, e o modelo capitalista europeu passa a ser almejado para o Brasil.⁵² Foi nesse contexto que se tornou ainda mais evidente a necessidade de ordenar o espaço urbano, administrá-lo de forma a garantir o aumento populacional e, por conseguinte, maior produção. Assim, criar espaços diversos a atividades diversas era com certeza o primeiro passo para um ambiente urbano organizado e disciplinado. A administração da cidade de Goiás, na condição de capital da província, por meio das normas de conduta, já estava de certa forma tentando inserir-se nas novas discussões e no conceito acerca do que deveria ser um centro urbano. Entretanto, para a capital goiana e o cotidiano no qual estava inserida, modernidade era uma discussão distante, e esta só poderia ser entendida à época como “progresso”. Dessa forma, o progresso local estaria diretamente ligado às imposições de padrões de conduta.

Nessa tentativa, foram incrementadas normas que pudessem desfazer a “mesclagem” dos hábitos da fazenda com os da cidade. No caso da criação de animais domésticos nas ruas, isso fica muito claro; e, no caso do transporte a

⁵² HERSCHMANN, Micael M. A Arte do Operatório. Medicina, naturalismo e positivismo – 1900-1937. p. 43 - 65. In, HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.), *A Invenção do Brasil Moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 43

cavalo, fica evidente que o cavaleiro deveria seguir as normas adequadas ao ambiente urbano:

“Art. 8 – É expressamente proibido ter-se solto nas ruas e praças d’esta cidade cabras porcos e ovelhas. Qualquer d’estes animaes encontrados nas ruas será apreendido pelo fiscal e o dono sujeito a multa de 2\$000rs. No caso de não apparecer dono do gado miudo será este arrematado por ordem do mesmo fiscal, e seu producto reverterá em beneficio da municipalidade.

Art. 9 – Pessoa alguma poderá correr a cavalo ou mesmo esquipar a rédia solta dentro da cidade; o infractor pagará a multa de 5\$000rs. por cada vez que o fizer.”⁵³

A cidade do século XIX passou a ser traduzida como o local do movimento, o referencial do abastecimento e da parada de tropas, o ambiente dos que pensavam em inovações. O meio urbano, com todos seus atrativos devido às diferentes atividades econômicas, fascinava o homem de campo, que acabava se aventurando nesse cotidiano. Na verdade, o homem pobre do campo tentava na cidade superar as dificuldades econômicas do meio rural em que vivia – a opressão sofrida por ser capturado como mão-de-obra do grande proprietário. Esse homem oprimido no campo, via na cidade o sonho de dias melhores.⁵⁴ Mas pensar a cidade de Goiás no início do século XIX, é visualizar um ambiente urbano marcado pela “transgressão” aos olhos das elites dominantes locais. Visualizá-la em fins do século XIX é talvez pensá-la não de forma equivalente, mas pensá-la como uma sociedade pouco modificada em relação aos centros urbanos brasileiros em processo de desenvolvimento urbano, aos moldes europeus. A capital de Goiás ainda era para os olhares civilizadores uma

⁵³ Código de posturas, s.d..

⁵⁴ Ver SAMARA, Eni de Mesquita. Famílias e Cidades: espaços de sobrevivência e de sociabilidade no século XIX. p. 231-243. In, *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, jan/dez, 1997.

população que havia crescido tão pouco, que nem se inseria nos padrões da modernidade em gestação no Brasil.

O espaço urbano da maioria das cidades brasileiras, sobretudo de cidades oriundas do ciclo mineratório à época da colonização, caracterizava-se por abrigar construções históricas e ruas estreitas. Carregadas de história e de cotidiano próprio, essas cidades - a medida em que a modernidade implantava-se em centros como o Rio de Janeiro - estavam destituídas das discussões progressistas. No Brasil do século XIX, por exemplo, surge a cidade planejada e construída, como Belo Horizonte, para ocupar o lugar da histórica e colonial capital: Ouro Preto, em Minas Gerais. No século XX, surgiu Goiânia - também planejada - em substituição à cidade de Goiás. Planejada para irradiar a vida urbana a partir do centro político, Goiânia, ao contrário da cidade de Goiás, não nasceu a partir de uma igreja. O centro religioso, enquanto gênese de espaços urbanos no Brasil, representava um tipo de cidade inerente ao período colonial. Assim, as "antigas" capitais eram necessariamente parte da história nacional.

No caso de Ouro Preto, o reconhecimento, enquanto patrimônio histórico e cultural do país, deu-se no início do nosso século, na década de 1930. A cidade de Goiás, entretanto, obteve seus primeiros tombamentos somente nos anos de 1950 e 51.⁵⁵

1.4- Formas urbanas coloniais versus crescimento populacional

⁵⁵ Ver HARQUEL, Jean-Louis, SALGADO, Ivone (trad.). *História do Urbanismo*: Campinas: Papyrus, 1990, p. 103-120.

O pensamento republicano, composto de setores latifundiários descontentes, movido por “apaixonados” pela idéia de um “novo Brasil”, tinha ideais de transformar o país, sobretudo politicamente. De fato, o que esses setores almejavam não era um Brasil de bases agrárias, mas um país que pudesse se espelhar na política republicana norte-americana ou francesa.⁵⁶

Os paulistas passaram a apoiar os republicanos, pois começaram a entender a monarquia centralizadora como defensora dos interesses econômicos ligados ao Rio de Janeiro. O ambiente de disputas políticas desembocou no golpe militar de 1889. Após o golpe, instituiu-se um governo provisório. Dois anos depois, uma Assembléia Constituinte organiza uma constituição federal que elegeu o presidente da República, Deodoro da Fonseca, e o seu vice, Floriano Peixoto.⁵⁷

Após 1889, os investidores estrangeiros ficaram receosos, e os resultados foram tímidos. Aliás, de acordo com Rui Barbosa, ministro das Finanças da época, a retração do capital estrangeiro era necessária para “sustentar as emissões de moeda.” Enquanto a vida financeira do país encontrava-se fragilizada – nesses primeiros anos de República, o Rio de Janeiro, desde 1890, mostrava-se cada vez mais propício à industrialização, pois a população carioca, já com quase meio milhão de habitantes, tornava-se um potencial de consumo à medida que crescia a quantidade de trabalhadores assalariados, brasileiros e imigrantes.⁵⁸ O que movia o clima de transformações era sobretudo a negação ao passado colonial. A rejeição às lembranças do antigo

⁵⁶ NEEDELL. op cit, p. 25.

⁵⁷ NEEDELL. op. cit., p. 29. Deodoro foi eleito em função das pressões dos grupos militares, que viram na sua posse, uma oportunidade de participação efetiva na vida política por intermédio da República. Porém, Floriano da Fonseca assumiu cerca de nove meses depois.

⁵⁸ NEEDELL. op. cit, p. 30 e 31.

regime ajudou a compor os ideais de um país politicamente centralizado e moderno. Mas a República, longe de ser uma revolução popular, acabou favorecendo os latifundiários. Refortaleceram-se as tradicionais estruturas de poder e abriram-se as portas aos militares descontentes. A mão-de-obra - que antes era escrava - foi substituída pelo trabalho do imigrante e do brasileiro livre e pobre.

A presença dos imigrantes, além de aumentar a quantidade de trabalhadores, colidiu também com a falta de infra-estrutura dos portos de desembarque, que despreparados para recebê-los em grande número, “amontoava-os” em alojamentos lotados, até que se dirigissem ao seu destino. Muitas vezes, os imigrantes que vinham nos navios, sem muita estrutura ou higiene, caíam doentes e doentes, ficavam alojados com os demais. Nesse caso, a contaminação no local de pousada era inevitável. Maria Alice Rosa Ribeiro mostrou que, de 1889 a 1904, ocorreram epidemias de febre amarela no oeste paulista (local de destino de vários imigrantes) e no Porto de Santos. O grande problema é que a rápida urbanização ocorrida entre 1890 e 1914, unida a debilidades como falta de infra-estrutura das cidades, gerou doenças como tuberculose e febre tifóide, além de ter aumentado a mortalidade infantil.⁵⁹

O aumento da imigração serviu de base - ao final do século XIX - para as “oligarquias regionais”, que sem a força escrava, partiram para a contratação

⁵⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História Sem Fim...* inventário da saúde pública. São Paulo: UNESP, 1993, 270 p., p. 23-4. A autora aborda o surto epidêmico em São Paulo a partir da entrada de imigrantes no país, de 1884 a 1906. A falta de condições de higiene no decorrer das viagens - nas embarcações - e na estadia - na chegada - fazia com que os trabalhadores imigrados se tornassem um “foco” epidêmico. A existência de uma “hospedaria dos imigrantes” com todo um sistema de vacinação destinado a cada família, não os destituía dessa condição. O grande problema é que o prédio destinado aos imigrantes era mal planejado, com cômodos mal distribuídos: havia um número exagerado de pessoas num mesmo recinto; enquanto num ambiente nasciam crianças filhas de mulheres imigrantes, em outro, logo abaixo, ficava o necrotério. O dr. Arnaldo

desses imigrantes. A República não mudou muito em relação as estruturas tradicionais dos latifundiários. Na verdade, a instituição da República em 1889, significou um degrau a mais na efetivação do projeto “Estado-nação”, mas não retirou privilégios, nem tão pouco pensou em minar o poder das “oligarquias regionais”, ou sequer os remanescentes de um monárquico conservador e centralizador.⁶⁰

A Primeira República refletiu a necessidade de organização do espaço público, destacou-se pelas contradições políticas e pelo fortalecimento das elites cafeeiras, marcou-se pela presença estrangeira e pelo crescimento de cidades como o Rio de Janeiro que, sem estrutura planejada para o crescimento desordenado, ganhava a faceta de um espaço que abrigava as contradições sociais. Nesse sentido, pensar os grandes centros urbanos brasileiros nesse momento é imaginá-los totalmente em transformação, em processo de modernização, e é por isso que fazemos aqui esses apontamentos. Foi em nome desse processo que a cidade do Rio de Janeiro passou por uma reforma urbana, e sofreu a influência do “ar parisiense”. A cidade, cujo ambiente de contradição demonstrava o “inchaço” do espaço urbano, e não o crescimento dela, passou por um período de mudança de “fachada”.⁶¹ Mas foi na condição de capital brasileira e centro das decisões políticas, econômicas e administrativas que o Rio de Janeiro tornou se alvo das reformas do período. Mediante as necessidades, a localização geográfica pouco favorável dificultou as reformas. O problema é que a cidade ficava entre morros, era cheia de lagoas e mangues; possuía um terreno

Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1913, disse – em suas memórias do final do século XIX que o necrotério encontrava-se no porão da hospedaria, logo abaixo da enfermaria.

⁶⁰ IYDA, Massako. *Cem Anos de Saúde Pública – a cidadania negada*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 33.

⁶¹ MORAES. *op. cit.*, p. 40.

irregular, limitando a ampliação da cidade e dificultando a vida da população de lá.⁶² As reformas cariocas concederam-lhe o lugar de cidade moderna no Brasil, evidenciando-a como referencial às demais ainda não “desenvolvidas”.

Dessa forma, é pertinente a discussão das questões políticas no Rio de Janeiro e como sua vida urbana percebeu as transformações promovidas pelas discussões em voga. É evidente também o papel do Rio de Janeiro em relação a outras cidades brasileiras. O ambiente urbano carioca havia cedido o espaço de suas pequenas ruas para as grandes avenidas, seus casarões antigos para prédios mais modernos e arrojados. De fato, o mundo “entre morros” do Rio de Janeiro vivia algo bem diferente do “entre morros” goiano. O que nos importa aqui porém, é perceber que esse centro urbano em reestruturação emergia em termos de referencial urbano e tornou-se, mais tarde, parte do discurso ludoviquista em prol da transferência da capital, como veremos adiante. As tendências modernizadoras percebidas no Rio de Janeiro retratam as influências européias de seus coordenadores.

As reformas do Rio de Janeiro, que iniciaram-se entre 1903-19, foram comandadas por Pereira Passos, prefeito da cidade. Tendo vivido e estudado em Paris, o prefeito, que era engenheiro, reuniu um grupo de outros engenheiros e especialistas que deveriam pôr em prática o que ele havia elaborado. Em nome da modernidade, os locais históricos, as ruas e os prédios do tempo da Colônia deveriam dar lugar a novas formas, mais arrojadas, prontas a receber o grande contingente de pessoas. Mesmo que timidamente (por causa da localização geográfica), a “cidade velha” precisava ceder espaço à “nova”. As ruas do ambiente urbano carioca eram pouco planejadas, seu espaço era restrito a

⁶² MORAES. *op. cit.*, p. 55.

pequenos caminhos, limitadas e desordenadas. Com base na proposta de reurbanização, as velhas ruas foram ampliadas e outras novas foram abertas, grandes e largas avenidas. Os edifícios históricos foram demolidos para dar lugar aos novos, mais modernos, mais amplos. A “desordenação” da “cidade velha” foi substituída pela influência de reformas urbanas de inspiração parisiense, surgiram os bulevares e o centro da cidade se tornou alvo dessa perspectiva modernizadora. Em nome da beleza e da modernidade, o velho centro histórico da capital foi aniquilado. A região central teve que ceder espaço à nova cidade. Os moradores do cortiços, os comerciantes ambulantes, bem como os pequenos negociantes, foram obrigados a transferir-se para os limites da cidade, no subúrbio.⁶³

A reforma carioca foi um caso peculiar por causa de sua condição de centro político nacional. Mas o Rio de Janeiro se fixou como referencial de cidade no Brasil. Enquanto o Rio de Janeiro sofria intervenções arquitetônicas e replanejamento urbano em função de sua condição de centro político do país, a cidade de Goiás, com sua importância local (regional), representava o centro político para o Estado de Goiás. A capital de Goiás restringia-se à formulação de normas e posturas controladoras, e a reurbanização era pouco justificada uma vez que seu núcleo urbano ainda se ligava ao ambiente rural e, como foi dito anteriormente, não possuía a demanda populacional vivida à época pelo ambiente carioca.

Além disso, no caso da capital goiana, sua posição política regionalizada não a inseria nas prioridades modernizadoras nacionais. Mesmo assim, o retrato feito da modernidade, nesse momento, era positivo, de forma a

⁶³ MORAES. *op. cit.*, p.58.

criá-la como um modelo a ser seguido.⁶⁴ Se o ideal de cidade era o moderno europeu, e se o Rio de Janeiro o havia adequado, a cidade de Goiás, com suas ruas ainda estreitas, com suas casas ainda de meias-paredes, representava, aos olhos dos que vinham dessas cidades maiores, o “interior atrasado”. Dois conceitos compõem o cenário da cidade de Goiás: o “interior”- distante do que era considerado progresso litorâneo; e “atraso” – conceito como vimos, estigmatizado pelo suposto ócio, pela falta de compromisso dos aventureiros, pela indisciplina.

O “interior” do “atraso” era limitado demais em suas pequenas ruas e sua vida entre morros, para que sua aparência colonial se tornasse moderna. Para estar menos “distante” dos ideais modernizadores a capital do Estado de Goiás precisava romper com os velhos hábitos, que mesclavam a fazenda e a cidade. Mas para romper com os velhos hábitos seria preciso romper com as velhas imagens. As ruas estreitas lembravam cavalos, não carros. As casas muito coladas umas às outras dificultavam a higiene e não garantiam a individualidade do lar. A casa de “todos” - de visitantes e vizinhos de olhares indiscretos, havia ficado na Colônia – não havia essa casa do “passado” num ambiente moderno. Em São Paulo também, os prédios de herança colonial foram derrubados e abriram-se espaço para uma nova arquitetura, pois a população crescia e o ambiente urbano ia se modificando.

No decorrer das duas últimas décadas do século XIX e no início do século XX ocorreu de fato desenvolvimento da cidade de São Paulo, e isso se deu por causa de três fatores: o primeiro é a produção do café; o segundo, a

⁶⁴ Neste trabalho, quando falamos em “moderno europeu” não nos referimos somente às influências francesas. No caso de Goiânia, por exemplo, seu traçado era de caráter inglês, executado por pessoas de formação intelectual francesa. Além disso, para falar em modernidade, precisamos definir que, para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, o conceito estava intimamente relacionado às novas formas de vida –

construção das ferrovias; e, por fim, a chegada do imigrante. Antes disso, o espaço urbano dessa cidade era “monótono” e “triste”, como tantos outros no Brasil. Na década de 1860, o ambiente urbano paulista ainda era pequeno, mas foi a partir da década de 1870, com a expansão cafeeira, que ela iniciou o seu processo de desenvolvimento.⁶⁵ A infra-estrutura da cidade se tornou alvo das preocupações; e a iluminação pública fez parte de um projeto necessário. Até o final da década de 1870, a cidade apresentava-se deficiente no que se referia sobretudo ao abastecimento de água – havia poucos chafarizes e, por vezes, esses poucos ficavam secos. Em função disso, instituiu-se em 1877 a Companhia Cantareira que se tornou a encarregada de suprir a cidade de São Paulo de água, tendo ainda se comprometido a criar e manter funcionando um serviço de esgotos para todo o meio urbano. A companhia também se encarregou de instalar mais seis chafarizes em locais que considerava necessário: nas regiões como “Luz, Carmo e Gasômetro.”⁶⁶

O caso de São Paulo é peculiar, pois, antes do final do século XIX, ainda se caracterizava por ser uma cidade pouco agitada. Para organizar os novos ares da cidade, era preciso novas premissas. Assim, ajudava também a compor esse conjunto de ordenações o transporte público. “No início da década de 70, as ruas de São Paulo começaram a ser cortadas pelas linhas de bondes, então à tração animal.” Nos primeiros anos da década de 80 do século passado, já se via na cidade a presença de ferrovias. Em 1885, já havia um pedido de concessão para a instalação da luz elétrica em São Paulo. A cidade transformava-

menos pacatas, para não dizer menos rurais. No caso do Estado de Goiás, a modernidade pode ser traduzida pelo “progresso”, já que, quando este foi suscitado, era ao segundo que se queria reportar.

⁶⁵ HUTTER, Lucy Maffei. A Cidade de São Paulo – séculos XIX/XX. p. 133-145. In Revista *cidades brasileiras – políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: CAPES/ COFECUB, 1998, p. 133

se a cada ano, seu cenário ganhava novas casas, e muitos fazendeiros construíram residências na capital. Além disso, o fim da escravidão também influenciou bastante a mudança desse quadro urbano, bem como a chegada do imigrante, sobretudo no porto de Santos. Os últimos elementos explicam o crescimento populacional da cidade de São Paulo. Muitos imigrantes, que iam para as lavouras, mudavam-se “posteriormente para a cidade, aumentando o número da população.”

Do ponto de vista econômico, no entanto, ainda era pequena. Mas ainda assim, na década de 1880, já era considerada um espaço urbano movimentado.⁶⁷ Fez parte dos projetos dessa época o saneamento básico, para prevenção de doenças. Projetos para construção popular, foram pensados, visando o fim dos cortiços e a manutenção das normas de higiene. E, na passagem do século XIX para o XX, muitos eram os pedidos da população para iluminação, construção, ampliação ou calçamento das ruas, o que reflete que o crescimento – não tão planejado – não estava ordenado. A influência estrangeira e o povoamento da cidade deram-lhe “ares novos” e, com o início do século XX, os dialetos italianos passaram a ser escutados na cidade. A influência estrangeira inseria novos hábitos, não somente dos italianos, mas de vários povos, vindos em menor escala. Percebia-se uma transformação na população urbana de São Paulo. Mudava a fisionomia daqueles que a habitavam, bem como o retrato da cidade de forma geral.⁶⁸

⁶⁶ *Apud* TORRES, Maria Celestina T, Mendes. O Bairro do Brás. São Paulo, Prefeitura Municipal, 1996, p. 122, 128, 130. *In* HUTTER, Lucy Maffei. *op. cit.*, p. 135

⁶⁷ HUTTER, *op. cit.*, p. 136-8.

⁶⁸ HUTTER. ... *op.cit.*, p. 145.

A cidade de São Paulo só conseguiu instalar a energia elétrica em 1910, sendo esta em substituição à iluminação a gás. Em muitas casas residenciais da elite paulista já havia luz elétrica desde 1901.⁶⁹

A cidade de Goiás ainda não possuía energia elétrica nessa época, tendo sido esta implantada somente em 1918. É importante lembrar, inclusive, que a antiga Vila Boa foi a primeira cidade em todo Estado de Goiás a receber energia elétrica, tendo como fornecedora uma pequena usina com capacidade de 25 HP.⁷⁰ A diferença entre o período de instalação da energia elétrica em São Paulo e em Goiás foi mínima, não podendo representar um espaço de tempo longo. Afinal, entre 1910 e 1918 são somente oito anos.

Dessa forma, a região goiana, em relação aos centros urbanos de maior demanda social, recebeu os benefícios da vida moderna mais tardiamente, mas o período de um em relação ao outro é pequeno. As ferrovias, entretanto, foram instituídas apenas no contexto republicano, atendendo às necessidades da economia nacional da época.

A fisionomia dessas cidades maiores ia se transformando e, com ela, a vida cotidiana. Marcando o início do século XX no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo despontaram como referencial de modernidade. Acolhendo os debates políticos e econômicos, das novas tendências culturais, que emergiam em frente do trabalho industrial, elas haviam se tornado núcleos urbanos ideais,

⁶⁹ PONTES, José Alfredo O. V. A Luz de Cada Dia. In *Revista Memória*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico da EletroPaulo, out/91, mar/92, p. 52. A Light, empresa encarregada desse serviço em São Paulo, demorou alguns anos para furar o cerco da energia a gás no local. A questão é que foi encomendada uma pesquisa nos Estados Unidos à época, na qual os “inimigos” da energia elétrica diziam que a mesma era prejudicial aos olhos. Daí a dificuldade em instalar a energia elétrica na cidade, de forma efetiva, antes de 1910.

com todo o seu progresso e suas contradições. Rio de Janeiro e São Paulo foram cidades que, por terem se tornado reduto das elites nacionais do café, bem como locais de chegada da população imigrada, passariam também a ser refúgio da mão-de-obra livre, após a abolição. Receberam uma “injeção” do ideal urbano europeu, ao passo que sua população se viu influenciada pela presença imigrante e seus hábitos diversos. Mescladas não mais pelos “ares da fazenda”, as duas cidades se diferenciaram das demais - ligadas aos “interiores” brasileiros.

Marcando uma época, essa primeira urbanização referiu-se à transição do Império para a República. A cidade urbanizada da passagem do século – o local do movimento – tornou-se modelo para as demais. Como centro de referência, algumas cidades menores da região central do Brasil poderiam querer adotá-las como ideal - hora um ideal de desenvolvimento, hora um reflexo da falta de estrutura de saneamento e abastecimento.

Na verdade, vimos que a cidade de Goiás, com seu tempo próprio, ordenava-se, criava normas e crescia, suas posturas foram estabelecidas conforme a demanda, seus problemas eram os mesmos, que por sua vez também eram inerentes a outros centros urbanos. Seu desenvolvimento entretanto, caminhava com seu próprio relógio. O crescimento da capital do Estado de Goiás não era o que se ansiava no referencial de modelo europeu - era aquele no qual a falta de projetos de povoamento, ou de urbanização, constituía-se conforme suas necessidades (ver figura 3). Na verdade, a preocupação era fazer emergir a modernidade nos litorais, não havia projetos para os interiores.⁷¹ A

⁷⁰ Ver Fonte Impressa: CELG/Goiânia-GO. Histórico da Energia Elétrica em Goiás – Assessoria de Comunicação Social. A energia elétrica na cidade de Goiás foi implantada por Joaquim Guedes de Amorim.

⁷¹ Com exceção da construção de Belo Horizonte no final do século XIX, em substituição a Ouro Preto, antiga Vila Rica, capital de Minas Gerais.

ligação de São Paulo com o porto de Santos por exemplo, manteve a cidade em contato com a imigração. A produção cafeeira paulista, por seu turno, crescia em importância. Esse fato a inseria ainda mais no contexto nacional político e econômico, justificando seu crescimento em tamanho e importância.

Mediante tais discussões, nos questionamos: por que Rio de Janeiro e São Paulo? Por que são estes os referenciais de modernidade no início do século XX? Vimos, há pouco, que a cidade de São Paulo passou por vários problemas de demanda e abastecimento.

A questão é que se a cidade deveria ser o local do movimento, o fluxo populacional também deveria ser grande. O crescimento quantitativo dos moradores tornou-se importante nesse momento, já que os mesmos garantiriam produção e aceleração, seriam produtivos e improdutivos, compondo o cenário da cidade, cenário da “correria”.

A cidade de Goiás diferenciava-se da do Rio de Janeiro ou de São Paulo, mas era a cidade das discussões políticas do Estado, visto que abrigava e sediava todos os prédios públicos e criava para o cidadão local as normas que o habitante urbano deveria seguir. Na cidade de Goiás, problemas acerca de crescimento demográfico exagerado ou reformulações radicais no espaço urbano eram inexistentes. Como representante político-administrativa, ela constituía-se num referencial para as demais cidades goianas. De fato, se o sedutor local das “possibilidades” girava em torno da cidade “abarrotada”, aos olhos dos que idealizavam a cidade moderna industrial, a cidade de Goiás distanciava-se dos preceitos do que se poderia considerar atrativo. Se para os idealizadores da modernidade urbana, a cidade deveria ser um retrato de seu tempo, então a capital, com sua vestimenta colonial, ajudava a compor um cenário que não era o

da época. Para os modernizadores europeus e norte-americanos do final do século XIX, nada poderia ser mais primordial do que distinguir o espaço do campo do espaço urbano.⁷² Ao que parece, almejar a modernidade era sobretudo pensar no ambiente da cidade.

1.5- Antecedentes político-econômicos da Revolução de 1930 em Goiás

A cidade de Goiás era o núcleo político e intelectual, centro de importância na região goiana desde seu surgimento. No plano político, de acordo com Itami Campos, as primeiras duas décadas da Primeira República em Goiás foram marcadas inicialmente pela “coalizão” das tendências e dos partidos políticos. Mas esse quadro mudou logo, e o autor mostra que os primeiros anos da República em Goiás foram de fato marcados pelo poder político de José Leopoldo de Bulhões.⁷³ Ele passou a delegar a familiares e amigos a execução das tarefas estaduais, em virtude de seu desempenho em importantes cargos federais. Devido à falta de controle local, o bulhonismo perdeu lugar às dissidências políticas de grupos insatisfeitos. Articulado essas dissidências, estava José Xavier de Almeida (1901-1904), o primeiro a tentar organizar burocraticamente o Estado. Mas sua gestão enquanto governador, parece ter culminado numa violenta oposição, gerando a substituição do poder vigente por meio da força, em 1909.

⁷² Ver HARQUE, Jean-Louis. *op. cit.*, p. 108.

⁷³ CAMPOS, Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987, 113 p., p. 74.

O grande gerador das tensões entre o governo de Xavier de Almeida e os demais grupos descontentes estava nas medidas administrativas por ele tomadas. Em primeiro lugar, apresentou uma proposta para dinamizar o sistema educacional e os serviços, criando uma nova forma de arrecadação que pudesse evitar sonegações e garantir o investimentos em tais áreas. Tal iniciativa desagradou o setor dominante da pecuária. Além disso, duas questões devem ser observadas: a autonomia dos Estados com a República e o “descaso” dos dirigentes nacionais pelo Estado de Goiás. Mediante a autonomia dos Estados, a política regional acabou nas mãos de “grupos políticos locais” e não sofreu intervenção nem em momentos de importantes disputas, como a que ficou conhecida por “revolução de 1909”. Na passagem da primeira para a segunda décadas do século XX, mês de dezembro de 1909, a aliança vitoriosa em primeiro de maio (dia da revolução) sofreu uma ruptura política em função de desentendimentos que desencadearam a exoneração do coronel Eugênio Rodrigues Jardim que, até aquele momento ocupava a Chefatura da Política do Estado, cargo semelhante ao de um Secretário de Segurança Pública,⁷⁴ (ver figura 4).

Enquanto se desenrolavam as discussões políticas do início da República, a distância do Estado de Goiás em relação ao restante do Brasil era evidenciada mediante a falta de vias de transporte. Esse quadro da “distância”, modificado sobretudo com a República - quando se intensificaram as construções ferroviárias no Brasil -, influenciou a chegada dos trilhos a Goiás. Ainda no século XIX, o Estado de Goiás vislumbrava a ligação com as duas cidades referenciais do Brasil, pois em 16 de outubro de 1880 o Decreto n.º 862

⁷⁴ Ver CAMPOS, Itami. *op. cit.*, p. 75

permitia à Companhia E. F. Alto Tocantins o privilégio de construir uma estrada de ferro ligando a Vila de Catalão, localizada no sul do Estado, à Vila de Palma, na região norte. O mesmo decreto concedeu privilégio à Companhia Mogiana para o prolongamento de seus trilhos de Jaraguá até Catalão. Além disso, a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas poderia prolongar sua linha, saindo da Estação dos Perdões, localizada no oeste de Minas, e indo até Catalão. De acordo com o que havia se estipulado no decreto, o Estado de Goiás estaria diretamente ligado aos dois pólos urbanos: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse caso, inclusive, a cidade de Catalão tornar-se-ia um elo importante entre as estradas de ferro do Estado de Goiás.⁷⁵

Desde 1896, foram abandonados os estudos a respeito dos trechos até Catalão, sendo que a “mogiana” obrigou o governo a modificar o traçado da ferrovia em Goiás. Com base no Decreto n.º 5.349, de 1904, mantiveram-se os privilégios à Companhia, mas o ponto de partida da estrada de ferro foi transferido para Araguari e o ponto terminal para a cidade de Goiás, o que evidencia a disputa entre mineiros e goianos nas estratégias de transporte e desenvolvimento.⁷⁶

Em 1907, o traçado a ser construído mudou novamente. Desta vez, atendendo aos interesses mineiros. O Decreto n.º 6.438 obrigava a estrada de ferro a partir de Formiga, centro meridional da região mineira, indo a Leopoldina, às margens do Rio Araguaia. A Companhia Oeste de Minas não se interessava em chegar seus trilhos até Catalão, paralisando desse modo suas obras em

⁷⁵ BORGES, Barsanufu Gomides. *O Despertar dos Dormentes*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990, 128 p., p. 59. O autor retirou os dados necessários a tais apontamentos num relatório datado de 1902, do Ministério da Viação e Obras Públicas, bem como dos relatórios de 1919 e 1920, todos enviados à cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁶ BORGES. *op. cit.*, p. 59.

Formiga, a cerca de 500 quilômetros do território goiano. O pretexto para tais alterações deve-se ao fato de que o trecho de Goiás para o porto do Rio de Janeiro tornar-se-ia menor, além de evitar a parada na Companhia Mineira (Oeste de Minas) que por sua vez, se entroncava com a E. F. Central do Brasil, trazendo vantagens à indústria pastoril tanto de Minas Gerais quanto de Goiás. Com isso, fica evidente o interesse e o lucro de Minas nessas modificações, já que grupos econômicos do triângulo mineiro – local em que a estrada de ferro permanecia inativa – pretendiam manter seus planos de instituir em Araguari um importante mercado comercial de Goiás.⁷⁷

Os grupos econômicos mineiros, todavia, fizeram novas reivindicações para prolongar as alterações. Eles pediam ao governo federal que a linha Formiga-Catalão se entroncasse com a Mogiana em Araguari, passando por Estrela do Sul. De acordo com eles, ali era um local rico em materiais, facilitando e barateando a construção da ferrovia. Prosseguir até Catalão significava edificar pontes, onerando o trabalho. Essa pressão dos grupos mineiros perdurou até 1920. Eles só não obtiveram êxito em função dos intensos protestos de políticos goianos ao governo federal. Os protestos falavam sobre a ameaça aos interesses do povo goiano.⁷⁸ Mas o resultado disso tudo foi o Decreto de 1909, que garantia o término da linha ferroviária na capital de Goiás. Em 1913, foi construída a primeira estrada de ferro em Goiás.

Enquanto as disputas entre regiões ocorriam, no plano nacional, a política econômica vislumbrava a produção de bens primários para a exportação, na qual a preocupação era incentivar os avanços para outras regiões agrícolas

⁷⁷ BORGES, Barsanufio Gomides. *op. cit.*, p. 60

⁷⁸ BORGES, *op. cit.*, p. 62.

que não fossem as do Centro-Sul do país, ou as regiões produtoras de café do Sudoeste do Brasil. A modernidade atingia os centros industriais urbanos sob influência do “progresso” estrangeiro, ao passo que o “interior” do Brasil e as demais regiões, excluído do processo de desenvolvimento nos padrões “ideais”, inseriam-se nesse contexto nacional de produção de bens primários. O historiador Nasr Fayad Chaul explica que a construção das estradas de ferro significou um incentivo importante à economia goiana em potencial, que acelerou sua produção já existente e a movimentou.⁷⁹

A agricultura começou, juntamente com a pecuária, a se desenvolver, visando suprir a produção alimentícia nacional, uma vez que as verbas do governo federal estavam voltadas para o que se acreditava ser a economia que geria o país – a produção cafeeira. A economia regional foi se dinamizando, agraciada com a efetivação dos trilhos da estrada de ferro em 1913, além de acumular os benefícios obtidos com a Primeira Guerra. O desenvolvimento comercial ocorria e com ele a valorização das propriedades rurais localizadas sobretudo no sul do Estado de Goiás, ao mesmo tempo em que as legislações agrárias dificultavam o acesso à grande quantidade de terras, fora o fato de também restringir o poder político daqueles que obtinham vantagens econômicas com a economia local, ou seja, limitada à região.⁸⁰

O primeiro produto de exportação goiana foi o arroz, cuja intensificação da produção – do autoconsumo para a produção de excedente – se deu à medida que se desenvolviam os meios de transportes. Contudo, a

⁷⁹ CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG/UCG, 1998, 247 p., p. 101

⁸⁰ CHAUL, *op. cit.*, p. 102. O autor se refere à Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil teve que se abastecer, além de ter se preocupado em vender para o exterior, pois o “mundo” desenvolvido estava envolvido com a guerra.

desigualdade econômica e de distribuição populacional das regiões do Estado de Goiás era evidente e a região sul foi a primeira a se beneficiar com a efetivação da rede ferroviária, tendo sido a cidade de Anápolis o exemplo de desenvolvimento à época.⁸¹ Além de Anápolis, temos Catalão que, desde 1902, possuía uma grande produção agrícola, de cereais, para Araguari e Uberabinha – Minas Gerais. Exportava banha, toucinho, manteiga e charque ao porto de Santos. A produção agrícola da região sul acelerou-se e esta se tornou um importante pólo econômico no estado de Goiás. Já na década de 1920, o arroz produzido em Goiás, que só perdia em exportações para o gado, era em grande parte enviado para Minas Gerais e São Paulo.⁸²

As três primeiras décadas do século XX foram marcadas por questões econômicas e políticas. O desenvolvimento das regiões sul e sudoeste do Estado de Goiás estava evidente. No plano político, vimos que a Revolução de 1909 abalou o poder dos Bulhões na liderança local, ao mesmo tempo em que a família Caiado começava a ganhar espaço na política estadual. De 1909 a 1912, os Caiado dinamizaram suas relações com o centro, ao mesmo tempo em que os Bulhões perdiam terreno político.⁸³ Em 1909 fundou-se o Partido Democrata. A partir de 1912 até 1930, Totó Caiado comandou o partido. Além disso, durante esse período, os políticos que compunham o corpo das legislaturas tanto estaduais quanto federais eram geralmente ligados por parentesco; às vezes, quando não faziam parte da família, eram indicados para compor alianças que os inseriam no grupo politicamente hegemônico, vinculado ao plano nacional do

⁸¹ CHAUL, *op. cit.*, p. 103.

⁸² CHAUL, *op. cit.*, p. 103-4.

⁸³ RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. p. 209-328, In, CHAUL, Nasr F (org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia, Keolps, 1998, 328 p., p. 230.

Partido Democrata.⁸⁴ As alianças, pensadas por laços de casamento ou por meio de acordos políticos nacionais, visavam sobretudo ao fortalecimento da família Caiado e sua representatividade nos “negócios públicos”, solidificando-se também o Partido Democrata em dois planos: o regional e o nacional. Essa questão político familiar é muito importante aqui para que possamos compreender o contexto de disputas e alianças que se vivia na então capital de Goiás.

Em termos políticos, a cidade sobressaía-se principalmente por causa de sua função de dirigente administrativa do Estado de Goiás. Percebemos a cidade como centro político de Goiás. Em termos arquitetônicos, emergiram de 1927 a 1928 construções que apresentavam elementos diversos no que se referia a suas fachadas, demonstrando sua relação cultural com outros centros urbanos, mesmo que tardiamente em comparação aos mesmos.⁸⁵ Nesse período, não há uma definição concreta de um único estilo, já que estas apresentam aspectos coloniais, neoclássicos, eclético e *art nouveau*. Essa peculiaridade insere, inclusive, a cidade de Goiás no *rool* de centro histórico com importância específica. Goiás aparece então como uma cidade que recebeu influências da arquitetura estrangeira, com décadas de atraso em relação às demais cidades brasileiras que tenham incorporado o papel de modernizadas.⁸⁶

Enquanto aconteciam as articulações referentes às disputas políticas entre lideranças locais e suas respectivas ligações com as forças políticas nacionais, vimos que a preocupação com a construção da estrada de ferro -

⁸⁴ RIBEIRO, *op. cit.*, p. 230

⁸⁵ De acordo com o Dossiê do Patrimônio Histórico da cidade de Goiás/1999, essa influência foi tardia, mas conforme COELHO, Gustavo Neiva, em *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás*, *op. cit.*, a arquitetura “ecletica” presente em algumas das fachadas da cidade de Goiás estava se disseminando à época por todo Brasil.

⁸⁶ Sobre isso ver Dossier do Patrimônio Histórico da Humanidade. Proposta – Formulário da Unesco, cidade de Goiás/GO, 1999, p. 2.

estabelecendo uma ponte do Estado de Goiás com outras regiões, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, também fazia parte das discussões desses primeiros anos que compuseram a Primeira República na região. Entretanto, é preciso perceber o quadro organizacional da cidade de Goiás que, na condição de capital do Estado, tornava-se o centro de discussão de tais tensões. Nesse sentido, vimos que permanecia a preocupação de estruturação do espaço urbano, como o vimos no final do século XIX. Enquanto a modernidade atingia as cidades do litoral, destruindo o “velho” e substituindo-o pelo “novo”, o espaço urbano da capital do Goiás desenvolvia-se e tomava medidas inerentes às suas necessidades. Em ata da Assembléia Legislativa de 1919, a construção de novas estradas e os incentivos a novos empreendimentos eram parte da política administrativa local. Em contrapartida, as ementas propostas na ata refletem também a preocupação com o saneamento e com o hospital da capital:

Art. 4 – Fica o governo autorizado: a) a dar nova organização ao Hospital de S. Pedro de Alcantara; b) mexer e modificar o regimento de custas da justiça estadual; c) a defender ate a quantia de quinze contos de reis com os estudos, plantas e orçamento de todas as despesas relativas ao serviço de agua e esgoto desta capital. d) a conceder privilegio para a construção de estradas de automóveis na condições estipuladas na lei 588 de 22 de julho de 1918; e) a conceder premios aos estabelecimentos que se destinassem ao beneficiamento da materia prima e aos que se findassem para novas explorações;⁸⁷

As medidas governamentais têm dupla face. De um lado, existem as necessidades da população e do meio urbano, conduzindo projetos políticos e sua execução; de outro, as necessidades políticas e os benefícios a setores

⁸⁷ Arquivo Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Caixa 0605 – 1919 – Assembléia Legislativa – Atas. Acta da décima nona sessão ordinária da Camara dos Deputados do Estado de Goyaz, na oitava legislatura. Presidência do Im. Annulpho Caiado.”

elitizados daquele contexto urbano. No primeiro, temos os apelos dos moradores da cidade: serviços básicos, como (água, luz e esgoto) e atendimento de saúde, entre outros. No segundo, desponta o líder político, que ficará conhecido sobretudo pelas obras edificadas em sua gestão, como pontes, estradas, indústrias, etc.. Além disso, construir estradas e incentivar novas explorações apenas facilitariam financeiramente o empreendimento daquele que se aventurasse a fazê-lo. Acerca disso, a ata da Assembléia Legislativa de Goiás, de 30 de julho de 1920, refere-se ao auxílio dado aos que se enveredavam no negócio das rodovias e na prestação de serviços por meio do transporte para a população:

Artigo 1: Fica o Poder Executivo autorizado a subvencionar os particulares ou empregos que já se tenham constituído ou venham constituir-se, com a quantia de um mil reis por Kilometro de estrada construida e trafegada.

(Parág. Único) Quando no traçado de uma estrada dela percorrer mais de dois povoados, Villas ou Cidade, a subvenção poderá ser paga a medida que forem inaugurados os trechos de um povoado a outro.

Artigo 2: As empresas que já foram subvencionadas não terão (...) as vantagens desta lei.

Artigo 3: O Governo exigirá das autoridades competentes documentos que provem a efetividade da construção e tráfego das estradas de automóveis afim de ser paga a respectiva subvenção.⁸⁸

Além da subvenção à construção de estradas de rodagem, muita verba era destinada à construção de pontes. Ao lado dessas preocupações, o Gabinete Literário – como um referencial intelectual - também recebeu ajuda

⁸⁸ Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Caixa 0680 – 1920 – Governo – Offícios/Assembléia Legislativa – Leis – Offícios – Projetos. Lei n.º 658, de 30 de Julho de 1920. “Autorizando o Presidente do estado a subvencionar as linhas de automoveis estabelecidos por particulares ou empregos.”

financeira para sua manutenção.⁸⁹ Entretanto, a votação de projetos ou o estabelecimento de leis e ementas não podem traduzir por si só o cotidiano administrativo e a vida do cidadão do Estado e da cidade de Goiás.⁹⁰ Por isso, a imprensa, como veículo de divulgação dos acontecimentos, serviu-nos para complemento dessas informações.

No jornal “O Democrata”, veículo de comunicação do Partido Democrata, percebemos a reprodução do referencial *Litoral – Interior*. A “barbárie” era atribuída ao bandido do “interior”, que comparado a “jagunços”, impunha a violência nas fazendas distantes do espaço urbano:

*O interior do paiz está dominado pela barbaria. Passam-se, actualmente, na zona limitrophe dos quatro grandes estados Piauhy, Maranhão, Bahia e Goyaz, scenas monstruosas de atrocidades. A pobre gente sertaneja foge, espavorida, ou agoniza, sob o rifle (...) dos jagunços. Os lares são destruidos, os campos devastados, as fazendas incendiadas, roubadas as manadas de gado vaccum.*⁹¹

Compondo o ambiente das “inquietações”, as datas comemorativas também se inseriam como parte da vida na “pátria”. O cidadão goiano, com base

⁸⁹ Ver Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Caixa 0680 – 1920 – Governo - Ofícios. Projeto de Lei n.º 4, Câmara dos Deputados de Goyaz, 28 de Maio de 1920.

O Gabinete Literário constituiu-se a partir de uma biblioteca particular aberta ao público, e funciona atualmente como arquivo de pesquisa a muitos historiadores, sob comando da prefeitura da cidade de Goiás. Nele há jornais e livros de época.

⁹⁰ Ver *O Democrata*, “Estradas de Rodagem.” Anno VI n.º 289, Goiás, 12 de Janeiro de 1923. Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Arquivo da Cidade de Goiás, n.º 17.

Nesse artigo, o autor comenta a má qualidade das estradas e o não cumprimento das regras impostas para a construção das mesmas. As empresas de condução que haviam obtido a “subvenção” não cumpriam totalmente as normas, e as estradas eram de difícil tráfego: “...os preços da passagens não estão sendo cobrados a talante dos emprezarios (...) as viagens em automóveis se tornam impossíveis (...) Não só os lameiros prendem por horas os veículos, sendo preciso muitas vezes, que venham juntas de bois tirar os automóveis de suas prisões...”

⁹¹ Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Arquivo da Cidade de Goiás, n. 17.

Jornal *O Democrata*. Órgão do Partido Democrata. Goyás, 06 de Abril de 1923. Anno VI n.º 300. “A Zona dos Cangaceiros. Misérias, incendios, saques, depredações innominaveis no Brasil Central.”

num ensino direcionado, deveria comemorar “grandes datas nacionaes, fazendo, os professores, prelecções allusivas a homens e factos da nossa história”, ensinando a criança o amor ao seu país, e explicando-lhe seus deveres de cidadão brasileiro.⁹²

Em contrapartida, o código de Posturas da Cidade de Goiás (1924) reflete as necessidades de “disciplinar” a vida privada do cidadão. Invadindo a casa do indivíduo, a política sanitária agia de forma a manter os padrões de higiene, para evitar doenças. A organização das regras era feita no sentido de manter o doente distante do restante das pessoas da casa. Como parte das normas do espaço urbano, sanitizar os hábitos do morador da cidade era um trabalho de Inspeção e cobrança:

Art. 30 – O inspetor de Hygiene, tendo conhecimento (...) de que em alguma casa particular não observam as condições higienicas, constituindo isso perigo para a saude publica, visitará a mesma casa, com previo aviso ao proprietario ou inquilino e, no caso de opposição por parte destes, requisitará da política a força necessária para garantir e aplicará ao infractor a multa de 20\$000.⁹³

As normas de higiene desse código referiam-se, entre outras coisas, a prédios inadequados ao espaço urbano e à saúde do cidadão. A autoridade sanitária, após tomar conhecimento da doença do morador da casa ou das más condições de habitação, ia até o local, fazia exames e tomava providências para a

⁹² Ver Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Arquivo sobre a Cidade de Goiás n.º 17. Jornal *O Democrata*. Anno VII, n. 322. Goiás 7 de setembro de 1923.

⁹³ Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Arquivo sobre a Cidade de Goiás, n. 17. Jornal *O Democrata*, “Códigos de Posturas do Município da Capital de Goyaz.” Lei 548, 11 de outubro de 1924. Goyaz 7 novembro de 1924, Anno VIII, n.º 381.

retirada do doente da residência. O segundo passo era desinfetar a casa, podendo até fechá-la se as medidas não tivessem sido eficazes. No caso da indisciplina do morador, que se negasse a cumprir as normas de moradia em prol da higiene, este seria submetido a multas por insubordinação, no valor de 50\$000.⁹⁴

Dentre as obrigações do cidadão, ainda na década de 1920, várias eram as preocupações dos administradores, da polícia e das instituições de educação. Em 1927, traduzindo em parte o quadro social da época, o relatório dos trabalhos legislativos do Estado de Goiás referiu-se, por um lado, à dispensa dos alunos bacharéis em direito do alistamento militar; por outro, informou a criação de uma “Escola Doméstica”: “N.º 10 – Autorizando o Governo do Estado a criar nesta Capital uma Escola Domestica destinada á formação de donas de casa.”⁹⁵

Enquanto criava-se a escola doméstica para “qualificar” o trabalho da dona de casa, a Assembléia Legislativa já havia recebido da secretaria do Senado do Estado de Goiás a aprovação de convênios com outros governos de outros estados para que pudessem ser reconhecidos os diplomas “expedidos pelas Escolas de Pharmacia e Odontologia de Goyaz.”⁹⁶

Ao passo que se criavam na cidade de Goiás mecanismos de organização do espaço público urbano, bem como normas de vida para o morador da cidade (seus hábitos, intelectualidade, higiene, dentre outros), a

⁹⁴ Ídem, código de posturas, 1924, cidade de Goiás.

⁹⁵ Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Caixa 0745, 1927. Cidade de Goiás. “Relatorio dos Trabalhos Legislativos da 3ª Sessão da 10ª Legislatura do Congresso Legislativo do Estado de Goyaz. Apresentado ao Congresso pelo Sr. Presidente do Congresso, Senador Joaquim Rufino ramos Jubé.” 31 de julho de 1927.

⁹⁶ Arquivo Histórico e Geográfico de Goiás. Caixa 0745 – 1927. Sobre a Cidade de Goiás. Assembléia Legislativa. Doc. n. 20. 17 de julho de 1927.

cidade de São Paulo tornava-se a “fonte e o foco da criação cultural”.⁹⁷ A cidade de forma geral, passou a ser vista como o ponto de referência das discussões e das produções artísticas. A diferença do espaço urbano paulista estava no seu vertiginoso crescimento, na sua repentina mudança de cenário, sua população quantitativamente maior. De fato, São Paulo tornou-se um centro urbano de grande porte. Seu crescimento não programado, as indústrias que surgiam, os sonhadores que chegavam impunham à cidade, ao mesmo tempo, “oportunidade” e “indigência”.

De acordo com Nicolau Sevckenko, essa mudança abrupta na vida do paulista mobilizou a transformação dos hábitos mais corriqueiros em um cotidiano acelerado: o repouso dos fins de semana deixou de ser normal; não havia atrativos em casa, só nas ruas, onde circulavam as coisas: a bebida, os cinemas, o esporte, os chás, bicicletas, aviões ou automóveis. As opções fora de casa aumentavam à medida que crescia a cidade e, com ela, as novas formas de pensar o espaço urbano. Os carros e os bondes passaram a compor esse cenário tão “novo”. As mulheres – menos contidas – conquistavam mais participação social e ajudavam a completar esse ambiente público: nos bares e bailes, como costureiras, tecelãs, etc.⁹⁸

Enquanto em São Paulo a prefeitura havia asfaltado a primeira rua com piso uniforme (a Avenida Paulista), na cidade de Goiás as ruas continuavam calçadas de pedras. Vivia-se entretanto, formas diferentes de organização do espaço público, normas referentes à demanda e às necessidades da população.

⁹⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole* – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Editora Schwarcz, 1992, 390 p., p. 18.

A última década da Primeira República marcou o ambiente de tensões que desembocariam na chamada Revolução de 1930. Tentando romper com o privilégio dos produtores de café – considerado até então pelos governantes nacionais o setor economicamente forte do país –, a Revolução de 1930 mesclou setores heterogêneos, como: dissidentes rurais descontentes do Rio Grande do Sul; classe média emergente, ainda não reconhecida socialmente; tenentes desfavorecidos; setores industriais desprovidos de apoio político e econômico. Tendo sido o ápice das tensões entre os grupos rurais que disputavam a hegemonia econômica no Brasil e nas exportações, a revolução foi marcante por ter aberto as portas para outros setores econômicos. A revolução, que se deu muito mais no plano das grandes cidades, elegeu para o Governo Provisório, após luta entre os grupos opostos, o gaúcho Getúlio Vargas, representando as forças dissidentes e fortificando a presença dos militares no poder. A chamada Segunda República estaria se iniciando, marcando não o fim dos privilégios para o setor cafeeiro, mas abrindo as portas para os demais.

No caso do Estado de Goiás, a revolução pode marcar época sobretudo por causa do interventor nomeado por Getúlio Vargas. Oposto aos Caiado, o interventor nomeado em 1930, Pedro Ludovico Teixeira, visava romper os laços com o poder da situação até então. Ligado às influências das transformações cariocas, Ludovico, além de médico, havia se aliado também a outros opositores do grupo “caiadista” que se mantivera até 1930, quando foram depostos pelos movimentos da revolução nacional e regional.

O quadro “mental” de todo o período dos anos 20 e 30 retratou a aceleração e o trabalho, ao mesmo tempo em que trazia à tona a figura simpática

⁹⁸ SEVCENKO. *op. cit.* p. 33-50.

e inspiradora do “malandro” – aquele que se negava a absorver as mudanças cotidianas tão abruptas e “coercivas”. Saindo de um ambiente de movimentações culturais e artísticas, no qual a medicina ganhava força política a cada ano, Pedro Ludovico viveu a influência de uma cidade que havia absorvido muito do modelo francês de urbanização. Após concluir o curso de medicina no Rio de Janeiro, voltou para Goiás em fins dos anos 10, participando das discussões políticas regionais desde então, questionando o poder local da época.

Como vimos, o espaço urbano carioca, com suas transformações e influências européias, gerava um ambiente em que fervilhavam idéias. Dessa forma, quando Ludovico retornou a Goiás casou-se com Gercina Borges, filha de Antônio Martins Borges, senador pelo Estado à época, pertencente à situação política daquele momento. O senador, entretanto, mudou de lado na década de 20, ficando junto ao genro, contra o grupo dos Caiado (grupo ao qual o senador dava apoio até então) e a favor do sul e sudoeste do estado de Goiás – excluídos das discussões políticas até 1930, quando ocorreu a intervenção em Goiás, quando “novos” direcionamentos foram dados.

No ambiente urbano das grandes e pequenas cidades, o malandro da década de 1920 era um misto de “camaradagem” com “vadiagem”. A partir de 1930, esse malandro “bonzinho” tornou-se alvo da política da Segunda República. O espaço urbano dos cortiços e da promiscuidade – já combatido antes – precisava acabar, pois o ideal de cidadania, que estaria por ser construído, estava no trabalho e na disciplina, no lazer regado e padronizado. Como o início de um processo, 1930 serviu de veículo de abertura para Ludovico no cenário nacional, já que em sua gestão o projeto de transferência da capital foi efetivado. A nova

cidade romperia não somente com o passado político do Estado, mas com os hábitos de um meio urbano mal distribuído, entre casas e prédios públicos.

De acordo com Luís Palacin, a Revolução de 1930 significou para Goiás o início do fim do atraso ao qual o Estado se via mergulhado desde o esgotamento do ciclo do ouro. O autor refere-se à revolução como um ato de “libertação”. Na tentativa de romper com as formas políticas e econômicas do passado, a revolução seria a esperança e a redenção dos goianos. Palacin associa as necessidades regionais às transformações ocorridas no pós-30, e explica que “Era uma quase-necessidade de romper com o passado, também topograficamente”.⁹⁹ O autor, na verdade, tenta mostrar que o atraso que existia em Goiás deveria ser rompido não somente com o novo governo a partir de 1930, mas também com a mudança da Capital para um outro local, já pensada anteriormente por vários governantes, mas nunca efetivada.

No plano nacional, as inquietações e diferenças político-econômicas compuseram as armas do movimento de 1930. No Estado de Goiás, o descontentamento de setores não participantes das decisões políticas, mas economicamente promissores, foi decisivo para o desenrolar da revolução. Jaime Câmara, em obra redigida no ano de 1979, explicou que, próximo ao movimento de 1930 em Goiás, a situação já não estava muito favorável. Na verdade, o movimento em Goiás contou com o apoio de outros Estados rebeldes como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Entretanto, a situação pouco promissora não era geral: na Capital – a cidade de Goiás – bem como em algumas cidades onde estavam instaladas outras elites pertencentes a famílias importantes que

⁹⁹ Ver PALACIN, Luís. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976, 108 p., p. 21-3.

ajudavam a compor o quadro de dirigentes regionais, permaneciam as discussões políticas, e a vida cotidiana não estava tão abalada quanto nas demais cidades, condenadas pelo abandono.¹⁰⁰

Compondo o cenário das diversidades estava o setor monopolizador que constituía a situação política do Estado, enquanto as dissidências (sul e sudoeste) estavam distantes das decisões locais; havia também a formação de uma classe média, peculiarmente oriunda de famílias ligadas à terra, na qual a figura do profissional liberal – o advogado, o médico – estava sempre presente.

A revolução de 1930 em Goiás foi possível somente com o apoio de Minas Gerais, pois o contingente de rebeldes não era bastante. Pedro Ludovico possuía uma coluna revolucionária, mas aguardou a coluna mineira do também médico, Carlos Pinheiro Chagas, para a concretização da revolução no estado de Goiás. Quando Pinheiro efetivou o movimento em Goiás, fez um discurso no qual mencionou que a capital deveria ser representada por uma outra cidade, enquanto isso Ludovico encontrava-se preso pelos inimigos políticos. Dessa forma, a coluna Arthur Bernardes (também mineira) assumiu, a princípio, o Governo Provisório, até que Getúlio Vargas nomeasse Pedro Ludovico Teixeira, interventor do Estado de Goiás, ainda em 1930.

A revolução de 1930 em Goiás pode ter várias interpretações. Dentre elas, temos a de Francisco Itami Campos que compreende o movimento local por meio da união das forças mineira e goiana. Para o autor, essa aliança em prol da revolução se deu em função das divergências dos dois Estados com São Paulo, que subordinava as demais regiões brasileiras às políticas de produção de bens primários para abastecer a região Centro-Sul do Brasil. Ao que parece,

¹⁰⁰ CÂMARA, Jaime. *Os Tempos da Mudança*. Goiânia: Editora O Popular, , 1979, p. 23.

Minas Gerais apoiava, antes da revolução, uma oposição ao poder dos Caiado em Goiás. Enquanto Minas já havia rompido com a política “café com leite” desde 1928, Goiás no mesmo ano, a convite de São Paulo, foi instado a participar do convênio do café. Em vários momentos Pedro Ludovico citava Minas como um importante veículo de ajuda e oposição ao grupo caiadista. E foi na condição de membro da junta governativa do Estado que ele foi indicado interventor em 1930.¹⁰¹

Iniciava-se aí, de certa forma, uma nova fase da medicina no poder político goiano. A higiene e o discurso sanitarista ajudaram a compor a fala do então interventor. O espaço urbano que até esse momento era alvo de estratégias organizacionais, tornou-se o foco das tensões pós-revolução. Quando se fala em Revolução de 1930 em Goiás, o que vem à lembrança são os trâmites para a construção de uma nova capital – não mais o espaço do passado “atrasado” de traços coloniais e “pacatos”, nem de políticas retrógradas e pouco eficazes. Ludovico, no seu discurso mudancista, retratava os males dos quais Goiás precisava se curar. A cura a qual se referia o interventor nomeado por Vargas não era a das doenças ou dos males de uma cidade sem infra-estrutura. O “mal” da capital goiana era não ter atingido as expectativas que o centro político e administrativo de um Estado deve ter. A cidade moderna – no discurso progressista – dotada de possibilidades, de ambiente para investimento, não poderia ser o local da estagnação. Para Ludovico, a decisão mais correta para efetivar os ideais do governo após 1930 seria não cometer os mesmos erros de

¹⁰¹ Ver CAMPOS, Francisco Itami. *Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana (1930-1964)*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985, 276 p., p. 139.

governos anteriores e admitir a ineficácia da cidade de Goiás como representante da política estadual:

Só o raciocínio de uma capital com dois séculos de vida nunca possuíra mais de dez mil habitantes, e, pelo contrário, a sua população tendia a decrescer, pois o recenseamento realizado em 1932 lhe dava apenas 8. 256 habitantes, bastava para condená-la como sede do governo. Acrescente-se que a sua média de edificações entre 1914 e 1932 não excedera de 1, ½ casa por ano.¹⁰²

O discurso do “novo” governo, o chamado revolucionário, visava desqualificar atitudes políticas acerca das “coisas pública”, ou seja, desejava desmontar a situação até então vigente, mostrando as necessidades de se pensar em mudanças mais radicais. Segundo Ana Lúcia da Silva, o governo de 1930 em Goiás, além de representar os anseios da Aliança Liberal, significou também a extensão do governo revolucionário do plano nacional. Por isso, Pedro Ludovico deveria romper os laços positivos do velho governo. Para tanto, termos como conservadorismo, “mentalidade reacionária”, a familiocracia no poder, mentiras eleitorais, entre outros, tornaram-se tão comuns no decorrer do governo revolucionário e até durante o restante da gestão política de Ludovico, até 1945. Dessa forma, para Ana Lúcia da Silva, o governo pós-30 representou também um tempo de conservadorismos, porém privilegiando outras oligarquias no Estado de Goiás.¹⁰³

A participação de Pedro Ludovico Teixeira no movimento de 1930 em Goiás foi marcante uma vez que este havia se aliado às forças dissidentes do

¹⁰² Discurso do Interventor Pedro Ludovico Teixeira., p. 3 Discurso de nomeação do primeiro prefeito de Goiânia: Venerando de Freitas Borges.

¹⁰³ Ver SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*, São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982, 267 p., p. 157 a 203.

sudoeste goiano, partidárias da Aliança Liberal. Contudo, o líder político em questão foi derrotado pelos Caiado e ficou preso nas proximidades da cidade de Rio Verde, local de onde saiu somente para ser transferido à cidade de Goiás. O quadro mudou de figura a partir da presença da coluna Mineira, com tropas lideradas por Quintino Vargas, que inverteu a posição dos vencedores. Pedro Ludovico assumiu posteriormente, e o movimento de 1930 em Goiás caracterizou-se por ter sido responsável pela emergência, não do proletariado ou da burguesia, mas de um oligarquia ligada ao poder central efetivado com a Revolução de 30 no âmbito nacional.¹⁰⁴

As influências cariocas, entre as quais reurbanização do Rio de Janeiro, podem ter moldado o pensamento de Ludovico. Mas, sem dúvida, a cidade de Goiás, mesmo que compartilhasse com o Rio dos “problemas” de um espaço urbano rodeado de morros, estava fora das perspectivas reurbanizadoras como o que se deu no Rio de Janeiro. No caso carioca, a justificativa estava na demanda de pessoas e na influência dos hábitos europeus na vida cotidiana da cidade. Assim, modifica-la era abrigar o grande contingente de pessoas que a abarrotava, era reproduzir, nesse ambiente de movimento e efervescências culturais e políticas, os ideais de modernidade da época. Em Goiás, mudanças muito bruscas seriam justificáveis se o fluxo de pessoas tornasse necessária a reformulação, em função da demanda e distribuição dos espaços. Além disso, criar uma nova capital era algo que de fato ia ao encontro dos anseios da política nacional, na qual Ludovico se inseriu quando assumiu em Goiás. Para Ludovico, o maior trunfo, efetivando seu poder local pós-revolução de 30, era pensar num

¹⁰⁴ CHAUL, Nasr N. F., e LUZ, Maria Amélia de A. 1930: Das Generalizações à Análise Regional. *Revista do ICHL*, 4 (1): 13-22, jan/jun, 1994, p. 20.

novo ambiente para uma “nova” administração. Essa “nova” e segunda etapa da República dava incentivo a idéias arrojadas, já que arrojado, segundo a semântica da época, era tentar romper, ser diferente do que mantivera ou do que havia sido feito. Nesse sentido, a modernidade, inicialmente pensada por Ludovico como “reforma” da cidade, reurbanizando o modelo “ultrapassado” para um mais atual, não foi condizente com os ideais por ele almejados, pois o interventor desejava romper os laços com a política local, de influência na cidade de Goiás.

Por isso, a exemplo de Belo Horizonte (construída em 1897, por “grupos políticos descontentes”, para substituir a histórica Ouro Preto), a Revolução de 1930 em Goiás serviu de veículo condutor para um momento em que a modernidade começava a atingir os “interiores” – e não mais somente os litorais. Na teoria, o movimento de 30 deveria romper com a Primeira República, ao passo que a economia deveria sofrer incentivos que garantissem a incrementação da produção primária nesses “interiores”. De 1930 a 1933, houve uma redução do imposto de exportação sobre os principais produtos agropecuários, o que representava um incentivo à saída dos mesmos. A política de expansão em direção ao interior do país pode ter sido incentivada com a construção da nova capital. De fato, percebemos que ocorreram vários financiamentos, de 1934 a 1938, visando à construção das obras na cidade de Goiânia.¹⁰⁵

Pensar na construção da nova capital era vislumbrar o rompimento total com a “mentalidade” do passado, representada para Ludovico, no grupo político caiadista. Construir um novo espaço urbano para representar o governo

¹⁰⁵ Ver BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás: “modernização” e crise – 1920-1960*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1994, 305 p., p. 166

revolucionário representava, para as novas forças locais, não menos conservadoras que as passadas, a edificação de um espaço político distante e livre do poder regional que emergiu sobretudo no decorrer da Primeira República.¹⁰⁶

A revolução de 1930 em Goiás foi marcante porque retomou o suposto “atraso” do passado, as necessidades do crescimento e da organização do espaço urbano. Foi a partir de 30, com a influência de pensamentos mudancistas revolucionários, que se vislumbrou a modernidade de fato no “interior” – uma capital no “centro (...) do Brasil”¹⁰⁷. Em poucas palavras: o espaço urbano higienizado, com residências separadas dos ambientes de trabalho; amplitude e grandes possibilidades de investimento. Pensar em Goiânia – a nova capital – era o mesmo que romper com o “atraso” da cidade de Goiás, instituir para a vida política do pós-30 o caráter revolucionário que a ela se imaginou realmente atribuir. O médico político abriu as portas do “interior” e ganhou o aval de anos de governo que viriam depois. A Revolução de 30 em Goiás foi, na verdade, a revolução de muitos anos: aquela que construiu Goiânia. Revolução que lembra Goiânia, que lembra o “segundo vazio” da cidade de Goiás.

A cidade de Goiás, entretanto, pode ser vista sob dois discursos: um que apontava a construção política e histórica do local e outro que evidenciava os problemas da capital. Caracterizada como centro de importância em Goiás, a capital vivia problemas que compunham os ambientes urbanos de forma geral. Seu patrimônio cultural, portanto, está, até então, na sua construção histórica como um todo: das bandeiras paulistas à década de 1930.

¹⁰⁶ Ver CHAUL. *op. cit.*, p.149-247.

¹⁰⁷ Discurso do Interventor Pedro Ludovico Teixeira nomeando Venerando de Freitas Borges a primeiro prefeito de Goiânia.

Capítulo 2 – A cidade de Goiás diante do discurso da modernidade (1920-1945)

Vimos que o espaço da cidade de Goiás passou por dois vazios: o primeiro, com a diminuição do ciclo aurífero; o segundo, com a transferência da capital goiana. O contexto urbano que antecedeu o denominado “segundo vazio”¹⁰⁸ estava repleto de controvérsias políticas e atividades econômicas ligadas ao cotidiano pacato. No começo do século, o Estado era dotado de indústrias caseiras, como as de açúcar, rapadura, garapa e sal. O sistema econômico era fechado e beneficiava uma minoria. A principal fonte de arrecadação advinha da exportação de gado. A partir de 1910, ocorreu um desenvolvimento crescente em termos estaduais. Em Goiás, as regiões Sudeste e Sudoeste foram rapidamente povoadas por mineiros e paulistas expulsos pela marcha do café. Como vimos, tal impulso se consolidou quando os trilhos da estrada de ferro chegaram a esses locais.¹⁰⁹

2.1- O “proveitador do momento.”

No plano educacional, a responsabilidade da cidade de Goiás bem como das cidades mineiras é inquestionável. Ao longo dos anos, permaneceram como fornecedoras dos mestres para as crianças da região goiana, sobretudo de

¹⁰⁸ Ver tabela 1, ao final deste capítulo. Dados de Batismo do Curato de Sant’Anna (1925-48). Cidade de Goiás-GO. Arquivo do atual orfanato Lar São José.

Na tabela, os dados de batismo têm uma queda, retomando quantidades equivalentes à década de 1920, somente em fins dos anos 40. Acreditamos, em função disso, que várias famílias se mudaram para Goiânia, evidenciando o que nós denominamos de “segundo vazio”.

outros municípios e localidades rurais. Tal fato marcava a cidade de Goiás como referencial de ensino e conhecimento. O material didático para as atividades educacionais era fornecido pelos professores.¹¹⁰ Torna-se evidente o papel da então capital na vida do Estado e no cotidiano das pessoas, sendo ela um dos referenciais na área de educação. Nesse aspecto, podemos discutir o crescente desenvolvimento de regiões, como a sudoeste, sul e sudeste, mas não devemos descartar a importância da antiga Vila Boa, mediante sua condição de capital, local de decisões políticas e referencial de poder. Era ela, sem dúvida, o ponto de partida das decisões políticas e educacionais.

No decorrer da década de 1920, prevaleceu o poder de alianças que efetivavam a política da família Caiado, marcando um período que antecedeu a Revolução de 1930 no local.¹¹¹ No plano federal, estava em processo de formação o órgão responsável pela proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro. Entretanto, era ainda uma entidade oficial, que visava preservar os bens culturais da América Latina.¹¹² Mas na condição de centro de importância política, a capital de Goiás não participava das discussões acerca da preservação de um patrimônio que a comunidade não havia perdido. Na condição de capital, a cidade estava preservada. Porém, foi a partir de 1930 que esse quadro começou a se modificar. Isso se deu com o anúncio da transferência da capital para Goiânia, ameaçando o papel da cidade de Goiás em relação aos outros

¹⁰⁹ Ver ROSA, Maria Luiza Araújo. *Dos Bulhões aos Caiado* – um estudo da história política de Goiás – 1899-1909. Goiânia: UCG, 1984, p. 31-2

¹¹⁰ Ver FRANÇA, Basileu Toledo. *Velhas Escolas*. Goiânia: UFG, 1998, p. 25 e 31.

¹¹¹ Vimos no primeiro capítulo que a família Caiado conquistou espaço político referente à capital goiana à época. Através de composições com outros grupos políticos, foi galgando espaço. Após 1930 perdeu terreno. Retomou a cena política regional e nacional depois de 1945, com o fim do Estado Novo.

¹¹² *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. MEC: SPHAN próMemória, 1980, p. 25. O conceito de bem cultural, entretanto, é recente, tendo se ampliado na década de 1950, posteriormente na década de 1970.

municípios goianos. A discussão acerca de preservação do espaço da antiga Vila Boa iniciou-se somente na década de 1940, quando a comunidade da cidade encontrou na sua história sua forma de sobrevivência e reinserção nacional.

A proposta do interventor Pedro Ludovico Teixeira (1930-33), baseava-se na formulação de um espaço urbano que representasse o Estado de Goiás em seu tempo. Os ideais inerentes à concepção de cidade moderna estiveram presentes em seu governo e ajudaram a compor o plano de construção da nova capital. Os projetos políticos pós-30 tendiam a vislumbrar um ambiente urbano mais disciplinado e amplo, de forma a garantir mais produtividade.

A modernidade nas cidades visava reprogramar a vida cotidiana das pessoas, que se habituariam ao espaço mais sobrecarregado em termos de população. O meio urbano reestruturado alimentou um modelo de vida cotidiana mais acelerado, mais produtivo e dentro dos padrões de desenvolvimento. Para o governo federal que foi se solidificando no decorrer da década de 30, a meta nacional-desenvolvimentista poderia ser atingida por meio da reformulação da cidadania, cujo alvo era principalmente a exploração e a produção nacionais. Reformular os hábitos dos cidadãos citadinos era, sem dúvida, pôr em prática um projeto para um país economicamente mais forte.

Vimos no primeiro capítulo deste trabalho, que os projetos modernizadores tornaram-se meta de muitos progressistas. Mas é contraditório e ao mesmo tempo explicável que desde a década de 1920 se inicia-se também a discussão acerca da proteção aos monumentos históricos brasileiros. Ou seja, para convencer da modernidade era necessário reconhecer o velho que, por causa do passado histórico, teria seus dias de glória. Uma justificava o outro. Assim, em 1923, foi aprovado no Congresso Nacional o projeto do deputado Luiz

Cedro sobre a proteção dos monumentos históricos do Brasil. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil visava preservar imóveis públicos e particulares que fossem dotados de importância nacional, referindo-se à arte ou à história.

“Modernidade” e “preservação” continuaram agrupadas num mesmo cenário histórico. Emergiam as discussões a respeito dos benefícios e das necessidades da cidade moderna. Ainda em 1925, o presidente de Minas Gerais conduziu um anteprojeto de lei para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Este visava também a preservação da história anterior às instituições e prédios urbanos. Os sítios arqueológicos e seus desenhos rupestres ganharam nova perspectiva, já que no esboço do anteprojeto de lei federal, elaborado pelo jurista Jair Lins (escolhido como relator da comissão designada pelo referido presidente de Minas Gerais), afirmava-se: “A Arte pois, como sombra do homem, nasceu com ele e o vem acompanhando através todas as idades.”¹¹³

O ambiente da década de 1920 foi marcado pela construção desse ideal de preservação, ainda em gestação. Conjuntamente, as tendências políticas caminhavam rumo a algumas modificações mediante necessidade de grupos sociais emergentes e disputas entre produtores dissidentes. Devemos enfocar, porém, que, ainda nesse período, surgiram alguns conceitos que vão fazer parte das discussões políticas e culturais da cidade de Goiás a partir dos anos 1940-50.

Ainda nos anos vinte do século XX, um projeto do deputado federal José Wanderley de Araújo Pinho foi enviado ao Congresso Nacional. Este resolvia, dentre outros pontos, que todas as coisas imóveis ou móveis de valor histórico e artístico, sejam consideradas patrimônio histórico e artístico nacional.

Desse modo, passavam a fazer parte do patrimônio as coisas que pertencessem à União, aos Estados e municípios, incluindo-se aí os bens pertencentes à coletividades ou particulares, os quais deveriam constar do acervo nacional de forma catalogada. Definem-se aí não os “bens”, mas as “coisas imóveis e móveis”. No projeto, “coisas” são traduzidas por rochedos, inscrições e terrenos de valor arqueológico ou histórico, além de janelas, colunas, azulejos, etc. Ficaria definido, contudo, que os imóveis poderiam ser destruídos se estivessem impedindo a preservação do imóvel catalogado, e portanto protegido pela entidade. A guarda e conservação das coisas do patrimônio seriam confiadas às administrações municipais, sob a superintendência da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e das repartições congêneres estaduais.”¹¹⁴ Ou seja, fica evidente a preocupação com a memória histórica, nacional - produzida ou não por estrangeiros - mas não consta na lista dos funcionários, a presença de um historiador. Esse quadro porém tende a mudar na década de 1930, tal qual se deu no plano político.¹¹⁵

No Estado de Goiás – de 1930 a 33 – os relatórios de governo evidenciam as disputas políticas entre o grupo vigente até 30 e o governo revolucionário assumido no mesmo ano. Para o então interventor, os que estavam no governo anterior, no poder por cerca de vinte anos, eram de fato “oligarcas dominadores da terra anhanguerina”.¹¹⁶ Além de conservadores – justificava o

¹¹³ Ver *Proteção e Revitalizaçãoop cit.*, p.65. Anteprojeto de lei, Belo Horizonte-MG, 10 junho, 1925.

¹¹⁴ Ver *Proteção e Revitalizaçãoop. cit.*, p. 79-81

¹¹⁵ Ver SILVA, Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Vol III (J-P), R.J/São Paulo: Forense, 1967, p. 1237. Um projeto – vale lembrar – é um plano, entendido no seu sentido jurídico, como proposta do que se pretende tornar efetivo. Projeto de Lei é então uma proposta para o texto de uma lei que se submete à aprovação do legislativo. Portanto, não estamos falando de decisões concretas, e sim de intenções, retratando, assim, o percurso das discussões acerca da preservação do patrimônio e sua relação com a política vigente.

¹¹⁶ Relatório de Governo de Pedro Ludovico Teixeira ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, ao Chefe do Governo Provisório e ao Povo Goiano – Goiás –GO, 1930-3, p. 3

interventor –, punham em risco o movimento e seus ideais, como explicou Ludovico a Vargas: “depois de nossa vitória espalharam que não éramos revolucionário e, sim aproveitador do momento.”¹¹⁷

O ambiente de turbulência política marcou a vida da capital à época. O interventor via-se num espaço político cheio de controvérsias, dividindo as opiniões de moradores. Alguns eram partidários do governo anterior; outros apoiavam novas medidas, como pregava o movimento de 30. Entretanto, em entrevista ao jornal *Opção*, Jaime Câmara apontou os problemas políticos gerados pela mudança da capital. Para ele, foi a partir da oposição dos Caiado à transferência que se constituiu um grupo antimudancista:

*...eu mesmo não sei quais eram os principais antimudancistas. No princípio, quando surgiu a idéia da mudança, em 1933, ninguém acreditava que Pedro Ludovico consumasse seus planos. Por isso ainda não havia opositores declarados. Havia até um apoio dissimulado de toda população de Goiás, exceção feita aos Caiado que, por interesses políticos eram contrários – por tradição – a tudo que partia do governo estadual, especificamente de Pedro Ludovico. Eles compreendiam que a mudança representaria o fim de 40 anos de domínio absoluto do Estado e, por isso, eram radicalmente contrários.*¹¹⁸

Esse ambiente de oposição marcou também os depoimentos e relatórios do grupo mudancista. Na tentativa de explicar seu descontentamento a Vargas, Ludovico retrocedeu no tempo, narrando sua participação política contra o grupo que supostamente difamava o governo revolucionário assumido por ele em Goiás. Para tanto, refere-se à década de 1920, dizendo:

¹¹⁷ Relatório de Governo de Pedro Ludovico ... 1930-3, p. 3

Tivemos dias esperançosos e amargos (...) Durante esse tempo, experimentávamos toda sorte de perseguições por parte dos mandões de Goiás. (...) Os mastins reacionários não davam tréguas aos que divergiam dos seus patrões. Os lares desses imprudentes visionários, como eram chamados pela maioria, não mereciam o menor respeito dos policiais mal educados e sem freios, que os invadiam, a qualquer hora do dia ou da noite, nas buscas costumeiras.¹¹⁹

As descrições de Ludovico acerca de suas disputas políticas anteriores ao movimento de 30 traduzem-se numa justificativa da perseguição recíproca. A referência ao poder político regional anterior ao período de intervenção tem a imagem do conservadorismo e do abuso de poder. Para o então interventor, a Revolução de 30 foi significativa, pois anunciou um espaço no qual ele efetivaria os sete anos de luta e a oposição aos que ele denomina “oligarcas dominadores”. Para ele, após 1930 “Goiás esboçava ligeiramente o seu sorriso de liberdade...”¹²⁰

“Liberdade”, para ele, era acabar com os “desmandos” do passado, abolir privilégios de antigas oligarquias, implantar novos projetos. O sentido de “liberdade” parece-nos bem mais amplo do que o apontado. Liberdade significava derrubar os inimigos políticos do passado. Se o governo revolucionário desejava a “renovação” política, nada mais justo do que evidenciar os problemas que poderiam ser gerados pelos “opositores”. A liberdade tinha governo novo, almejando mais do que reformas. Ludovico desejava, de fato, construir um governo marcante, sem ser conhecido como aquele que sucedeu o governo anterior. Evidenciando-se como componente de um grupo que compartilhava

¹¹⁸ Entrevista feita com Jaime Câmara, pelo Jornal Opção, Goiânia, 28 mai. 1978. Republicada em comemoração ao aniversário de Goiânia e ao centenário de Pedro Ludovico, em 20-26 de outubro de 1991. p. 11-2.

¹¹⁹ Relatório de Governo de Pedro Ludovico Teixeira, Goiás-GO, 1930-33, p.3

¹²⁰ Relatório de Governo de Pedro Ludovico... 1930-3, p.4

ideais “revolucionários”, mostrava-se a Vargas, “(...) desejoso de impulsionar esta vasta unidade federativa na rota de suas alevantadas conquistas.”¹²¹

Mostrando-se adepto da idéia de que a então capital era “arcaica”, Pedro Ludovico combatia os grupos políticos “reacionários” de importância local. Em contrapartida, “instigou” o descontentamento da população da cidade de Goiás, quando anunciou seus planos de construção de uma nova capital. Os habitantes, acostumados à condição de moradores da capital do Estado de Goiás, manifestaram-se divididamente, alguns encarando a idéia como “traição”, já que Ludovico era filho da terra. Nesse caso, temos a construção de uma ideologia progressista, formada por um conjunto de representações cujo objetivo era eliminar a ideologia por eles denominada arcaica. Com relação a essa ideologia, os discursos políticos hegemônicos à época da transferência da capital revelam dois aspectos: a idéia do “atraso” da cidade de Goiás, em face da idéia de uma nova e moderna capital. Assim, essa concepção ideológica associa o sujeito da comunidade a um todo. É dessa forma que a “modernidade” que se desejava urgir com a construção de Goiânia poderia atingir toda a região goiana.¹²² Colocada desse modo, era parte dos discursos que incentivavam o progresso e a mudança da capital mostrar a antiga Vila Boa como um local de pouca estrutura urbana, de caráter mineratório, e já desprovida de capacidade para sediar o governo estadual. Discutimos aqui o discurso fundamentado em idéias progressistas, e como o mesmo gerou impressões aos moradores da antiga capital. Seguindo a lógica do discurso, uma cidade deve refletir os anseios de seu tempo. Nesse

¹²¹ Relatório de Governo de Pedro Ludovico... 1030-3, p.5

sentido, a cidade de Goiânia emergia de acordo com esses ideais, uma vez que se centrava em seus prédios públicos e dali dava vida ao restante do espaço urbano. Em contrapartida, o discurso progressista e sua lógica marcavam a origem mineratória da cidade de Goiás.

Na verdade, o crescimento de setores dissidentes no Estado de Goiás contribuiu no processo de transformação política e econômica. A emergência de uma elite nas regiões sul e sudoeste do Estado, enquanto locais modernizadores e progressistas, intensificou desde o início do século XX as tensões e disputas políticas dentro de Goiás. O retorno de Pedro Ludovico ao Estado em que nasceu, bem como sua oposição ao poder vigente, se davam a partir do apoio – em “conjunto” – desses setores dissidentes.¹²³

Tendo se oposto aos governos anteriores a 1930, Pedro Ludovico havia se tornado nos moldes do movimento, um “revolucionário”. Dessa forma, estava garantida sua posição política: por sua oposição ao poder local vigente até então, e por seu papel de interventor nomeado por Getúlio Vargas. Todavia, a família Caiado – hegemônica na política local –, ao invés de extinta da cena política, manteve-se somente afastada, por causa da derrota.¹²⁴

Mediante disputas políticas, o Estado de Goiás dividiu-se. No caso dos habitantes da cidade de Goiás, havia também divergências de opiniões. A

¹²² Ver CHARTIER, Roger. *História da Cultura – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

¹²³ Ver MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf, 1990. A autora mostra que a oposição realmente se constituiu na região sudoeste, sobretudo em Rio Verde e Jataí. O contato do sudoeste goiano com a região de Minas Gerais intensificou atitudes oposicionistas. O sudoeste se destacou pelo seu rebanho, sendo que Rio Verde e Jataí detinham o “maior número de cabeças de todo o Estado”. A propriedade da terra como um evidente símbolo de poder no Estado também representa fator importante. Nesse sentido, a autora observa a pecuária extensiva, bem como a baixa densidade populacional, denunciando uma “maior concentração da propriedade da terra.” p. 79-86.

¹²⁴ Ver RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. p. 209-328. In, CHAUL, Nasr F. (org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*, Goiânia: Kelps, 1998, 328 p.

Revolução de 30 desencadeou para Goiás, maior participação política para a região Centro-Sul do território goiano. As aspirações do governo mudancista de Ludovico, aliado a essas forças “sulistas”, envolviam a proposta de mudança da capital da cidade de Goiás para uma outra, a ser construída. Para eles, o “atraso” goiano estava diretamente ligado à “inércia” da então. Portanto, a primeira medida rumo ao desenvolvimento da região goiana baseava-se na transferência da capital.¹²⁵ De acordo com o discurso mudancista, a “inércia” era alimentada pela política local e, dessa forma, mantinha-se economicamente vinculada às forças dirigentes da região.

Por outro lado, a administração da cidade de Goiás buscava sintonizar-se com posturas urbanas de outras cidades brasileiras. Assim, as posturas revelaram-nos a preocupação com a ordenação e disciplina da cidade. A subvenção para empresas de transporte nas estradas da região também estavam presentes, marcando o cuidado com a circulação de pessoas e mercadorias. Na verdade, a transferência da capital fora cogitada várias vezes por governantes anteriores.¹²⁶ Esse fator acabou facilitando o discurso da mudança, que encontrou respaldo no desejo do passado. A transferência da capital, no entanto, era um projeto que marcava não um governo, mas as intenções de uma época. O plano da cidade tem sempre um papel, seja ele intencional ou não. A cidade de Goiás, surgida – como vimos na primeira parte – em função do ciclo mineratório e constituída a partir do mesmo, tem seu traçado urbano colonial próprio, conforme as necessidades do momento em que emergia a comunidade. Ansiava-se por um progresso que se desejava construir, e não o progresso local. Do tempo próprio

¹²⁵ Ver ESTEVAM, Luís. *O Tempo da Transformação* – estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás, Goiânia: Editora do Autor, 1998, p. 110-1

inerente ao espaço urbano da cidade,urgia o progresso local. Ou seja, a cidade de Goiás vivia condutas inerentes ao seu contexto histórico e cotidiano. Dessa forma, tal qual as demais posturas urbanas de outras cidades brasileiras, a antiga Vila Boa era regida por posturas elaboradas em função de suas necessidades.

Remetê-la a um julgamento na década de 1930 é pensá-la deslocada do tempo histórico que se deseja evidenciar, já que seu fundamento estava na tradição. Desse modo, é fácil para os que constróem o discurso mudancista construí-la à imagem da “inércia” e do “atraso”. Compará-la a uma cidade como a do Rio de Janeiro, à época do século XIX ou XX, é inseri-la num cotidiano histórico que não era o seu, atribuindo-lhe necessidades inerentes a um contexto urbano maior. Na condição de capital, a cidade de Goiás mantinha-se à frente das discussões políticas, abrigando instituições governamentais e disputas partidárias. Assim, enquanto capital, enquadrava-se na condição de centro de importância da região, mantendo-se como referencial da política e da tradição. Sua história era marcada pelas agitações do ciclo do ouro em Goiás e portanto, pela tradição local, como raiz regional. Por outro lado, a construção de Goiânia, como nova representante política do Estado em questão, minava os aspectos positivos da memória da cidade de Goiás.

A nova cidade surgiu para incrementar a vida rural da região goiana, para atrair novos moradores, visando a inserção de Goiás de forma mais efetiva à vida política e econômica nacionais. O planejamento da cidade que estava por nascer trazia no seu traçado um modelo de vida a ser seguido: suas largas avenidas e suas zonas devidamente definidas (administrativa, comercial etc.), cada qual com sua função. Para garantir o sucesso do projeto, era necessário,

porém, denegrir a capital do passado, evidenciando o progresso através do “atraso”. Sucesso *versus* conservadorismo (tradição) assegurava a efetivação da transferência das capitais – da cidade de Goiás para Goiânia, do “colonial” para o “progresso possível”. A nova cidade, com seus novos prédios, com seu traçado exemplar e disciplinador, garantia a vida de novos cidadãos.

Sob esses aspectos, edificava-se uma proposta de progresso para anular o passado “inerte”. Em contraponto ao discurso da tradição da cidade política de Goiás, a fala de Pedro Ludovico Teixeira, em entrevista datada de maio de 1976, revela a memória constituída a partir da Revolução de 1930 em Goiás:

No tempo em que o caiadismo imperou em Goiás, quase ninguém vinha para este Estado. Os forasteiros evitaram Goiás, porque não havia de fato garantia aqui. Um cabo da polícia era mandão, era um senhor, em qualquer município em que ele se encontrava. Assim sendo, o capital fugia de Goiás. Só depois que eu entrei para o governo é que eles começaram a vir, começaram a se interessar por Goiás.¹²⁷

Os grandes nomes da história são normalmente lembrados a partir do acervo monumental que eles próprios constróem. No caso dos reis e sacerdotes da história antiga, por exemplo, bustos edificando sua imagem e respectivas inscrições trataram de inseri-los na restrita documentação histórica do período. No caso de Pedro Ludovico Teixeira, a construção de Goiânia simbolizou um monumento à sua época e criou na memória do Estado de Goiás um tempo de modernidade supostamente instituído por ele. Enquanto a comunidade da cidade de Goiás passava pelo estigma do segundo vazio (do abandono), Goiânia

¹²⁷ Entrevista feita com Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia, maio de 1976. Entrevistado por Aspásia Alcântara Camargo, para o Centro de Pesquisa Histórica Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. *Jornal Diário da Manhã*, Goiânia, 24 out 1983, p. VII

emergia sob o brilho de cidade moderna. A construção da nova capital acontecia ao mesmo tempo em que se erguia um monumento à modernidade. Sob o peso de cidades históricas coloniais, tornavam-se legalmente “monumento nacional” vista por essa perspectiva, a nova capital goiana emergia sob o discurso pós-30, como uma força futura. A disputa no cenário brasileiro deu-se, portanto, entre o “passado” e “futuro”.

2.2 – Goiânia, um contraponto à cidade de Goiás

Durante a década de 1930-40, com exceção das regiões sul e sudoeste, todo o restante do espaço demográfico ainda estava por ser povoado.¹²⁸ Porém, suas ocupações se definem a partir da necessidade habitacional e da redistribuição da ocupação geográfica no Brasil. A construção de Goiânia não se enquadra somente nas indispensáveis redistribuições populacionais para o revigoramento de nossa economia. A construção da nova capital deve ser discutida de forma mais ampla, e seu planejamento urbano, enquanto tentativa de estabelecimento das novas posturas cotidianas do “novo morador”, deve ser levado em consideração, conforme os direcionamentos políticos da época.

Dentro desse contexto, temos a postura da política nacional que gradativamente se constituía após 1930. As divergências políticas entre 1930 e 37 não impediram o processo de centralização política, implementada por Getúlio Vargas. Em 1934, Vargas estava comprometido com projetos de abertura nacional e de apoio às oligarquias do Centro-Sul do país. Nesse momento, ministros e interventores batalharam pela eleição de Vargas a presidente. Exatamente nesse ano o presidente foi eleito e aprovou-se a nova Constituição. Mas, descontentes, os setores tenentistas viam suas propostas centralizadoras se esvaírem. Os votos mais cotados na Assembléia estiveram relacionadas a: eleições diretas para presidente da República, existência da Assembléia Nacional sem a câmara de representantes, permanência dos tributos cobrados pelo Estado, além de garantia aos interesses das referidas oligarquias.¹²⁹ Em meio aos conflitos político partidários, Goiânia vai se erguendo como símbolo da modernidade, ao passo que a cidade de Goiás vivia a nostalgia de seus dias de capital.

Nesse contexto político, em 24 de março de 1936, foi elaborado um anteprojeto pelo músico e escritor Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Formulado em São Paulo, o mesmo acrescentava com relação à finalidade do órgão encarregado de proteger o patrimônio brasileiro, a seguinte função: passava a ser Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, destinado a “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional.” Dentre outras coisas com essa nova

¹²⁸ Ver CABRAL, José Irineu. *op. cit.* p.223.

¹²⁹ Ver MEDEIROS, Ana Lígia, e HIRST, Mônica. *op. cit.* p., 10-2.

denominação, o Span deveria tombar o patrimônio e utilizar de publicidade necessária para a propagação de suas atividades.

Neste anteprojeto, a definição de patrimônio engloba obras de arte puras ou aplicadas, popular ou erudita, de caráter particular ou não. Inclui-se aí, entre as oito formas de arte patrimonial, a “arte histórica”. Esse tipo de arte seria aquela na qual se reflete ou se comemora a evolução nacional. Como parte da história “tombável”, temos os monumentos (ruínas, fortes, igrejas, etc), iconografia nacional (com valor histórico de mais de 30 anos), iconografia estrangeira referente a nossa história (mapas, gravuras, porcelanas, entre outros) e, por fim, a brasileira, referente a qualquer impresso que se reporte ao Brasil desde 1850. Acerca do organismo Span, além da diretoria, da chefia de tombamento, da seção de museus, e conselho fiscal, era criado o conselho consultivo, com cinco membros fixos e vinte móveis. O diretor do Span seria um dos membros fixos, cabendo-lhe ainda presidir o conselho, sendo que os demais seriam ocupados pelos chefes de museus. Como parte dos vinte membros móveis, entre um deles haveria um historiador. Dentre os vinte, dois deveriam pertencer ao meio acadêmico, sendo um do par, dotado de idéias renovadoras. Nesse período, seriam formadas as comissões regionais que iriam escolher as obras de seu Estado a ser tombadas. Os tombamentos, porém, só ocorreriam por iniciativa da chefia do tombamento central.¹³⁰

Assim, percebemos que o ambiente nacional constituía-se de duas formas: de um lado, evidenciando a modernidade; por outro, construindo um conceito de preservação nacional. Sob esse aspecto, veremos que o discurso da resistência que fervilhou na comunidade da antiga Vila Boa vai passar a se utilizar

desse conceito em gestação. Entretanto, “preservar” teve um caráter peculiar para os moradores da cidade de Goiás.

Contribuindo para a construção do mito da cidade que fora degradada, o Jornal *A Coligação* – de oposição a Pedro Ludovico – expõe as idéias da chamada Coligação Libertadora. A bancada da referida coligação fazia frente aos políticos do pós-30 no Estado de Goiás. Compondo também um grupo denominado “antimudancista”, os mesmos acumulavam argumentos que visavam reter ou retardassem a transferência da capital. Acerca desse assunto, o jornal expõe a constituição de Goiás e as emendas oferecidas ao projeto da comissão pela Bancada Libertadora. No documento publicado, o discurso antimudancista retratou as necessidades de manutenção da cidade de Goiás, apresentando, com esse objetivo, elementos de resistência. A reportagem é um exemplo de tentativa de reavivar a identidade da comunidade:

As cidades novas se edificam, à custa do erário popular, quando se pode ter o luxo de as erguer sem prejuízo dos outros fatores econômicos, e desde que o tesouro não seja esgotado, e nem se crive de dívidas.

Sem prejuízo das edificações já feitas, no município de Campinas, os libertadores somente admitem a possibilidade da mudança da capital, quando a situação financeira permitir, e desde que esteja perfeitamente dotada a cidade de Goiaz de elementos, que lhe assegurem a existência e a continuidade.¹³¹

O discurso da resistência refletia a construção do “novo” como forma de prejudicar as finanças estaduais, afetando a vida das pessoas em Goiás. Em contrapartida, o discurso dos mudancistas apontava as dificuldades de

¹³⁰ Ver *Proteção e Revitalização*..... p. 90-101.

¹³¹ Jornal *A Coligação*, Goiás-GO, 1935. Exemplar obtido no Arquivo Histórico e Geográfico do Estado de Goiás – pasta referente aos jornais de números 32,34,35,38,43,45,47,48,49. Jornal fundado na cidade de Goiás, em 1933, por Alfredo Nasser, José da Silva Paranhos, Vitor Coelho de Almeida.

funcionamento da antiga Vila Boa como centro político. O espaço da cidade – eleito como o local da movimentação – precisava, aos olhos do momento, se expandir. Marcando as tendências de vários momentos políticos, a cidade, como local das transformações, apareceu não somente no período “varguista”, mas também em outros contextos históricos.

A exemplo do que explicou Luís Palacin, as transferências de outras capitais no Brasil foram decisivas. O autor exemplifica por meio de outros Estados. Para tanto, cita Sergipe que, em 1855, mudou sua capital do interior (São Cristovão) para a costa (Aracaju); Minas Gerais, em 1897, mudando sua capital da histórica Vila Rica para a planejada Belo Horizonte. Para o autor, entretanto, a idéia e efetivação da transferência da capital no Estado de Goiás sofreu influências das iniciativas passadas. Palacin entende que era a estagnação populacional da cidade de Goiás refletia sua condição desprivilegiada em relação a outras cidades do Estado de Goiás que além de apresentar a cidade como local de várias moléstias graves. Para fundamentar sua observação, Palacin demonstra que no censo de 1920, a população do município de Morrinhos já havia ultrapassado a da capital, enquanto outros municípios quase se igualavam a ela. Para o autor, a transferência, apesar de ter-se cogitado anteriormente, só foi possível, no caso da região goiana, com o impulso mudancista da Revolução de 1930.¹³²

Nesse período, a cidade como local das decisões, refletia a efervescência política e cultural. Pensando nos anos 30 como um momento histórico em que burguesia, grupos tenentistas, proletariado e classe média urbana (em formação) faziam parte de um mesmo cenário – esse, o das

diferenças –, é possível entender como se desenrolaram os acontecimentos de 1930 a 37, e de que forma Vargas – o governo provisório, heterogêneo e conciliador de 1930 – chegou ao golpe de 1937. Para entendê-lo, alguns aspectos do período devem ser analisados.

No decorrer dos anos 30, desenvolveu-se uma política de produção que visava valorizar o cidadão, o qual pode ser identificado, principalmente a partir do Estado Novo, na figura do trabalhador, o homem cumpridor de seus deveres como bom funcionário, pontual e cristão. Esse processo de exaltação do “homem que produz”, além de inseri-lo numa perspectiva ideológica, abafou descontentamentos trabalhistas e desigualdades sociais. A formação dos sindicatos a partir da iniciativa do governo federal desmobilizou qualquer movimento possível de articulação política até então. Ao mesmo tempo, criava-se um elo desse cidadão com o projeto de “nação”, comandado, por sua vez, pelo Estado. A partir da análise do Estado emergente desde o movimento de 1930, Alcir Lenharo iniciou uma discussão acerca da classe trabalhadora durante o período, evidenciando, com base nisso, a formação dos sindicatos. Ligados ao Estado – porque foram criados por ele – os sindicatos operários não conseguiram cumprir o papel de “convergência”. A questão estava na “harmonia” entre Estado e nação.¹³³

Esse caráter conciliador precisava implantar-se na região goiana como forma de efetivar os ideais de exploração da riqueza nacional. Ligado sobretudo à produção rural, o Estado de Goiás mantinha-se potencialmente numa lista de privilegiados. Na verdade, a população do Estado (conforme dados do

¹³² PALACIN, Luíz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976, p. 14-5.

¹³³ LENHRO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2 ed., Campinas, S.P.: Papirus, 1986, p. 36

censo referentes ao final do século XIX até fins da década de 40 do século XX) encontrava-se residente em grande parte no meio rural. Esse caráter populacional rural justifica seu pouco movimento em relação aos grandes centros urbanos que emergiam como referenciais de modernidade. Na cidade de Goiás, de acordo com o recenseamento de 1940, realizado pelo Serviço Nacional, habitavam no meio urbano 7.898 pessoas, enquanto que, na área rural da região da capital, residiam 36.352 moradores.¹³⁴ O cidadão da grande cidade – o trabalhador aos moldes estadonovistas – era vislumbrado ainda como suporte político do contexto pós-1930 no Estado de Goiás. A implementação de uma nova capital não visava a derrubada das formas rurais de produção, mas desejava obter na “cidade moderna” um veículo de atração para povoar a região goiana.

Em contraponto aos discursos inerentes à política pós-30 em Goiás, o jornal *A Coligação*, como um veículo de comunicação de vasto acesso, publicou no aniversário da cidade de Goiás, em 1935, uma reportagem que exaltava a história “gloriosa” da comunidade e seus tempos áureos do ciclo mineratório. Da saga dos bandeirantes à edificação da localidade, o autor da matéria reporta-se ao seu surgimento como obra “heróica”. A terra “anhanguerina” – por causa da bandeira do Anhanguera – fora por ele homenageada de forma a exaltar a história local. O texto, de caráter ufanista, vinha à época reforçar a identidade local:

*Desejo apenas, nesta hora em que relembremos juntos a história do desbravamento da nossa boa e Santa gleba, prestar a homenagem de nossa gratidão immoredora e de nossa admiração sem limites ao vulto épico e legendário de Bartholomeu Bueno da Silva, o Anhanguera.*¹³⁵

¹³⁴ Ver SOUSA, João Gonçalves de. O Elemento Humano. In, *Goiás – uma nova fronteira humana*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949, p. 110-9.

¹³⁵ Jornal *A Coligação*, Goiás-GO, 1935, O aniversário de Villa Boa – brilhante discurso proferido no Gabinete Literário, pelo Osvaldo Socrates do Nascimento. p. 7, referente ao mesmo local e pastas já citadas.

Nesse mesmo contexto em que a imprensa oposicionista da capital pronunciava-se de forma a exaltar a história da comunidade, emergia, rumo ao Estado Novo (1937-45), novos ideais para o cidadão. Esse projeto de reformulação dos padrões da “nação” por meio do cidadão permeou todo contexto nacional. A cidade como ambiente de experiências políticas refletia divergências e articulações partidárias. A nação como um projeto acabado do Estado era o local de “todos”. Com esses conceitos, dirigida pelo poder do Estado, a nação estava desprovida – em função dessa “harmonia” –¹³⁶ de uma participação efetiva das massas. Iniciou-se, nos anos 30, a cidadania do trabalho: daquele que legitimamente era parte dessa nação.

De fato, o governo de Vargas conseguiu fazer o que muitos já haviam tentado, sobretudo com base nas políticas higienistas/sanitaristas, derrubando cortiços, criando espaços de sociabilidade que não fossem os bares. O “respeito” que o trabalhador passou a ter em face da instituição do salário mínimo o inseriu muito mais aos padrões de comportamento do que qualquer medida coerciva. O sindicato disciplinador do trabalhador da cidade, ao invés de fazer valer direitos sociais ou lutar de forma a garantir o corporativismo, reprimia e dominava. De certa forma, a cidadania do trabalho tornou-se um “deixar-se” dirigir. No processo de articulação e formação do governo pós-1937, a proteção ao trabalhador inseria-o numa cadeia de auto-repressão, na qual eram comuns a delação e a tortura.¹³⁷ O sindicato do período portanto, fortificou o Estado e desarticulou as

¹³⁶ LENHARO, Alcir. *op. cit.*... p. 36. O que é denominado no texto de “harmonia” é citado pelo autor como “comunhão entre Estado/Nação.”

¹³⁷ LENHARO, Alcir. *op. cit.*, p. 38. O Estado Novo, para efetivar-se, justificou-se em falsos golpes comunistas, se solidificou sob mentiras absurdas, e criou vínculos com a nação maiores do que ela própria poderia sentir. Imbuído da defesa do cidadão contra o mal comunista Vargas formulou o falso Plano Cohen,

massas, padronizando todos os setores trabalhistas, com base na premissa de uma grande e unificada nação.

Além de medidas normatizadoras, a memória da nação precisava ser ativada para criar um vínculo mais forte aos que aqui residiam. Vimos o projeto de 1936, elaborado por Mário de Andrade. Depois temos a Lei n.º 378, destinada a dar nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Nela, há referências acerca do patrimônio cultural, deixando de referir-se somente à parte artística e englobando também o aspecto histórico do bem a ser protegido. Dessa forma, em janeiro de 1937, criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), promovendo tombamentos, enriquecimento e conhecimento.¹³⁸ Em novembro do mesmo ano, um decreto-lei fazia menção aos conceitos de “bens móveis e imóveis”, ampliando, como parte do acervo do patrimônio, bibliografias, arquivos, bens arqueológicos, entre outros que se justificassem tomar mediante interesse público. Com o intuito de estimular a memória dos “grandes feitos” brasileiros, e dos períodos marcantes de nossa história, esse acervo tombado deveria estar exposto em museus nacionais. Os Estados, em coordenação com a União, também precisavam instituir museus, tanto estaduais

em 1937 – a suposta tomada comunista, do poder pela força e pela luta armada – e conseguiu autoridade total (ignorando os três poderes) para governar o Brasil. Diante disso, a constituição que garantia eleições em 1938 foi inevitavelmente suspensa. A falta de um projeto conciso por parte dos vários setores da sociedade, (como classe dominante, operariado ou classe média) torna impossível a legitimação sócio-política de qualquer um deles.

¹³⁸ Ver SILVA, Plácido e. Vocabulário Jurídico. Vol III (J-P), Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1967, p. 925. O autor mostra que o caminho da legalização da organização do órgão de proteção ao patrimônio brasileiro, a lei de criação da secretaria, surgiu conjuntamente com o golpe de 1937, marcando intenções centralizadoras e de estímulo ao potencial nacional. Lei, no aspecto jurídico, entendida como “regra” escrita, aparece aí como das refletoras desse momento político. Lei, como uma condição imposta, traduz a condição do poder varguista.

quanto municipais. As obras seriam observadas pelo público em geral, ampliando os campos de ação da memória nacional.¹³⁹

Propaganda e intervenção se mesclaram a partir desse momento. O Estado Novo ficou marcado na história do Brasil como um período que aliou política, trabalho/cidadania e religião, atingindo, com base nos meios de comunicação, o lar e o local de trabalho do indivíduo brasileiro. O golpe, bem como as ações políticas introduzidas com ele, suprimiu as necessidades do cidadão, diluindo-se as contradições sociais no projeto de nação, agora mais equilibrada. O trabalhador supostamente recebia na sua relação com o Estado, justiça e proteção.¹⁴⁰

Já o processo desencadeado com a Revolução de 30 no Estado de Goiás – afirma Palacin – trouxe à tona, a indignação dos participantes do movimento em relação à inércia da então capital do Estado. A cidade de Goiás era o retrato das oligarquias conservadoras, alimentadas pela velha república e seus sistemas viciados de manutenção do poder pessoal. *Grosso modo*, traduzia-se por uma agressão ao “ímpeto criador” da mentalidade revolucionária. A transferência da capital nada mais era do que a libertação do passado reacionário para a construção de um novo mundo. Conforme Palacin, a mudança da capital foi um ato revolucionário decorrente do movimento de 1930.¹⁴¹

¹³⁹ Lei n.º 378, de 13 janeiro de 1937. “Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.” decreto-lei n. 25, de 30 de novembro, 1937 – organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. In, *Proteção e Revitalização....op. cit.* p. 107-117. Ver também SILVA, Plácido e. *Op. cit.*, p. 483. Um decreto-lei é emanado geralmente do poder executivo, quando este tem plenos poderes para tanto, podendo o executivo promover as leis em lugar do legislativo. Nesse caso, evidencia-se a capacidade administrativa conferida a Vargas. Atualmente, em lugar dos decretos-leis, temos as medidas provisórias, elaboradas pelo legislativo, mas que podem ser vetadas pelo executivo.

¹⁴⁰ LENHARO. *op. cit.*, p. 39

¹⁴¹ PALACIN, Luíz. *Fundação de Goiânia*, ...p. 22-9

Não acreditamos na transferência da capital como resultado da Revolução de 30, nem tão pouco entendemos a última como “libertação”. Mas é certo que a diluição do espaço urbano da cidade de Goiás representou, em termos políticos, grande parte da ascensão de Pedro Ludovico em Goiás. O espaço da cidade, desta vez, era ambiente de experiência da forma inversa proposta à nova capital. Degradar a antiga, criava para Goiânia uma futura modernidade. Anos depois, com os primeiros tombamentos na antiga capital, Goiânia era uma cidade que crescia vertiginosamente, ao passo que a cidade de Goiás iniciava sua fase de reconhecimento histórico, não pelo desenvolvimento em voga nos discursos políticos, mas pela inércia colonial em si. O discurso utilizado para consagrar Goiânia, começava a eleger o antigo centro político. Ou seja, a partir da mesma história a respeito da cidade de Goiás, criaram-se duas imagens: uma exaltando os aspectos considerados positivos; outra considerando os negativos.

As discussões à época da mudança da capital fizeram-se em torno de disputas políticas. Havia dois discursos: o daqueles que permaneceram na antiga capital e o dos mudancistas. O primeiro, baseando-se no “mito” da cidade “degradada”; o segundo, fundamentando-se na necessidade de construir-se uma capital moderna que melhor representasse o Estado de Goiás. Ao mesmo tempo em que a construção de uma nova cidade foi aprovada, a antiga capital tinha garantida a manutenção do funcionamento de seu espaço urbano. O discurso dos políticos antimudancistas exaltava que a intenção final da transferência da capital era a aniquilação da cidade de Goiás:

Foi apresentado à Assembléia legislativa, um projeto de lei concedendo favores aos operários residentes nesta capital, e queriam se mudar para Goiânia.

Defendendo os interesses da cidade de Goiaz, tão prejudicada pela campanha mudancista, os deputados Jacy de Assis e Alfredo Nasser, na comissão de Justiça rejeitaram o projeto, proferindo o seguinte voto:

Um dos motivos de combate à mudança da capital, no atual momento pela Bancada Libertadora, foi o desamparo da cidade de Goiaz, condenada à estagnação, e sem medidas de proteção e de garantia de sua vida e do seu progresso.¹⁴²

A imprensa oposicionista publicou a reação de políticos locais contra a mudança da capital. Para eles, o projeto, além da intenção de ajuda, estava carregado da necessidade política de esvaziar a cidade de Goiás. A situação – para os opositores - referia-se a um jogo de interesses que visava minar a vida inerente à antiga capital. Dessa forma, continua a reportagem:

Há entretanto, na Constituição, um dispositivo que manda o Governo ‘empregar medidas consentaneas que lhe salvaguardem os interesses econômicos’.

Este projeto é exatamente o inverso; oferecendo vantagens problemáticas aos operários, que possuem bens nesta cidade, e transferirem sua residência para Goiânia, ele pretende é o aliciamento daqueles, o seu afastamento, a criação de dificuldades à vida de Goiaz, cada vez mais arrastada ao abandono. (...) sua finalidade é aniquilar as últimas energias da cidade abandonada pela obra mudancista, com o afastamento até de seus operários.¹⁴³

A cidade de Goiânia, idealizada em 1932, iniciada em 1933, transferida provisoriamente em 1935 e, em definitivo, dois anos depois, ao contrário da antiga capital, não possuía história nem tradição e era despovoada de “famílias privilegiadas”. Sua história estava por se fazer, à medida que os anos fossem passando. Ludovico preenchia parte dessa história como o interventor revolucionário que havia transformado o cotidiano inerte dos moradores da

¹⁴² Jornal *A Coligação*, Goiás-GO, s.n.º, 1935, Contra a Destruição de Villa Boa. p. 3

capital.¹⁴⁴ A cidade de Goiânia - enquanto espaço da memória – nascia “moderna”, não por seu traçado ainda pouco evidenciado, ou por seus prédios e residências ainda em construção, mas pela própria concepção progressista que lhe fora atribuída. Sua história, como cidade moderna, iniciava-se na idéia de um projeto mudancista e “revolucionário” que visava minar as forças políticas locais. A nova cidade, era também o ambiente perfeito de uma nova política e de idealização de um novo morador. O discurso político mudancista pode ser traduzido nesses termos: abriga em Goiânia todos os anseios políticos do momento, descartando a cidade Goiás através do discurso da estagnação. O combate ao estancamento da capital deu-se a partir da construção de uma nova sede política do Estado de Goiás.

De acordo com o relatório de governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira (1930-33), em contraponto ao da imprensa da cidade de Goiás, a construção da nova capital ocorreu mediante algumas premissas básicas. Dentre elas, o discurso progressista visava “fundar” a nova cidade, prioritariamente para abrigar órgãos públicos e seus respectivos funcionários. Além disso, o empreendimento tinha justificativa, pois se gabava de uma condição financeira razoável em comparação ao restante dos Estados brasileiros:

...com todo seu funcionalismo pago em dia e graças ao fato de ter apenas uma dívida de dois mil e quinhentos contos, resto da herança passada (...) está atravessando, apesar da crise, uma fase de relativa folga financeira, colocado, portanto, em situação invejável e especial no seio da Federação. (...) pode gabar-se de estar em situação lisonjeira(...)

não vai construir uma capital (...) Vai fundar (...) uma cidade nova e construir nela seis ou sete prédios destinados à

¹⁴³ Jornal *A Coligação* Goiás-GO, s.n.º, 1935, Contra a Destruição de Villa Boa, p. 3

¹⁴⁴ PALACIN, Luíz. *Fundação de Goiânia*,...p. 21-3

*instalação dos poderes públicos e sessenta aproximadamente, destinados aos seus funcionários e à custa destes.*¹⁴⁵

O traçado da cidade nova era visualizado a partir da Praça Cívica, mantendo em torno da mesma um movimento cíclico do espaço. Dali, o restante da cidade ganhava vida. No restante do ambiente urbano, as demais praças serviam de entreposto em cruzamentos, mantendo o mesmo movimento circular. A Praça Cívica servia, portanto, de uma grande rótula de saída, centralizando a vida da cidade.

A cidade moderna, aos olhos de Oscar Sabino Júnior, quando edificada conforme seus preceitos e necessidades básicas, pode garantir seu desenvolvimento e sua expansão. A cidade moderna é edificada de forma a compor o cenário de um plano estruturado e dividido para manter a ordem, tornando-se centro de cultura, trabalho e demais atividades. Quando ordenado de forma racional, o ambiente urbano “educa as massas populares” e comanda as atitudes da comunidade, civiliza o morador e valoriza a terra enquanto geradora de riquezas. Nesse sentido, o autor aborda o tema da transferência da capital no Estado de Goiás, apontando Goiânia como cidade moderna.¹⁴⁶

O jornal A Coligação, porém, em reportagem de 1935, apontava a construção da cidade de Goiânia como um grande fracasso. Construída como uma extensão do terreno pertencente ao município de Campinas, o referido texto aponta problemas na execução dos planos de edificação da nova capital. Na verdade, o discurso antimudancista era sobretudo contra a política ludoviquista do contexto pós-30, o que marcava seus pronunciamentos:

¹⁴⁵ Relatório de Governo de Pedro Ludovico Teixeira apresentado a Getúlio Vargas e ao povo goiano. Goiás-GO, 1930-33, p. 128

A cidade de Campinas é hoje, por um decreto, considerada arrabalde dos dois prédios da nova capital. O Governo quer, com isso, justificar a permanência das repartições no velho e gasto casario da terra de José Rodrigues. Tentativa inútil. O povo já sabe que a construção da 'metrópole', fracassou. Goiânia não passará de dois prédios. O executivo vai ficar mesmo, em Campinas, temporariamente. Depois regressará ao ninho antigo nesta Vila Boa.

O Governo arruinou toda administração, pra mostrar que com ele não se brinca. Quando quer arruinar, arruina mesmo. Só pra isso.¹⁴⁷

Percebemos que o discurso de oposição não acreditava ser possível a construção da nova capital. Além de imaginá-la restrita ao município de Campinas, o texto citado demonstra os anseios e esperanças de retorno da capital para a cidade de Goiás. A discussão tinha resposta imediata do governo progressista. O projeto de transferência da capital foi gradativamente posto em prática, considerando-se, o início, desde a escolha do local em que iria se edificar a nova cidade. A escolha do local para sediar a nova capital deu-se por meio de uma comissão chefiada pelo engenheiro José Argenda. Para ele, o terreno escolhido – no município de Campinas, nas proximidades da Serrinha – apresentava um espaço ideal para a edificação de uma cidade moderna e salubérrima. O terreno – planalto – achava-se na região central da porção mais povoada do Estado de Goiás.

Como parte integrante desse projeto esteve presente nas obras da nova capital, Atílio Corrêa Lima, engenheiro do Rio de Janeiro. Parte dos estudos se fez sob influência francesa. Foi a ele imposto que a cidade precisava girar em torno de um eixo central e, a partir dali, propagar-se, além de constar no plano da cidade todos os mecanismos referentes à circulação de pessoas e serviços

¹⁴⁶ SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980, p. 87-8

¹⁴⁷ *Jornal A Coligação*, Goiás-GO, s.n.º., 1935, s/t., p.3

urbanos básicos. Um ano após iniciar os trabalhos, Atílio Corrêa Lima explicou que o traçado da cidade visava o aproveitamento da topografia do terreno, e o espaço urbano, constituído em torno do centro administrativo, de acordo com o urbanista, motivava a construção da mesma. Da Praça Cívica, irradiavam-se as principais avenidas.¹⁴⁸

De acordo com Sabino Júnior, logo de início, a cidade foi dividida em três zonas: central, norte e sul. A primeira era destinada a loteamentos e vias públicas, ocupadas posteriormente pelo comércio local e por residências. Ainda na região central, foram construídos os prédios administrativos: Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Secretaria da Fazenda, Delegacia Regional do Tesouro Federal, Correios e Telégrafos. Na segunda zona predominou um traçado regular, sendo que as ruas que o cortavam estavam quase sempre em ângulo reto. Nessa área norte, prevaleceram as indústrias e o comércio atacadista., mais tarde uma vasta rede de armazéns. A terceira, era destinada a residências, bem como jardins e catedral (posteriormente, alguns estabelecimentos comerciais surgiram no setor).

Na parte central da cidade – local dos prédios administrativos – construiu-se também a Praça Cívica, da qual irradiaram-se as avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins. Da praça, como sede dos “braços” públicos da cidade, emanava, por meio dos mesmos, a força política e ordenadora que se desejava estipular. A Avenida Anhanguera foi pensada como o principal trecho comercial da cidade, que se constituiu de forma a cortar as avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins. Abaixo da Avenida Anhanguera, construiu-se a Avenida Paranaíba, cruzando com a Avenida Goiás “em forma semicircular”, iniciando-se na

¹⁴⁸ SABINO JÚNIOR, Oscar. *op. cit.*, p. 183-203.

Anhanguera e finalizando-se na Avenida Tocantins. O traçado, centrado na Praça Cívica, local em que foi edificado o Palácio do Governador.¹⁴⁹ Além disso, Atilio Correia Lima planejou a cidade de forma que todas as ruas seriam arborizadas. Armando de Godói, o engenheiro do projeto, enfatizou que Goiânia deveria representar uma cidade moderna, tal qual almejavam os urbanistas na Inglaterra, França, Estados Unidos etc. Esse tipo de cidade – de acordo com o engenheiro – era uma escola para as “massas populares”, conduzindo-as aos hábitos cotidianos mais modernos e civilizados, educando-as para as boas atividades. Goiânia cresceu generosamente arborizada – mas isso foi possível somente mediante a vontade do morador que a povoou.¹⁵⁰ Entre tantos detalhes urbanísticos, o que mais chama a atenção é o plano diretor que emana da área dirigente.

A cidade de Goiânia foi criada de forma a centralizar suas energias no centro político-administrativo, do qual seus tentáculos seriam esticados, controlando sua expansão a partir daí, moldando espaços específicos e dividindo tarefas para as então criadas, zonas urbanas.

As posturas varguinianas, percebidas principalmente nas medidas pós-golpe, refletem, sem dúvida, os resquícios de uma política sanitaria. Com o Estado Novo, essas posturas materializam uma intenção “eugenista”, que se preocupou não somente com a raça e a “purificação” da mesma, mas com o próprio corpo social. Vargas desejava a extinção tanto do símbolo de herói quanto do malandro urbano. O carioca do início do século XX era a figura do “heróico” e

¹⁴⁹ Acerca do assunto, veja figura 6, referente ao traçado original de Goiânia. No respectivo traçado, o número 1 especifica a Praça Cívica. Imagem retirada da revista em homenagem a dom Emanuel Gomes de Oliveira, Goiás-GO, 1948.

¹⁵⁰ GRAEFF, Edgar Albuquerque. *1983 – Goiânia: 50 anos*. Goiânia: UCG, 1983, p. 12-4.

simpático boêmio intelectual. Para mudar esse quadro, o trabalho precisava ser exaltado, e dele deveria ser retirada a identidade do cidadão brasileiro. Desejava-se que sua identidade seguisse os padrões também de uma nova vida na cidade. O espaço urbano do boêmio deveria ser substituído pelo urbano ordenado e disciplinado, caracterizando um novo momento político.

Como espaço do cidadão almejado, e refletora das tendências políticas, a cidade é um veículo importante para percepção das intenções sobre a reformulação ou construção de ambientes urbanos do período. O urbanismo francês do século XIX, por exemplo, caracterizou-se, por meio de Haussmann, pela construção de uma grande rede formada por artérias. Estas artérias cortavam todo o território da cidade, dos bairros ao centro, atingindo até as áreas periféricas, ainda à espera da urbanização. Homogeneizando a imagem da cidade, Haussmann pretendia passar a idéia de um espaço menos desigual. A velha Paris foi demolida para dar lugar a prédios monumentais. Já o urbanismo progressista exaltava a modernidade. Nesse sentido, a cidade referente ao século XX deveria refletir sua época, mostrar-se avançada ou sujeita às ações da modernidade. Essa idealização do espaço urbano deveria se traduzir nos carros, na indústria e, entre outros, no desprezo à cidade antiga.¹⁵¹

Com base nisso, pensar nas mudanças dos hábitos do cidadão após-1930 era algo que se mesclava às mudanças propostas também na esfera política. Em contrapartida, o morador do grande espaço urbano precisava adaptar-se ao que a cidade carecia representar. Não era somente a cidade pela cidade, mas sim o que o seu espaço deveria traduzir.

¹⁵¹ Ver HARQUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. Campinas: Papyrus, 1990, p. 110-20.

As várias abordagens historiográficas, ao longo dos tempos, têm apontado a “modernidade” de Goiânia a partir do “atraso” da antiga capital. Benedito Silva, tal qual Oscar Sabino Júnior, visualizou a nova capital, concebendo-a como um exemplo de cidade moderna. Para tanto, o autor explica que Goiânia é o ponto de referência da Marcha para o Oeste, o ponto de partida para o progresso e o trabalho na região, a multiplicação das colheitas e o uso das matérias primas nacionais. De fato, para Silva, Goiânia apresentou um sertão habitável, oferecendo o conforto das grandes cidades, e a qualidade de espaços arejados, amplos e promissores,¹⁵² o que para nós se contrapõe às descrições do espaço urbano da cidade de Goiás. A cidade planejada, como é o caso de Goiânia, representa a maior experiência política que pode ocorrer num espaço urbano, já que seu ambiente é construído antes da ocupação do homem e é moldada conforme os anseios da política vigente. Por isso, a cidade não foi edificada originariamente por uma igreja e irradiava-se a partir do seu centro administrativo: sua intenção era de se tornar capital política, com moldes considerados progressistas.

No caso do Brasil, enquanto as cidades características do período colonial originavam-se de capelas e nas igrejas, e com suas torres as dominavam, Goiânia, ao contrário, originou-se do Estado, a partir do poder executivo. Essa abordagem, conforme Francisco Itami Campos, serve para mostrar que a construção de Goiânia solidificou o poder político de Ludovico na região. Tendo sido a cidade de Goiás núcleo político do governo deposto com a Revolução de 1930, a mudança da capital, com o apoio político e financeiro do

¹⁵² Ver SILVA, Benedito. *O Impacto de Goiânia e Outros Ensaios*. Goiânia: UFG, 1980, p. 19.

Governo Vargas, simbolizava a constituição de uma nova ordem de poder.¹⁵³ Nesse sentido, se a política de Vargas endossava a construção de Goiânia, a mesma não poderia reconhecer a importância histórica da cidade de Goiás. Reconhecê-la, como parte da história nacional, ajudaria de imediato, a “minar” as conjecturas políticas arquitetadas para o discurso progressista. Além disso, Goiânia seria um forte atrativo ao povoamento e à exploração da região goiana. A cidade de Goiás, como o símbolo da Colônia, serviria somente para lembrar um passado que não se desejava viver, somente lembrar. A memória da antiga capital não era prioridade nacional naquele momento. Priorizava-se, antes de tudo, a modernidade. Preservação era um discurso desnecessário a Goiás, já que, aos olhos das novas posturas políticas, a região goiana precisava receber modernidade e povoamento. Nesse caso, a nova capital era exaltada, de forma a massacrar a antiga. A centralização do Estado Novo, preferencialmente, promovia Goiânia, pois a antiga Vila Boa era o contrário do que se pretendia “vender” para as terras goianas.

Construído de forma a centralizar o comando político, o poder pode ser imaginado do alto. Assim, a cidade é vislumbrada a partir da Praça Cívica, um reduto administrativo. Conglomerados na praça, os prédios do governo, bem como o palácio do governador, revelavam um traçado que simbolizava as novas formas de controle. Nesse sentido, entendemos que o planejamento urbano foi utilizado como forma de constituição de uma ordem política emergente. Entendê-lo dessa maneira é compreender que tais forças políticas viam no traçado da cidade um modo de instituir um novo e obrigatório estilo de vida.

¹⁵³ Ver CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da Capital: uma estratégia de poder. *In*, Cadernos do *Indur* – estudos urbanos e regionais, n.º 2, Goiânia: nov/1980, p. 35-7

Abrigando os prédios administrativos da nova capital, a Praça Cívica batia como o coração de uma pessoa. De lá – do coração “aventureiro” - as decisões políticas atingiriam o público e o privado, e invadiriam a cidade com seu sentimento de um novo Estado empreendedor de idéias que desejavam substituir pensamentos considerados tradicionais. As artérias – as avenidas principais da cidade pulsando conjuntamente com o poder público – deveriam refletir o controle centralizador de uma cidade que se edificava sob o apoio do Estado Novo. Planejada para simbolizar os anseios do contexto político pós-1930, a cidade surgia como um espaço “tradicionalmente moderno.”¹⁵⁴ Goiânia era a representação do presente da época, o simbolismo de um futuro não muito distante. Presente porque se constituía de forma a minar antigos lugares de poder; futura por representar os anseios progressistas dos que a viam como uma oportunidade política e econômica.

A construção de Goiânia parecia inserir o Estado de Goiás num contexto repleto de transformações. De fato, o que os discursos mudancistas revelam é uma ideologia que se constituía a partir do pequeno crescimento populacional da antiga capital e sua infra-estrutura considerada precária e pouco desenvolvida. O traçado da antiga capital em nada contribuía, para os progressistas, no combate à inércia e ao atraso. Era necessário, para implementar os projetos políticos pós-1930, tentar promover mudanças profundas no cotidiano da população da capital do Estado de Goiás, discipliná-los, inseri-los num ritmo mais dinâmico de um espaço urbano sem fronteiras para o crescimento.

¹⁵⁴ JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem* – teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 124.

No plano nacional, o cotidiano da cidade grande ganhou gradativamente novas formas de lazer, e as praias da grande Rio de Janeiro, por exemplo, em fins da década de 1930, já representavam a “descoberta” de um novo local de sociabilidade. Além disso, no início dos anos 30, foi criada, com vigência imediata, a lei sobre o inquilinato. Referindo-se à habitação, a lei concedia às indústrias o direito de construir vilas operárias que abrigariam seus funcionários. Nelas, as casas eram dispostas de forma regular e combatia-se o lazer noturno; contavam com creches e igrejas, padronizando e disciplinando a vida de seus residentes. Era importante, para a época, que fossem combatidos hábitos anti-higiênicos como os dos cortiços – residências pouco privadas, de paredes comuns e promíscuas – ou hábitos impulsivos que induzissem o gasto salarial do trabalhador.¹⁵⁵ Combatia-se o malandro carioca da década de 1920 e primava-se pela saúde física e mental do cidadão produtor.

Na verdade, a postura pós-30, bem como a pós-37, abriram as portas aos médicos, não mais como simples curadores dos membros da sociedade, nem peritos explicando crimes ou “loucuras” – eram médicos envolvidos diretamente com a política,¹⁵⁶ tentando debelar doenças como ócio, atraso, indolência, parasitismo. A moléstia da mentalidade conservadora, direcionada para o exterior, precisava ser sanada. Grupos dominantes e discussões partidárias não envolvidas com o progresso da economia brasileira deveriam ser tratados.

¹⁵⁵ Ver FILHO, Nestor Goulart Reis. *São Paulo e Outras Cidades* – produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 42, 156. O autor explica que a arquitetura moderna no Brasil teve forte influência da crise causada com a queda da bolsa de Nova York em 1929, pois a impossibilidade de importar peças de aço para as construções maiores contribuiu para a criação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, quando se incrementou a construção nacional com o uso do concreto.

¹⁵⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil/1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 190.

Fundamentado num estilo político interventor, ao mesmo tempo “descobridor” do “interior” nacional, o desenvolvimento pensado para os litorais cedia lugar à exploração de outros locais do Brasil. O povoamento de regiões até então pouco cogitadas fez parte de um projeto maior. A estratégia governamental era incentivar a migração para terras mais agrárias do que urbanas, estimulando a vinda de pessoas para regiões como as do Centro-Oeste. Os planos governamentais incluíram doação de pequenos terrenos e divulgação por meio de propagandas a respeito das possibilidades de um futuro mais próspero. Tais questões ajudaram a compor o cenário de um “interior possível”, rico e quase “virgem”. O conceito de cidade grande e progressista foi transportado para as mesmas regiões.

Os projetos urbanísticos, com base nos ideais de modernidade, evidenciavam a necessidade de transformações, muito mais dos hábitos cotidianos do que da estrutura arquitetônica de fato. A estrutura da cidade e sua arquitetura abririam as portas para um novo cidadão que se adaptaria a tal ambiente. O papel das mudanças no planejamento urbano, no estilo e na construção de prédios públicos, era de interventor nas formas de vida da população¹⁵⁷ para remetê-las a novas pretensões – menos coloniais, mais comprometidas com a cidade nacional, não com a “metrópole” que havia determinado os rumos do Brasil à época da Colônia. Os projetos de “modernização” vinham, desde o século XIX no Brasil, sendo concebidos das mais diferentes formas: aumento populacional; inserção mais evidente da mulher

¹⁵⁷ A política de Intervenção – vale lembrar – não se dava somente no Estado de Goiás. Após 1930 o governo provisório nomeou interventores em todos os Estados do Brasil, ameaçando, às vezes, estruturas de poder local, mas marcando a presença de alguns ideais políticos que visavam fixar-se como revolucionários, com base numa política de tendência centralizadora.

no campo do trabalho; modificação e ampliação de ruas, em função da demanda, entre outros. No século XX, os centros urbanos “inchados” passaram a ser compostos pelas mais diversas práticas em prol da subsistência. Surgem profissões como a “cartomancia” e “curandeirismo”, fortemente reprimidos por ferirem as normas religiosas e os preceitos médico-científicos. Além disso, o cenário pobreza/prostituição também “denegria” a imagem da cidade emergente. A idéia de “alegre vida fácil”, muitas vezes construída pela imprensa, nada mais significava no imaginário da população, do que uma vida miserável e pouco honesta.¹⁵⁸

Mas o que diferencia o governo do Estado Novo dos demais governos do passado? Como essa “inovação” varguista consolidou-se na região goiana? Como e de que forma pleiteava-se lembrar o período? Para os redatores da revista *Oeste*, as ações políticas do passado, desde o período colonial, promoveram poucas realizações no interior do Brasil. Por meio dessa imprensa, evidenciava-se o discurso do progresso. O texto da revista em questão justifica sua afirmação explicando que até a “Marcha para o Oeste” e a construção de Goiânia não haviam se solidificado espaços urbanos significativos:

*a não ser a fixação de suas fronteiras com as nações irmãs, e a plantação desordenada de vilas e povoados que, à força constante do tempo, se transformavam em cidades de significação medíocre.*¹⁵⁹

¹⁵⁸ TRINDADE, Etelvina. Cidade Moderna e Espaços Femininos. In *Projeto História*, São Paulo (13), jun/1996, p. 117-9.

¹⁵⁹ COSTA, Castro. Sentido Ideológico de Goiânia. julho de 1942. In revista *Oeste*, Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Caixa Econômica Federal, 1983, p. 35. Essa fonte impressa reúne uma coletânea de documentos e reportagens de jornais referentes ao período de Estado Novo em Goiás. A revista *Oeste* foi pensada e editada em homenagem ao cinquentenário da construção da cidade de Goiânia.

Contra o espaço exagerado da democracia e a favor da centralização política inerente ao governo Vargas – caracterizava-se, em grande parte da imprensa, o apoio ao projeto desenvolvimentista do Estado Novo. Com base nisso, a nova capital do Estado de Goiás aparece como uma “filha” estadonovista, representante direta da “luta” que combatia o domínio europeu.

*O Brasil cresceu (...) E então, sadio, potente, casou-se com a nação. A Europa, amiga antiga, chorou (...)
Goiânia é a filha mais moça e mais bonita do Brasil (...) A cara do pai. Tem o seu mesmo sentimento sertanejo, o seu mesmo espírito bandeirante, a sua mesma alma cristã. Breve será moça e se casará. Se casará com o Espírito-Novo de nossa terra. Se casará, e, forte, bonita, vai dar ao Brasil vovô de amanhã uma porção de Goianiazinhas.¹⁶⁰*

O “espírito novo” é forte e robusto. Goiânia é uma “bela mulher”. Unidos, seriam a família perfeita, gerariam filhos exemplares para o progresso do Brasil. O “pai” – o Estado Novo – era forte e sedutor, nacionalista e empreendedor. O discurso do futuro de força e harmonia justificava mudanças e centralização. A modernidade desse período está, portanto, ligada às necessidades políticas de efetivação desse “espírito novo”.

“Goiânia foi edificada sob o prisma da modernidade”. De acordo com Nasr F. Chaul, o conceito de “modernidade”, para a época no Estado de Goiás, servia para definir novas articulações políticas, funcionando como sinônimo do “novo” para a região goiana. A idéia da construção da nova capital entretanto – explica o autor –, serviu de propaganda eleitoral para o interventor Pedro Ludovico Teixeira, que pretendia candidatar-se nas eleições constituintes de 1933. Além de aniquilar a força “caiadista” do poder público, ajudava a conduzir o

Estado de Goiás a uma maior participação no “mercado nacional”. Sendo assim, incentivava a aceleração da acumulação capitalista nas fronteiras goianas mais desenvolvidas em relação às demais.¹⁶¹

Pode-se dizer que o processo de edificação de Goiânia ajudou a estreitar laços com outras regiões mais dinâmicas do país (a maioria dos materiais de construção por exemplo, era comprada em São Paulo).¹⁶² Todavia, conforme Luís Estevam, várias visitas ocorridas à nova capital nas décadas de 1930 e 40, mostraram decepção em face do que encontraram. Nesse sentido, o autor cita, Levi-Strauss, que vê Goiânia como algo parecido com um “terreno baldio”, um “campo de batalha”, uma iniciativa “desumana” no meio do “deserto”. Em contrapartida, o autor cita Brito Broca que, em visita feita no ano de 1942, justificava a iniciativa, dizendo que esse esforço retratava o “anseio de progresso”.¹⁶³ Vale notar ainda, que Broca menciona “anseio”, e não progresso de fato. No mais, é notório que Goiânia se constituiu sob o discurso de uma cidade “moderna”, em substituição à antiga, conforme a ideologia política mudancista, em substituição à considerada “atrasada”, discutido páginas atrás. Dessa forma, nosso campo de análise se amplia rumo às impressões da comunidade da cidade de Goiás mediante as ações transformadoras inerentes à época em questão. Duas formas de monumento estariam por surgir: o monumento ao novo e o monumento ao passado. Antes disso, porém, a construção de Goiânia simbolizou

¹⁶⁰ FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Brasil comeu espinafre. Julho de 1942. In revista *Oeste*, Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Caixa Econômica Federal, 1983, p. 37.

¹⁶¹ Ver CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997, p. 207

¹⁶² Ver CHAUL. *op. cit.* p. 207.

¹⁶³ APUD ver ESTEVAM, Luís. *O Tempo da Transformação – estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: ed. do autor, 1998, p. 113.

a influência de alguns aspectos do discurso próprio à cidade iluminista, pois edificou-se como moderna, com base na desvalorização da “velha” capital.

Sabemos que seus reflexos no Estado de Goiás têm vida própria. A inferência do texto urbanístico era envolvido por peculiaridades e necessidades locais. A desconstrução dos hábitos – forças políticas anteriores ao planejamento de Goiânia – representou, para os progressistas, a reconstrução de espaços de poder. Pode-se dizer que Goiânia simbolizou um novo lugar da memória. Para tanto, a cidade de Goiás era minada enquanto ambiente do “atraso” e da “inércia”. O discurso da modernidade precisava assim, da exaltação do antigo para efetivar-se como novo.

2.3 - “Não podemos ficar à margem.”

Como vimos anteriormente, o conceito de cidade moderna no Brasil esteve refletido nos grandes meios urbanos dos litorais ou junto a meios economicamente ligados a eles. Diferentemente do ritmo dessas cidades maiores, as cidades desse “interior possível” eram menos sedutoras porque distanciavam-se dos preceitos modernistas, e seus atrativos mais visíveis estavam no seu cotidiano pouco agitado, por vezes um tanto ruralizado. Na cidade em que hábitos urbanos se mesclam aos do campo, é comum que prevaleçam as relações de

troca “permanente” entre vizinhos. No caso das cidades de arquitetura colonial, nas quais as fachadas das residências eram desprovidas de muros, suas frentes ligadas à calçada, com suas janelas voltadas para a rua, fica evidente esse tipo de troca. Nas janelas, havia as “conversadeiras” – assentos nos quais se sentavam as mulheres – garantindo as relações com o outro e impedindo o isolamento. Dessa forma, a casa, a janela da casa e a rua tornam-se parte de um mesmo circuito, e o ambiente do privado está num constante diálogo com o público – os dois espaços se interpenetram e as trocas são permanentes.¹⁶⁴ Esse é o caso, sobretudo, de cidades originárias do período colonial. Para os “modernizadores”, esse tipo de relação, na qual o público se confundia com o privado, não poderia garantir novos modelos políticos e econômicos. Isso os manteria arraigados aos modos de vida ainda coloniais, ainda “arcaicos”, vivendo-se a mesma mesclagem entre campo e cidade. O projeto do desenvolvimento não combinava com o cotidiano pacato das conversadeiras (ver figura 5 – interior de uma casa vilaboense).

Esse era o cerne do discurso mudancista no Estado de Goiás. A década de 1930 em Goiás teve momentos tumultuados em relação à transferência da capital. À época, muitas famílias mudaram-se para a nova sede política, já que muitos deles ocupavam cargos no governo. Várias casas permaneceram abandonadas e a vida da antiga capital sofreu transformações profundas, já que seus prédios coloniais não sediavam mais o local das discussões políticas.

No plano nacional, a política getulista aparecia no cenário político de forma efetiva, valorizando o “interior” do Brasil, como símbolo da riqueza nacional

¹⁶⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *op. cit.* p. 133.

a ser explorada. Em 1937, o golpe que deu plenos poderes a Vargas foi o início de uma administração ainda mais rígida, que evidenciou os planos de interiorização e exploração do país. No mesmo ano, legitimava-se o Sphan – Secretaria do patrimônio histórico e artístico nacional, responsável por garantir a preservação da riqueza física do país: o patrimônio histórico e cultural. Concomitantemente, ocorria, de forma efetiva, a transferência da capital, da cidade de Goiás para Goiânia. A ação da política getulista em Goiás evidenciou-se, uma vez que a construção da nova capital pleiteava erguer um novo tempo político e cultural, bem como tentava estimular o povoamento do interior goiano, aparentemente pronto para o “progresso”.

Entrelaçavam-se a preocupação com a riqueza histórica nacional e o ideal de mudança e modernidade. Contudo, mesmo tendo ocorrido a iniciativa de criação de um órgão responsável pela preservação dos bens culturais do Brasil, desde 1933, essa idéia demorou algum tempo até ser concebida. Ouro Preto foi reconhecida como patrimônio histórico nacional nesse mesmo ano, quando o governo provisório assinou o decreto n.º 22.928 de 12 de julho de 1933:

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação;

Resolve:

Art. 1. Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente; (...)¹⁶⁵

¹⁶⁵ *PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, MEC.Sphan/próMemória, 1980, p. 89.

Depois de Ouro Preto, em 1945, a cidade de Mariana, em Minas Gérias, e a cidade de Alcântara, no Maranhão, em 1948, também foram erigidas em monumentos nacionais. E apesar do decreto lei n.º 1.618-A ter considerado monumentos nacionais os edifícios e logradouros das antigas vilas da época colonial como parte do patrimônio nacional, Goiás não foi diretamente incluída.¹⁶⁶A primeira ação legal da secretaria do patrimônio em Goiás deu-se somente na década de 1950.

Além disso, nesse processo de condução da modernidade ao interior do Brasil, o espaço urbano da cidade de Goiás – não mais como capital – foi ainda mais ressaltado como local do “pacato”, das construções coloniais, das ruas estreitas, do ambiente entre-morros, características que, aos olhos progressistas, impossibilitavam o desenvolvimento e a tornavam pouco atrativa, já que o espaço da cidade deveria ser o local do movimento. Evidentemente, a capital, antes da transferência, era sim o local das discussões políticas, mas era despovoada demais e estreita o bastante, para não se enquadrar aos padrões urbanos de civilização ocidental em desenvolvimento.

Numa época em que se vislumbrava a modernidade, a criação do Sphan tinha outro caráter. A iniciativa de dar vida a uma instituição destinada a proteger a história do país, enquadrava-se nas perspectivas do governo de Getúlio Vargas: proteção dos bens nacionais e, concomitantemente, instituição da modernidade, promoção da busca e exploração das riquezas do país. A idéia de patrimônio e a conscientização acerca da preservação da história por meio dos

¹⁶⁶ Respectivamente, decreto-Lei n.º 7.713, 6 jul.1945 e decreto-Lei n.º 1.26077, 22 dez. 1948. *In Proteção e Revitalização ...*, *op. cit.*, p.27.

prédios públicos, casas ou ruas, vem posteriormente, a partir da década de 1970, quando essa discussão torna-se mais evidente.

A cidade de Goiás servia de contraponto à cidade planejada (do século XX), nos moldes progressistas. Dessa forma, o “atraso” da antiga capital serviu de suporte à modernidade planejada com Goiânia. Reurbanizá-la ou valorizá-la por seu caráter histórico seria realimentá-la, de forma que Goiânia não teria seu destaque tão evidenciado. Repartiria as atenções entre a antiga e a nova.

Assim, de forma conclusiva, as iniciativas do governo Vargas, bem como sua ação em Goiás, estão bem refletidas nos projetos de transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Enquanto Goiânia – a cidade planejada – era erguida, e em torno dela construía-se uma expectativa de mudança e progresso, a cidade de Goiás, por sua vez, mantinha-se exatamente dentro dos estigmas de atraso goiano. Todos os subsídios econômicos foram direcionados para a efetivação dos projetos da nova capital, e a cidade de Goiás – que antes da transferência sentia os benefícios de ser a representante política do Estado – estava mergulhada quase num “esquecimento”, visto que as verbas estaduais priorizavam Goiânia.

Já no caso da cidade de São Paulo, as transformações urbanísticas afetaram a vida cotidiana desde o século XIX, mas foi no século XX, nos anos 30 e 40, que as práticas arquitetônicas/urbanísticas inovadoras se tornaram claras. Nesse momento, a idéia era substituir prédios do período colonial e do Império por construções inovadoras. A explicação desse fenômeno está na crescente importância que cada categoria de profissionais adquiriu, como arquitetos e engenheiros, bem como pela vinda de imigrantes europeus para o Brasil.

Fugindo de perseguições políticas no contexto da Segunda Guerra Mundial e já influenciados pelo modernismo europeu, os arquitetos imigrantes trouxeram para São Paulo – ponto de chegada dos “viajantes” –, seu saber europeu de construção. Além disso, o Estado Novo, a partir de um projeto que visava novos moldes de conduta social, absorveu os ideais modernizadores que modificaram os padrões cotidianos dos paulistas. O discurso estadonovista dizia ser necessário mudar a arquitetura e o planejamento urbanos para que estes pudessem acompanhar a “modernização do Estado e da sociedade”. Seguindo o conceito de cidadania que se desenvolveu no período, nada mais coerente do que planejar um ambiente urbano ordenado, dividido em setores (de lazer, administrativo, comercial ou residencial) e programado para abrigar o indivíduo trabalhador. O espaço que se almejava mesclava amplitude – para acolher o progresso e as futuras pretensões – e disciplina. A nova arquitetura, além de moderna (mesmo que “incipiente”), abolia os adornos excessivos e produzia uma imagem mais livre da obra, o que, no plano econômico, era bastante interessante, barateando o prédio ao mesmo tempo em que se produzia um novo cenário urbano.¹⁶⁷

No discurso de concepção Iluminista de cidade – oriundo dos preceitos ordenadores do século XVIII – temos várias polaridades que a definem. Nesse tipo de cidade, de conceito francês, o ambiente urbano deve conter casas rodeadas de muralhas; deve harmonizar o individual e o coletivo; precisa aliar estética e utilidade, mantendo-se, porém, grande preocupação com seus

¹⁶⁷ DIÊGOLI, Leila Regina. Estado Novo – nova arquitetura em São Paulo. In *Projeto História*, São Paulo, (13) jun/1996, De acordo com a autora, “Provavelmente a atração tenha sido principalmente pela ‘limpeza ornamental’ (...) que se tornaram mais interessantes pelos aspectos econômicos do que estéticos (...) são classificadas por alguns autores como arquitetura ‘moderna-classicizante’, *art-déco*, ‘proto-moderna’, ‘proto-racionalista’. (...) uma manifestação de modernidade (...) ainda que incipiente.”

traçados, que devem ser bem definidos e padronizados; por fim, a cidade, de acordo com os padrões iluministas, visava intensificar a relação e as diferenças entre o novo e o antigo, evidenciando o último.¹⁶⁸

No século XX, sobretudo no Brasil, intensifica-se a arte de construir cidades modernas. A remodelagem dos centros urbanos de importância serve de exemplo à modernidade. A reformulação integra uma situação de convivência do velho com o novo, as vezes muito conflitante. De fato, desde a Revolução de 1930, o rompimento com os elos arcaicos do passado ajudava a produzir discursos políticos que visavam não uma reforma, mas a própria arquitetura do novo. Movendo-se rumo aos referenciais estadonovistas, o “original” poderia ser pensado para povoar e progredir locais até o momento menos focalizados como atrativos.

Essa discussão, que nos remete ao processo e ao contexto político do período em questão, ajuda-nos a perceber a memória que se constituiu com base nos discursos de época. A imprensa local, como fonte dessa pesquisa histórica, também serve de veículo para a compreensão das mudanças ocorridas na cidade à época do período estudado. Ao fazer uma leitura das articulações políticas, fomos guiados ao conhecimento da ideologia de mudança e progresso, bem como sua interferência na cidade – esta como um local de execução da mesma. Tais conseqüências, como pudemos ver, refletem-se tanto no “vazio” da cidade de Goiás, como na idéia de modernidade, representada por Goiânia. Dessa forma, a representação como visão subjetiva dos acontecimentos históricos, sob forma de construção ideológica, é, sem dúvida, real. A

representação edificada é transformada pelos sujeitos em realidade, portanto, torna-se real.¹⁶⁹

Diante disso, a imprensa revela-nos duas facetas: uma voltada à necessidade de reavivar a cidade de Goiás; outra que apoiou e incentivou as medidas progressistas de Vargas e sua efetivação na pessoa de Pedro Ludovico Teixeira. Nessa imprensa local, eleva-se a cidade de Goiás à condição de raiz regional, tradição e suporte orgânico do Estado de Goiás. A imprensa de 1941 manifestou-se sobre as necessidades de restabelecimento da cidade, a antiga capital como a história do Estado:

Se alguns meses para cá, muitas famílias de outras plagas vão chegando a Goiás estabelecendo suas residências, isto é o começo, depois, quando tudo se normalizar e o trabalho em todos os seus setores, abrindo largas fontes de renda, terá Goiás como centro para onde convergirá grande soma de energia.

Nem seria lógico que o município, que é corpo se desenvolvesse (...) e a sua sede que é a cabeça fosse minguando até desaparece (...).

Logo atirar fora, isto é: pôr preços irrisórios, a prédios que representam o esforço e a labuta penosa de muitos anos, e que amanhã terão seu real valor (...)

E desconhecer-se que essa unidade municipal com suas riquezas sem limites possam marchar de vitória em vitória e o seu cérebro que é essa cidade, se atrofia dentro da grande vida que a cerca e desapareça em ruínas!¹⁷⁰

A cidade de Goiás aparece aí como parte de um corpo. Enquanto Goiânia foi apontada como uma mulher “sedutora”, a antiga capital é o cérebro de um corpo produtor. Na antiga Vila Boa, a imagem da cidade é construída de forma a mostrá-la como parte de valor na história goiana. Constitui-se, assim, o discurso ideológico da cidade de Goiás enquanto raiz cultural do Estado de Goiás.

¹⁶⁸ ROUANET, Sérgio Paulo. A Cidade Iluminista. In SCHIAVO, Cléia e ZETTEL, Jayme (coord). *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: UERJ/ IPHAN, 1997.

¹⁶⁹ Ver DOSSE, François. *História em Migalhas*. Campinas: Ed. Unicamp/SP (Ensaio), 1992, p. 190

Como indivíduo articulador na sociedade, o homem cria veículos que o ajudam na construção das ideologias de época. Desde o período em que a escrita ainda não existia, os ensinamentos e a tradição dos povos eram passados de geração a geração por meio da oralidade. Atualmente, o campo da memória é mais vasto. O homem passou da memória oral à memória escrita; datas comemorativas que marcaram a história e efetivaram transformações são sempre lembradas quando a intenção é a manutenção ou a construção de uma identidade.¹⁷¹ Explanando sobre a Revolução de 1930 em Goiás, Ludovico fundamentou seu discurso nos anseios populares e na participação da comunidade na vida política nacional. Promovendo as conseqüências do movimento, Ludovico expôs: “A Revolução de 30 conseguiu muitas coisa. Primeiro, (...) o voto secreto (...) o voto das mulheres (...) conseguiu a Lei trabalhista (...)”.¹⁷²

Enquanto a fala de Ludovico Teixeira reflete as ambições pela solidificação dos preceitos do movimento de 1930, a imprensa ressalta as necessidades de reconhecimento da cidade de Goiás como tradição do Estado de Goiás. Nesse sentido, quando questionado acerca das atitudes mudancistas que marcaram seu período de governo, Ludovico afirma que era necessário promover a mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia, uma vez que a primeira, além de pouco desenvolvida, constituía-se num “reduto” de antigas forças políticas. O conjunto de representações presentes no discurso do progresso tornou-se hegemônico para, dessa forma, combater os oponentes políticos. Ao

¹⁷⁰ *Jornal Cidade de Goiás*, ano 3, Goiás 9 de fev. de 1941, n. 113 diretor Goiás de Couto. Precipitações Injustificáveis.

¹⁷¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1992, p. 12.

¹⁷² Entrevista citada, feita com Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia, maio de 1976. Entrevistadora: Aspásia Alcântara Camargo, p. IX.

mesmo tempo, está presente em sua fala a cidade moderna aos moldes ocidentais, a cidade comparada ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, o que fundamenta nossa opinião de que os projetos mudancistas basearam-se nos ideais de modernidade inerentes a um referencial fora do contexto local. De fato, a cidade de Goiás é comparada às demais – maiores e mais movimentadas – para justificar o discurso do progresso e respectivas transformações decorrentes do mesmo. Construir Goiânia – de acordo com o discurso ludoviquista da mudança – era incentivar também a comunidade a compartilhar de uma vida mais moderna.

O Pessoal do interior, que muitas vezes não saía de Goiás, que não ia a São Paulo, que não ia ao Rio de Janeiro, não tinha idéia de uma cidade moderna, não tinha idéia de uma casa moderna. Goiânia foi um exemplo para eles, (...)

Eu resolvi fazer a mudança da capital porque Goiás é uma cidade atrasada, uma cidade de população pequena, mal situada em relação ao Estado (...) Para Goiás progredir tinha que mudar aquela mentalidade daquele povinho que mandava na política do Estado.¹⁷³

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são apresentadas no texto de Pedro Ludovico como referencial de modernidade a ser seguida. A mudança da capital goiana fica portanto justificada, uma vez que a cidade de Goiás apresenta-se como um meio urbano de difícil reestruturação. É evidente, porém, que tais dificuldades são parte do discurso progressista. De acordo com o discurso da mudança, o que “emperrava” de fato a gestão ludoviquista era “aquela mentalidade daquele povinho” que comandava a política goiana.

A memória deixada pela imprensa da cidade de Goiás à época evidencia o discurso local da tradição, como forma de combate e contraponto ao

discurso progressista. Entretanto, a discussão acerca da memória ainda se faz de forma conturbada. Discute-se sua validade em nosso meio; pergunta-se sobre “história e memória”, será que memória é história? Tais reflexões e contradições são facilmente percebidas nos textos de Pierre Nora, que escreveu sobre as tendências da memória, e das respectivas discussões acerca de seu papel na história. Nora explicou que a memória deixou de ter um caráter oficial, deixou de ser vinculada exclusivamente aos arquivos das grandes famílias. De fato, existe hoje uma preocupação em não reduzir a história à vida dos homens públicos ou à das famílias compromissadas com o poder público. A memória está em todas as casas e nos relatos das pessoas. Nora mostra que o estudo da tradição é importante. Por exemplo, as datas oficiais da cidade ou do país são celebrações tradicionais, mas o que se faz atualmente é o estudo das celebrações, não mais a memória enquanto mantenedora das mesmas. Além disso, a memória de uma pessoa, quando traz à tona as lembranças do passado, é feita sob sua visão de mundo, tendo o presente em que vive como referência. De acordo com Nora, foi a passagem dessa memória para a história que obrigou os grupos a se organizar, a revitalizar sua própria história, fazendo ressurgir sua identidade.¹⁷⁴ As reações da comunidade da antiga capital – presentes na imprensa local – revelam essa necessidade de reorganização. Gradativamente, a imprensa buscava nessa memória os subsídios para justificar aquele presente.

Além da reação à transferência da capital, como forma de resistência, também pudemos encontrar na imprensa local os incentivos à economia regional.

¹⁷³ Entrevista citada, feita com Pedro Ludovico Teixeira, Goiânia, maio de 1976. Entrevistadora: Aspásia Alcântara Camargo, p. X.

¹⁷⁴ Ver NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a trajetória dos lugares. In *Revista Projeto História*, São Paulo, 10: 07-28, dez/1993.

Percebemos o apoio ao Estado Novo e ao mesmo tempo o incentivo ao povoamento de regiões não-litorâneas. A imprensa do Centro-Oeste brasileiro, entretanto, demonstrava apreço e apoio ao interventor Pedro Ludovico, ao mesmo tempo em que ressaltava a construção de Goiânia como uma artéria da política varguista, sob a forma da Marcha para o Oeste:

*O batismo cultural de Goiânia planta no coração do Brasil o marco militar da marcha para o oeste. Pedro Ludovico o novo bandeirante da civilização (...) Foi preciso arrojo e coragem dos bandeirantes na sua fé de conquistas e riquezas (...)*¹⁷⁵

O batismo cultural simbolizava um momento de “apresentação da cidade à nação, numa demonstração de que foi possível a construção de uma cidade moderna em um espaço vazio.”¹⁷⁶ No caso de Goiânia, marcou-se com solenidades realizadas do dia 1 ao 10 de julho de 1933. Além disso, havia também as colônias agrícolas, que apareceram como uma iniciativa do governo Vargas, como um estímulo à região goiana. Ao mesmo tempo em que apoiou o novo governo que se direcionava ao progresso, a imprensa já dava sinais da necessidade de valorização da cidade de Goiás como monumento histórico do Estado de Goiás:

A velha capital de Goiás, muito terá que dar ainda para o estado e o Brasil, pôr isso nosso redator se baterá para que os trilhos das linhas férreas sejam estendidos até a histórica cidade de Goiás.

*Se baterá também o nosso companheiro para que a velha cidade seja considerada como monumento histórico do Brasil, a exemplo do que já foi concedido a velha capital de Ouro Preto, de acordo com os governos federal e estadual.*¹⁷⁷

¹⁷⁵ Jornal *Lavoura e Comércio*, Uberaba/M.G., 6 jun. 1942

¹⁷⁶ BERNARDES, Genilda Darc. *Goiânia, cidade Planejada/ cidade Vivida*: Discurso e Cultura da modernidade. Brasília: UnB, tese de doutoramento, 1998, p. 157.

¹⁷⁷ Jornal *Cidade de Goiás*, ano 4, Goiás 17 jan. 1942, n. 161, Pela Grandeza de Goiás. p.1

Almejando o reconhecimento da importância histórica da cidade de Goiás, a imprensa local utiliza o exemplo de Ouro Preto, que também fora “abandonada” em nome da modernidade, mas já havia conseguido seu posto de cidade histórica nacional. Os anseios pela construção dos trilhos da estrada de ferro à cidade de Goiás representam, por outro lado, necessidades de renovação no comércio e no movimento urbano como um todo.

As representações da imprensa a respeito da transferência da capital convergem-se com as representações dos políticos mudancistas, idealizadores e efetivadores da mudança. Os redatores transportaram para o papel seus sentimentos. Os sentimentos, entretanto, para os que permaneceram na antiga capital, estavam condicionados à situação de “esquecimento”. A valoração da imprensa local sobre a monumentalização da antiga capital torna-se informações importantes para que possamos perceber as primeiras reações da comunidade em face da intervenção da política do progresso no Estado de Goiás. Nesse caso, a história da cultura, como veículo de entendimento das concepções inerentes àquela época e àquela comunidade, remete-nos à análise das idéias políticas daquele momento, bem como sua interferência na vida das pessoas. É o estudo dos processos que nos dá o sentido necessário para a compreensão dessa interferência.¹⁷⁸ As modificações na vida daquela comunidade estão presentes nas várias formas de desabafo (dentre elas, a imprensa). A necessidade de “reinserção” regional caracteriza-se pelo discurso ao mesmo

¹⁷⁸ Ver CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 16-27.

tempo da tradição e da condição de marginalidade em relação ao restante do país:

O Brasil inteiro, num pujante e patriótico esforço de guerra, produz e trabalha cada vez mais, tanto no setor material como no intelectual (...)

De dois anos para cá, em um município que rende cerca de 500 mil cruzeiros, não podemos constatar uma obra valiosa e nova, capaz de nos beneficiar, nem um edifício público, nem uma estrada rasgando novos trechos, ou melhor, nem reparos de estradas capaz de torná-las boa (...)

Nessa corrida de realizações e progressos coletivos, não podemos ficar à margem, nem devemos deixar que o nosso tradicional município perca a vanguarda em que sempre se manteve.¹⁷⁹

Quando o texto refere-se a “não ficar à margem” demonstra os sentimentos de exclusão da comunidade em relação à região goiana e às questões nacionais. Anteriormente, distante de grande parte do país, em função da falta de transportes, a cidade de Goiás estava também distante da posição de centro político. “Não ficar à margem” significava seu reconhecimento histórico, enquanto sedidora de tantos anos de política.

Em conseqüência, a imprensa da antiga capital revela-nos dois anseios decorrentes da transferência da capital para Goiânia. O primeiro, novas construções visava inserir o município às políticas de desenvolvimento nacional. O segundo, em contrapartida, estimulava a cidade de Goiás enquanto depositária da tradição do Estado, valorizando sua condição de vanguarda. O que a imprensa anseia por valorizar é o tempo histórico. Assim, estimular o discurso da tradição era o primeiro passo para reavivar os lugares da memória que nascem e se mantêm não de forma espontânea, mas por meio dos arquivos, dos aniversários,

¹⁷⁹ Jornal *Cidade de Goiás*, ano 5, Goiás 28 jul. 1942, diretor: Goiás do Couto, n. 187, Problemas Municipais.

das celebrações.¹⁸⁰ Desprovida da condição de capital, a cidade de Goiás necessitava desse incentivo como aparato de sobrevivência social, exaltando a cidade por seus valores inerentes a várias gerações e, assim, justificando prováveis incrementos à mesma.

Como vimos, a relação do discurso progressista com a antiga capital assemelha-se aos preceitos da cidade iluminista, que reforça seus traços modernistas à medida que despreza a cidade considerada tradicional. Para perceber o discurso de ideologia progressista, assim como suas particularidades nacionais e regionais, entendemos que, para eles, o sentido da “civilização” desenvolvida estava diretamente ligado à modernidade.

No decorrer do século XIX, as reflexões positivas acerca do homem e da sociedade fizeram surgir duas disciplinas científicas: a etnologia e a sociologia. Tendo como ponto de partida a antropologia – cultura, no seu sentido mais amplo – é o conjunto de elementos que constituem uma civilização (como crenças, hábitos cotidianos, etc.). Para Edward Burnett Tylor, antropólogo britânico do século XIX, “cultura” é uma palavra neutra, podendo referir-se à humanidade de forma geral, sem restringi-la a uma determinada sociedade. A cultura então expressa-se pelas formas coletivas de vida de algum espaço social. Nesse sentido, o conceito de “cultura” às vezes confundia-se com sociedades ocidentais de referência. Por isso, em contraponto ao conceito de sociedade civilizada, surgiu o conceito de sociedade “primitiva”, que seria os “outros”. Tylor acreditava que buscar as “sobrevivências” de uma sociedade é buscar sua cultura original e, dessa forma, reconstruí-la.¹⁸¹

¹⁸⁰ Ver NORA, Pierre *op. cit.*, p. 13

¹⁸¹ *Apud* CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 1999, p. 33-42.

Por outro lado, Franz Boas (1858-1942) mostrou que a cultura não pode ser identificada por traços físicos e mentais. Boas acreditava que não há diferenças biológicas entre os membros das sociedades diversas, mas sim diferenças culturais, construídas no decorrer da vida dos mesmos. Cultura, portanto, não se confunde com “raça”.¹⁸²

Como referência peculiar de uma localidade, cultura é veículo de resistência. Assim, entendemos que a reação da cidade de Goiás, à época da transferências da capital, foi de reavivar a memória do local, suscitando-se como parte importante da tradição goiana.

No caso da França, o conceito de cultura, no seu sentido individual – o “letrado” –, perdurou até a década de 1960. Sob influência do universalismo da teoria iluminista, os franceses do século XIX ainda não observavam a pluralidade cultural, a não ser quando a mesma estivesse ligada ao conceito de “civilização”.¹⁸³

Entender o discurso da cidade iluminista e, mais tarde, da cidade progressista nos moldes da modernidade francesa, é percebê-lo também desprovido da noção da cultura do “outro”. Dessa forma, a cidade de Goiás, como uma das representantes do período colonial no Brasil, não era, e nem tinha a intenção de ser, “moderna”. A partir do século XIX, entretanto, a influência da modernidade européia – em grande parte francesa, às vezes inglesa, as vezes norte-americana – traduziu para o nosso país a noção de civilização. Nesse sentido, uma organização social, no campo ou na cidade, que não fosse moderna, não seria “civilizada”.

¹⁸² *Apud*, CUCHE, Denys. *op. cit.*, p. 37-48.

¹⁸³ Ver CUCHE, Denys. *op. cit.*, p 49-50.

A questão, mais ampla do que parece, transportada para o início do século XX, mostra a preocupação com as formas de construir e com a disposição dessas construções, tornando-as cada vez mais sujeitas à participação do cidadão a uma vida dinâmica. No caso da Europa da década de 1920, a idéia era solucionar problemas de moradia.¹⁸⁴

No caso do Brasil, da década de 1920 em diante, a idealização da urbanização no país em locais não litorâneos resolveria não somente um problema habitacional, mas também uma questão de cunho político, atando-nos às nossas riquezas, remetendo-nos às soluções nacionais. Incentivar a chegada do cidadão aos “interiores” era “redescobrir” o Brasil, investindo na exploração e na moradia, além de estimular o elo com as raízes da “nação”.

2.4 – “Quando mudô a Capital parecia que ia acabá a cidade!”

Para compreender as interferências desses ideais políticos emergentes à época é necessário também escutar aqueles que viveram o momento. Assim, a oralidade aparece aqui para que façamos uma relação entre a bibliografia sobre questões políticas e a interferência das mesmas na vida da cidade. Utilizando-nos dos relatos orais como fontes históricas, compreendemos o meio em que vivemos, os signos que absorvemos, as representações que criamos. Estes são veículos não somente da memória da cidade; eles também servem de suporte para direcionamentos políticos, pois, nos relatos orais e na imprensa, pudemos perceber a história do que se criou e do que permaneceu, do que se pleiteou

¹⁸⁴ LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Rio de Janeiro: permanência e mudança. In SCHIAVO, Cléia e ZETTEL, Jayme (coord.). *op. cit.* p.41-50

lembrar ou esquecer; daquilo que numa comunidade constituiu sua visão de mundo. Nossa abordagem de memória encontra uma forma de entender as práticas políticas e suas articulações no espaço urbano. Maurice Halbwachs explica que todo grupo ou gênero está, de alguma forma, ligado ao lugar em que vive. O autor encontrou na relação entre memória e espaço não só um referencial visual, pois, numa sociedade, tem-se como ambiente da memória as leis, a religião, o trabalho, etc.¹⁸⁵ Para nós, a cidade e seus respectivos movimentos está repleta de memória, isto é, de representações sobre sua vida cotidiana e os reflexos dos acontecimentos de “longa-duração”.

Nesse sentido, o Estado Novo, seu discurso e suas intenções aparecem aqui como elementos de importância nas mudanças da vida cotidiana dos moradores da antiga capital. Abordando as discussões historiográficas mais recentes, Maria Helena Capelato propõe-se a analisar o Estado Novo como um curto período de tempo. De fato, a autora explica a necessidade de se pensar a respeito da história política, não englobando o período populista no Brasil, num tempo longo (didaticamente dividido entre 1930 e o golpe de 1964). Por isso, compromete as pesquisas que se referem aos fatos marcantes que compõem a época. Dessa forma, Capelato expõe a necessidade de se atentar para os curtos períodos de tempo que constituem o referido populismo.¹⁸⁶

Acreditamos que a década de 1930 formou-se em etapas no que diz respeito à história política nacional. Nesse período, duas situações são marcantes para as engrenagens do país: a Revolução de 1930 e o golpe de 1937, marcados,

¹⁸⁵ Ver HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

¹⁸⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim, Estado Novo: Novas Histórias. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183-213

sem dúvida, pela ruptura institucional.¹⁸⁷ Um período populista, até mesmo autoritário, de ideais desenvolvimentistas e de arrojadas propagandas em prol da política em vigor.

O avanço dos meios de comunicação, bem como a influência nazista de propaganda por meio do rádio,¹⁸⁸ influenciaram a divulgação da política “varguista” no Brasil. A proposta estadonovista de Vargas revela, por meio da propaganda, uma preocupação efetiva em disciplinar o cidadão, tal como o pai de família e o trabalhador. O rádio, com programas elaborados conforme o discurso político da época, refletia as metas de educação sanitária, referentes não somente ao corpo orgânico mas também às normas de vida do indivíduo. A formação física e intelectual como estratégias de construção da pátria; as limitações do lazer esportivo (como o futebol, um prazer exagerado); ou até a preocupação com a alimentação do trabalhador, – tudo isto compôs os temas de propaganda do período. É isso o que podemos perceber nas falas de Savino Gasparini, redator de textos para a rádio Tupi (1940):

... em torno da criança inocente, uma sólida muralha de proteção da sua saúde, certo de ser esta a maneira mais prática de preparar os alicerces de uma Pátria mais forte, mais bela, mais culta, mais amada e mais feliz.¹⁸⁹

A paixão absorvente do jogo, que arrasta muitas crianças e moços, na época presente, é tão fanática que domina por completo todos os campos do pensamento.¹⁹⁰

¹⁸⁷ BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: história e historiografia. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Históriografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 160

¹⁸⁸ CAPELATO. *op. cit.*, p. 201.

¹⁸⁹ GASPARINI, Savino. *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*. (Serviço de Propaganda e Educação Sanitária/Ministério da Educação e Saúde). Rio de Janeiro: Indústria Tipográfica Italiana, 1940, p. 15

¹⁹⁰ GASPARINI. *op. cit.*, p. 38

Acerca da alimentação do trabalhador, é interessante observar como os textos apresentam as debilidades alimentícias do mesmo e, concomitantemente, afirmam sua capacidade produtiva. O reforço alimentar aparece como necessidade nutricional para aperfeiçoar a potência do produtor de riquezas no Brasil. Savino Gasparini cita um médico da época – Alexandre Moscoso – e, com as palavras do mesmo, defende como o trabalhador bem alimentado pode produzir e lutar por um Brasil melhor.¹⁹¹ Alimentação, educação, cidadania são conceitos que adentraram a casa das pessoas no Brasil. O sentido de preservação, não diretamente percebido pelos mesmos, era evidentemente exaltado à época dos decretos que estipulavam a proteção do patrimônio artístico e histórico nacional, para que este servisse de fonte de conhecimento aos moradores do Brasil. Reforçando raízes e estimulando progresso, as posturas de Vargas invadiam a vida das pessoas. Seu reflexo na vida dos habitantes da cidade de Goiás refere-se sobretudo à dor sentida com a mudança da capital, bem como seus efeitos – não imediatos – de preservação.¹⁹²

Essa inferência da política à época, na antiga capital, é decorrente sobretudo das estratégias de formação do cidadão no Estado Novo, que condicionavam-se à idéia de cidade moderna. Decorrente já dos ideais urbanos do século XIX, a cidade moderna impunha ao seu morador uma forma de vida reservada. No caso da cidade moderna – principalmente no século XX –, a burguesia ganhou mais significado, e as relações “comunitárias tradicionais”, inerentes à sociedade urbana menor, perdeu seu sentido. O indivíduo urbano passa a viver num ambiente organizado principalmente para que o funcionamento

¹⁹¹ GASPARINI. *op. cit.*, p. 68.

¹⁹² No caso de Goiás, temos Pedro Ludovico, que era médico.

da cidade seja produtivo e “civilizado”, conforme os padrões de cidade ocidental.¹⁹³ Ao mesmo tempo em que se individualiza, o cidadão se integra à comunidade, absorvendo seu cotidiano. O morador da cidade assimila hábitos urbanos e passa a fazer parte desse dia a dia ligado sobretudo às formas econômicas. Tem-se a impressão de que a oportunidade econômica é mais ampla na cidade do que no campo. Predomina nesse ambiente o discurso do desenvolvimento, no qual pleiteia-se o progresso.

As representações das pessoas, como construções a partir da realidade vivida, podem estar refletidas tanto nos relatos orais como em fontes impressas, no caso, os jornais. As representações, constituindo imagens que são edificadas a partir das experiências subjetivas, foram obtidas na imprensa local, já que esta ajuda a configurar alguns aspectos do cotidiano da cidade. Procurar as representações, enquanto construção intelectual com base no que foi vivido, é investigar minuciosamente os sentimentos daqueles que fizeram parte da história do contexto estudado. Os discursos políticos, bem como as fontes oficiais “mudancistas”, favoreceram-nos a percepção de uma realidade que se havia forjado.

“Forjar” era formular uma ideologia do “novo”. Esse conjunto articulado de representações foi direcionado por um plano político, que tendeu a ser hegemônico. Essa hegemonia, conquistada com a valorização da nova capital “moderna”, indiretamente “apagou” as representações da antiga capital como centro urbano desenvolvido. O desenvolvimento, nesse caso, está na vida

¹⁹³ Ver PEREZ, Léa Freitas. Notas Reflexivas sobre a Modernidade e a Cidade. p. 13-20. In NASCIMENTO, Mara Regina do, e TORRESINI, Elizabeth (orgs.). *Modernidade e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 170p.: (Coleção História, 24).

cotidiana ordenada e disciplinada conforme os códigos legais da cidade. Obviamente, mesmo mesclando-se com os hábitos do campo, o dia-a-dia da cidade de Goiás era, realmente, o de um espaço urbano (antes da transferência da capital legitimada por se tratar do centro das discussões políticas do Estado de Goiás). Por isso, estudar essas representações – no plano político, na imprensa ou nos relatos orais – é buscar na história da cultura, a compreensão do social. Dentro das discussões acerca do imaginário social, os símbolos apareceram – como parte da análise – quando percebemos que nossas “fontes” têm por trás todo um sistema de valores.¹⁹⁴ Isso pode ser observado nos relatos que se referem à transferência das instituições e às mudanças de suas respectivas documentações.

A história que trabalhamos aqui aborda a cidade não como um objeto imóvel (ou como definição), mas como um olhar que se desloca da cidade para temas nela inseridos. Nesse sentido, pesquisamos a transferência da capital e a relação dos moradores da cidade de Goiás com tal fato, tentando compreender as complexibilidades desse espaço estudado mediante a interferência da política. Os resultados dessa interferência são percebidos nos sentimentos acerca da mudança da capital e a sensação de “morte” dos movimentos inerentes ao espaço urbano:

*Ele rancou tudo que tinha por aqui, o Pedro Ludovico.*¹⁹⁵

Pergunta: “Tirou o que?”

*As escola, aqui tinha escola de direito, de farmácia, (...) tudo isso tinha, né?*¹⁹⁶

¹⁹⁴ Ver CHARTIER, Roger, *op. cit.*

¹⁹⁵ Entrevista feita com dona A.C.P., 97 anos. Cidade de Goiás, Jan de 1998.

¹⁹⁶ Entrevista feita com dona A.C.P., 97 anos. Cidade de Goiás, jan. de 1998.

*Quando mudô a capital parecia que ia acabá a cidade.*¹⁹⁷

Percebemos a subjetividade do cidadão, a forma como este percebeu as transformações propostas a partir da transferência da capital. O desenvolvimento, nesse caso, aliava-se à degradação do suposto “não desenvolvido”. Para Léa Freitas Perez, o desenvolvimentismo no Brasil esteve diretamente ligado ao incentivo à indústria, a atividades intensas, ao movimento urbano dos cafés ou dos cinemas,¹⁹⁸ bem como à própria distribuição do espaço urbano e sua infra-estrutura. Nesse caso, há uma preocupação em separar os setores econômicos dos de lazer, e o atendimento à comunidade com serviços de água, luz e esgoto, faz parte dos projetos de urbanização e administração. Nesse sentido, uma das bases do discurso que visava fundamentar o ato de mudança da capital no Estado de Goiás encontrava-se no âmbito dos serviços estruturais da cidade. No discurso mudancista, isso fica evidente:

*...é, inquestionavelmente, a incapacidade da capital atual para impulsionar o progresso do Estado. E como o poderá fazer uma cidade que, com duzentos e tantos anos de existência, apoiada na situação impar de capital, ainda hoje não resiste paralelo, já não dizemos com as outras capitais, porque isso pareceria gracejo, mas com qualquer cidadezinha obscura, que possuía 10.000 habitantes, água encanada, rêde de esgotos e casas de diversões?*¹⁹⁹

Em contraponto às justificativas progressistas, o “vazio” pós-transferência da capital está presente na fala daqueles que permaneceram na cidade de Goiás. Dessa forma, entendemos que a cidade, como alvo de

¹⁹⁷ Entrevista feita com dona A.C.P., 97 anos. Cidade de Goiás, jan de 1998.

¹⁹⁸ PEREZ, Léa Freitas. *op. cit.* p. 19.

¹⁹⁹ Relatório citado: Pedro Ludovico – 1930-33. p. 122

pesquisas históricas, tem se revelado um objeto amplo e cheio de informações. Sofrendo ações de políticas modernizadoras ou projetos desenvolvimentistas, o meio urbano revelou-se um campo no qual podemos analisar as interferências dessas políticas e seus respectivos projetos. Nesse caso, os moradores da cidade tornaram-se veículos importantes para que possamos perceber o dia-a-dia do ambiente urbano em transformação ou da cidade em formação. Na cidade, a memória política se faz e desfaz, se mescla às impressões coletivas e revela os sentimentos atuais daqueles que viveram o período:

As casas fecharam quase inteiras (...) ficô como se fosse acabá a cidade.²⁰⁰

(...) Ele rancava tudo. As repartições jugava o documento na rua. Foi mal feito essa mudança. Por isso que o povo tinha raiva dele. Povo daqui num gostava de vê o Ludo..vico.²⁰¹

Na cidade, enfim, buscamos as representações dos sujeitos à época de tais ações políticas. Em nome da modernidade no “interior possível”, algumas transformações foram efetivas para a reformulação do cotidiano das pessoas da cidade de Goiás, bem como para mudanças decorrentes de anos seguintes.

Para tanto, os relatos dos moradores revelam as representações dos mesmos acerca dos fatos da época, assim como reações mediante as representações políticas expressas no discurso do progresso. No sentido das articulações políticas, analisando a ideologia mudancista, percebemos a construção de Goiânia como um reflexo desse conjunto articulado de representações. A formulação desse discurso dependeu, é claro, do “aniquilamento” das antigas forças políticas anteriores a 1930, e seu respectivo

reduto de discussões. Nos relatos, evidencia-se a construção de Goiânia enquanto cidade moderna, mas descarta-se a discussão acerca dos aspectos positivos da transferência da capital como um todo: “Construiu Goiânia e pra Goiânia ele foi muito bom (...) pra nós aqui na mudança ó...minha irmã até morreu em consequência sabe.”²⁰²

A memória pode ser observada também como uma propriedade de atualizar impressões passadas. Com Jacques Le Goff, percebemos que a amnésia, ou o silêncio dos relatos orais, pode ser voluntário ou involuntário. Muitas vezes, encontramos na amnésia o sentido da memória coletiva de comunidades sociais – os silêncios, como verdadeiras lacunas, tornam-se ora entrave ao estudo histórico, ora suporte de análise da história.²⁰³ Dessa forma, percebemos que a interferência no aspecto econômico da cidade tornou-se um referencial para a memória sobre esse período histórico:

*ficou foi muito parado, né. Porque o pessoal saiu quase todo, né. Os negociante também andô saino porque aqui ia ficá muito parado.*²⁰⁴

*Pergunta: “Eles se mudaram pra Goiânia? mudaram, muitos mudaram. Os empregados todos foram (...)”*²⁰⁵

*o pessoal foj a metade pra lá (...) aqui ficô parado (...) aqui já é parado memo.*²⁰⁶

*Pergunta: “Todo mundo apoiô Pedro Ludovico? Não. Acho que mais da metade num apoiô.”*²⁰⁷

²⁰⁰ Dona A., entrevista citada.

²⁰¹ Dona A., entrevista citada

²⁰² Dona A., entrevista citada

²⁰³ Ver LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1992, p. 12

²⁰⁴ Entrevista feita com N..A.F., 100 anos. Cidade de Goiás, 6 jun. 1999.

²⁰⁵ Entrevista feita com N. A. F., ídem.

²⁰⁶ Dona N., entrevista citada

²⁰⁷ Dona N., entrevista citada

Essa sensação de “segundo vazio” na história da cidade de Goiás é parte de um “mito” que a cidade construiu acerca da “degradação” a qual foi submetida. Da mesma forma, a nova capital constituiu-se num mito da modernidade e assim se edificou. A criação do “mito” é analisada por Luísa Passerini. A autora toma como objeto de análise “mito Fiat” na Itália. Em sua pesquisa, ela mostra que as pessoas alimentavam, por meio da esperança de um emprego estável, a idéia de que na fábrica de carros Fiat – símbolo do progresso – os sujeitos sentiam-se seguros e menos ameaçados por intempéries econômicas. Passerini mostrou como os testemunhos referem-se – com palavras deles – ao “mito fiat” como forma de melhoria social e financeira. Teoricamente, fábrica, as possibilidades de melhoria salarial e de estabilidade no emprego são maiores do que num emprego público, por exemplo. Havia a promessa de igualdade e abundância, simbolizadas no carro, visto como produção e propriedade. O carro era veículo de prestígio próprio.²⁰⁸ Dessa forma, entendemos que o “mito” – reforçando imagens positivas ou negativas – cumpre um papel: criar representações coletivas:

o povo ficô chateado demais né, porque tirou a capital daqui né (...) dicerto porque ele achô lá mais adequado né (...) lá é muito mais adequado do que aqui.²⁰⁹

Os relatos dessas pessoas que viveram à época da transferência da capital são de extrema importância para nós, uma vez que suas representações podem nos revelar seu olhar atual acerca do passado vivido. A partir disso,

²⁰⁸ Ver PASSERINI, Luísa. Mitobiografia em História Oral. Revista *Projeto História*, 10: 29-40, dez/1993, p.

31

²⁰⁹ Entrevista feita com B. N. J., cerca de 90 anos. Cidade de Goiás, jan. 1998.

podemos compreender a interferência das práticas políticas do período na vida da comunidade estudada. Com base nos projetos da política mudancista, a criação da cidade abandonada, degradada, vazia, mostrou os sinais de resistência à construção do discurso progressista. Além disso, é na memória do velho que se tem lembranças mais fluídicas. Na narrativa dos mais velhos, normalmente não se percebe a memória do tempo recente, pois nela encontramos a memória do passado juvenil. Seus relatos são carregados de seu papel social – a tradição.²¹⁰

Só que hoje tá muito melhor do que quando era capital (...) aumentô outro tanto (..) pro lado do São Francisco (...) ali quase tudo era chácara, agora tem casa até lá na bera do Bacalhau.²¹¹

A identidade da comunidade da cidade de Goiás evidencia-se quando os relatos orais nos fornecem o sujeito histórico como participante direto dos fatos da época. Suas impressões pessoais revelam os sentimentos gerados na cidade acerca das práticas políticas. Os relatos de vida, vistos como significações do passado, reforçam a identidade dos grupos que sofrem o perigo da fragmentação. A identidade, quando reforçada, pode romper distâncias e criar raízes. Com base nisso, observamos o relato sobre a transferência, os que se mudaram, e os que foram contra a nova capital:

Os que puderam mudar gostaram, que ia ter uma vida melhor, cidade nova...

²¹⁰ Ver BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade* – lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²¹¹ Entrevista feita com J. F. da S., 100 anos. Cidade de Goiás, 7 Jul. 1999. Em entrevista feita com dona. G.C., aproximadamente 80/90 anos, na mesma cidade e data, a entrevistada explicou que o lugar é denominado “Bacalhau” por causa dos escravos que eram levados para lá, e eram surrados com uma corda chamada bacalhau.

*Agora os anti-mudancistas que tinham dinheiro, muitas casas...estes ficaram disolados com a mudança.*²¹²

Ele não só não se importô da capital mudá, como ele fez uma música em homenagem (...) uma marchinha muito bonitinha. Ele até ofereceu pra Pedro Ludovico, e ele parece que ele não recebeu essa tal música porque ele nunca agradeceu.

*Eu não quis mudá não.*²¹³

*No começo houve aquela (...) mas depois melhorô²¹⁴ na época ficô muito parado, (...) muitas casas caíram. (...) depois aos pouquim foram reconhecendo o valor histórico da cidade né, (...) o pessoal da cidade.*²¹⁵

O sentimento de perda e a divisão de opiniões evidenciam-se nos relatos orais. A tristeza, como reação original, mescla-se à lembrança das oposições políticas acerca do ato da mudança da capital para Goiânia. Ludovico aparece na memória das pessoas, às vezes, como “filho da terra”, outras como o responsável pela morte daquela que se tornara a antiga capital. A transferência da capital parece ter retirado muito e acrescido pouco. A lembrança dos que ficaram é repleta de identidade e mágoa.

*Muita gente chorô, andando atrás da banda. Teve até muita gente que revoltou. Os Caiado...tinha a briga entre eles...*²¹⁶

*Pedro Ludovico mudou a capital né (...) porque ele tinha muito receio (...) que os Caiado num ia muito com a cara dele, aí ele mudou a capital.*²¹⁷

Pergunta: A construção de Goiânia realmente melhorô pro estado...? O que a senhora acha?

*Eu acho que não. (...) Deus é que sabe, porque olha cada um sabe de si.*²¹⁸

*(...) tudo o que ele podia ele tirou daqui e levou embora. O Lyceu de Goiás ele levou embora, aqui tinha escola de farmácia, odontologia, direito, ele levou tudo. (...) O Pedro Ludovico carregô tudo.*²¹⁹

²¹² Entrevista feita com I.B.da S. F, 10 anos à época da transferência. Cidade de Goiás, 7 Jul. 1999 (filha do seu J.) Em seu relato, dona I. lembra-se do pai e comenta sua participação nos acontecimentos da época, denominando-o progressista.

²¹³ Entrevista feita com seu J., 100 anos. Cidade de Goiás, 7 Jul. 1999.

²¹⁴ Entrevista citada, feita com dona I.

²¹⁵ Entrevista citada, feita a dona I.

²¹⁶ Entrevista feita com dona .O.A., aproximadamente 80 anos. Cidade de Goiás, 5 Jul. 1999.

²¹⁷ Entrevista feita com dona L.L.C., 82 anos. Goiás, 7 Jul. 1999.

²¹⁸ Entrevista citada, feita com dona L.L.C.

²¹⁹ Entrevista citada, feita com dona L.L.C..

Revolução e Liberdade são conceitos que compõem o discurso progressista que permeou o período de 1930 a 1945. “Tristeza”, “vazio” e “morte” conduzem a memória da época para aqueles que permaneceram na antiga capital:

*a cidade ficô morta né, num tinha ninguém. (...) pra qui ficou mais ruim.*²²⁰

Pergunta: A senhora acha que a transferência da capital foi boa para a cidade de Goiás?

*atualmente nós achamos (...)teve uns três anos de muito...é, a cidade caiu demais, ficô assim uns dois três anos, depois voltô a sê uma cidade. (...) a cidade recuperô, né.*²²¹

Como espaço da memória, como ambiente de construção das realidades vividas, a cidade é rica em informações à medida que buscamos perceber as representações da comunidade, às vezes até em fontes oficiais, também carregadas de valores a ser analisados. A reação, entretanto, vincula-se às práticas políticas de época. Nesse sentido, o que percebemos de 1930 a 1945, foi a presença de um discurso local respaldado pela força política do Estado Novo. Encontramos, aqui, os sentimentos dos sujeito sociais enquanto parte integrante dessa história que se relata nos livros.

Todavia, os projetos políticos pós-1945 tendem a ser descentralizadores e caminham por “negar” as conquistas centralizadoras. Permanecem as políticas desenvolvimentistas, mas o retorno de Getúlio Vargas ao poder, na década de 1950, esteve carregado de um simbolismo que não mais refletia seu poder pessoal. Dessa forma, a cidade de Goiás – como alvo e suporte

²²⁰ Entrevista feita com L.M.L., 92 anos. Cidade de Goiás, 7 jul. 1999.

¹¹⁴ Entrevista feita com D.C. de C., 80 anos. Cidade de Goiás, 7 jul. 1999

do discurso mudancista da década de 1930 – inverte seu papel, para dar lugar aos primeiros tombamentos da cidade, em 1950 e 1951. A antiga capital, que havia simbolizado o atraso - como justificativa do moderno –, sofreu, na década de 1950, a ação do Sphan, órgão competente de preservação do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Valorizá-la naquele momento representava revalorizar as riquezas nacionais. Os novos direcionamentos políticos ajudaram a reforçar as reivindicações da comunidade da antiga capital goiana, e os primeiros tombamentos na cidade atenderam interesses duplos: nacionais – de contraponto à política centralizadora; locais – de sobrevivência da importância histórica da cidade de Goiás.

Até a década de 50, a comunidade da cidade de Goiás teceu um conceito de preservação peculiar ao momento histórico em que se encontrava. Como forma de reação às práticas políticas da década de 1930, constituiu-se um sentido de proteção à história e à tradição local, no qual “preservar” não significava restaurar, mas sim reformar, construir, movimentar. Dessa forma, o conceito de preservação do patrimônio emerge no plano nacional sob a égide dos interesses políticos, revelando as intenções de sua formulação: reforçar a memória do país. No aspecto local, a necessidade de reconhecimento da cidade como monumento nacional na década de 1940, assim como as reivindicações para aplicação de maiores verbas públicas na comunidade, foram fatores que ajudaram a composição de um conceito peculiar de preservação. Proteger a história da cidade era garantir um patrimônio que estava além das obras de arte ou dos prédios urbanos. No seu sentido mais amplo, era reconhecer a sobrevivência da cidade, desde sua importância enquanto centro aurífero, até sua

resistência ao vazio causado pelo esgotamento do ouro. Resistindo até 1930, a comunidade era inegavelmente um centro de importância, em relação ao restante do Estado, já que, na condição de capital, irradiavam-se dali as várias decisões políticas de cunho estadual referentes à região goiana. Dessa forma, preservar o patrimônio, para a população vilaboense, era resistir ao segundo vazio, como veremos no próximo capítulo.

TABELA 1: DADOS DE BATISMO DO CURATO DE SANT'ANNA.²²²

DATA	LIVRO/ N.º	N.º DOS BATIZADOS	PÁGINAS/N.º	TOTAL/REGISTROS
1925	21	1-219; 1-17	22 a 49; 49 verso a 50	236
1926	21	1-205	50 verso a 75 verso	205
1927	21	1-246	75 verso a 114	246
1928	21	1-208	115 a 138	208
1929	21	1-262	138 a 165 verso	262
1930	21	1-231	165 verso a 191	231
1931	21/22	1-272	191 a 200 verso; 1 verso ao 23	272
1932	22	1-244	23 a 51 verso	244
1933	22	1-242	51 verso a 76	242
1934	22	1-239	76 verso a 99	239
1935	22	1-261	99 a 123 verso	261
1936	22	1-243	123 verso a 146	243
1937	22	1-199	146 a 164 verso	199
1938	22	1-201	165 a 186	201
1939	22/23	1-125; 121-154	186 a 200 verso; 1 a 7	154
1940	23	1-135	7 a 34	135
1941	23	1-119; 17-22	34 a 58; 62 a 63	124
1942	23	1-16; 23-182	59 a 95	175
1943	23	1-185	96 a 133	185
1944	23	1-175	133 a 168	175
1945	23	1-234	168 – 198; 1 a 18	234
1946	23	1-219	18 a 62	219
1947	23	1-219	62 a 105	219
1948	23	1-206	106 a 147	206

²²² Retirados dos livros de Batismo, do Arquivo Geral da Cúria Diocesana de Goiás, na cidade de Goiás, os dados lá colhidos e aqui observados referem-se a homens e mulheres, sem distinção de cor. Cidade de Goiás, pesquisa realizada em fevereiro de 1998. Entretanto, os registros obtidos são somente aproximações, já que o arquivo consultado não estava catalogado, e não se sabe ao certo da existência ou não de outros livros de registro. Mas os dados observados por nós, podem proporcionar uma estimativa.

Capítulo 3- Da preservação à construção da imagem de cidade histórica (1945-1978)

O segundo vazio da cidade de Goiás, ocorrido com a transferência da capital goiana, gerou um ambiente de angústia. Mas, com o fim do Estado Novo, as esperanças se renovaram. As tendências políticas pós-1945 e a reabertura do mercado nacional (assim como as novas perspectivas de restabelecer uma ordem menos centralizadora de poder) marcaram o período até a década de 1950. O fim da ditadura Vargas veio novamente de encontro dos anseios da comunidade na antiga capital, que demonstrava por meio da imprensa local, seus descontentamentos e desejos.²²³

Visando focalizar nossa análise na cidade de Goiás, apontando a cidade de Goiânia como um dos instrumentos políticos que ajudaram a compor o cenário do “abandono” constituído no período, procuramos perceber as interferências dos atos do poder político nas transformações da antiga capital. Portanto, não é nossa intenção analisar se Goiânia conseguiu ou não tornar seus moradores mais modernos. Vislumbramos entender as impressões dos moradores da antiga capital acerca de como eles se sentiram quando atingidos por essa tentativa de modernidade goianiense.

O “mito da cidade degradada” e os resultados desse discurso estão nos primeiros tombamentos da década de 1950 (feitos pelo órgão competente à época, a Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional), ocorridos no espaço urbano da antiga capital do Estado de Goiás. Transformar a imagem negativa da

²²³ Como veremos neste capítulo, item 3.2, citação do jornal *Cidade de Goiás*.

cidade decadente em positiva foi uma campanha abraçada pelos grupos antimudancistas, como vimos em capítulos anteriores.²²⁴ Por meio de alguns jornais locais (como *O Democrata*, *Cidade de Goiás* e *A Coligação*), os grupos políticos que se posicionaram contra a transferência, expressavam seus descontentamentos e a necessidade de preservação da cidade de Goiás.²²⁵ Esse anseio de manutenção do espaço urbano não coincidiu com o adotado pelo Sphan à época. Assim, ligadas às questões originariamente políticas, os primeiros sinais de insatisfação foram emitidos na referida imprensa. A ação do órgão competente e as súplicas da comunidade resistente se mesclaram numa proposta única, não significando, porém, que as definições acerca da preservação urbana fossem as mesmas. Por isso, queremos discutir como se deu o processo de reversão da imagem da cidade degradada para a de cidade histórica?

3.1 – O patrimônio simbólico

A cidade de Goiás e sua comunidade imaginavam-se ser – e, na realidade, tinham sido, – o esteio intelectual do Estado de Goiás. A comunidade julgava-se abandonada e acreditava que sua importância histórica não era reconhecida. Dessa forma, os anos que se seguiram à década de 1940 representaram para a cidade anseios de “recuperação” e demonstraram um misto de necessidade progressista com reconhecimento histórico de seu papel social e político. Nesse sentido, os relatos orais revelam esses significados do passado. O

²²⁴ Em janeiro de 1942, o jornal *Cidade de Goiás* publicou: “que a velha cidade seja reconhecida como monumento histórico do Brasil”, como foi dito no capítulo 2, ítem 2.3.

²²⁵ Compunham o grupo antimudancista, políticos e personalidades da antiga capital. De acordo com entrevista concedida por Jaime Câmara, a ação oposicionista se iniciou com os Caiado, que foram certo da

conceito de “preservação”, que emergiu entre eles, confundia-se com o abandono dos prédios, com a luta pela manutenção da cidade e as novas construções. Um dos itens da modernidade pensada para as cidades naquele momento referia-se à movimentação das pessoas no espaço urbano. Como vimos no capítulo anterior, a antiga capital (antes e depois da transferência) representava, aos olhos dos progressistas, o oposto do que se pleiteava. A capacidade de desenvolvimento foi impossibilitada pelo discurso progressista – segundo eles, pelo espaço restrito dos morros que a rodeavam. O local abafado e a mentalidade conservadora constituíram, em parte, a fundamentação para a mudança. O pequeno crescimento populacional e a pouca estrutura urbana finalizavam os argumentos. Além disso, após a transferência, o movimento urbano diminuiu, causando angústia para os que ali permaneceram. Esse sentimento, entretanto, tendia a desaparecer com a confiança depositada nas novas construções na cidade:

*aí virô um paradero memo (...) o povo ficô aí...largô as casas tudo aí.*²²⁶

*A capital mudô, passô muitos ano, as casa cainu, as casa véia cainu (...) aí o povo foi e falô: nãaaoo..., vamo renascê esse trem! É que começô a fazê casa (...)*²²⁷

A cidade de Goiás não se enquadrava nos padrões urbanos de cotidiano acelerado. Aliás, a transferência da capital somente intensificou o dia-a-dia pacato da antiga Vila Boa em relação aos maiores centros urbanos brasileiros. O renascimento urbano, no entanto, poderia estar ligado a novas construções. Acreditamos que a noção de patrimônio não estivesse clara naquele momento, mas, ao longo das reportagens da época, estava presente um sentimento de

existência ou não de outros livros de registro. Mas os dados observados por nós, podem proporcionar uma estimativa.

²²⁶ Entrevista feita com seu B.N.J., 88 anos. Cidade de Goiás, jan. 1998.

tradição política e raiz intelectual. O Patrimônio cultural da cidade estava sobretudo no sentimento de pertencimento da comunidade ao espaço urbano. O renascer da vida urbana representava as confusões entre manutenção e construção. A história da cidade de Goiás havia se tornado o aparato necessário para que a mesma resistisse ao segundo vazio. Porém, mudar para a nova capital não aparece, para muitos, como prioridade, mas como necessidade de sobrevivência. No comércio, por exemplo, a diminuição do fluxo populacional impulsionava a queda das vendas. No campo do trabalho, as oportunidades diminuía, como podemos perceber num dos relatos de moradores locais: "... aqui ficô sem serviço né, mia fia!"²²⁸

O trabalho (ou a falta dele), como parte estrutural da vida cotidiana dos moradores, traduzia um vazio, não somente populacional, mas substancialmente econômico. Assim, o "renascer" implicava na reestruturação e revitalização do trabalho cotidiano, interferindo de forma direta na vida das pessoas da cidade.

Para melhor especificar, o conceito de preservação que emergiu nos grupos resistentes da antiga capital, referia-se à sobrevivência do espaço urbano. Definiu-se aí que preservar não significava manter o espaço colonial, e sim reestruturar o espaço aparentemente decadente, uma vez que a movimentação urbana diminuiu e muitas casas foram abandonadas por moradores ali residentes, antes da mudança. A história política que se desejava manter em voga exaltava a política local anterior a 1930 e travava batalhas com a política vigente. Nesse sentido, constituía-se em patrimônio histórico e cultural, tudo o que pertencesse à cidade de Goiás: seus prédios (coloniais ou não), suas praças, ruas,

²²⁷ Entrevista feita com seu L., 12 anos à época da transferência da capital. Cidade de Goiás, jan. 1998.

²²⁸ Entrevista feita com seu B.N.J., 88 anos. Cidade de Goiás, jan. 1998.

estabelecimentos comerciais, as pessoas ali residentes e o movimento por elas proporcionado. Seus bens culturais eram, então, todos os mecanismos que faziam da cidade um espaço em funcionamento, ou seja, as conquistas das pessoas da cidade aparecem como parte desse acervo cultural, a exemplo da luta pela manutenção do gabinete literário, já citado no capítulo anterior. A idéia era preservar essa vida urbana, revitalizando as atividades cotidianas. Solicitar que a cidade se tornasse monumento histórico do Brasil era assim um recurso em prol dessa revitalização. A proteção desse patrimônio implicava em reagir contra o abandono, por eles alegado.

Na segunda parte dessa pesquisa, vimos que as imagens dos relatos de moradores que permaneceram na antiga capital são repletos de cenas de adeus, abandono e morte. Ao mesmo tempo, num dos jornais locais (o *Cidade de Goiás*), no início da década de 1940, já pudemos perceber a presença do discurso que apontara a cidade de Goiás como parte importante da vida nacional. Esse discurso evidenciou os anseios de que a cidade fosse considerada “monumento histórico do Brasil”. Nesse sentido, ao ser considerada “monumento”, a cidade caminharia rumo a uma alternativa viável e fundamentada pela memória local. A revitalização, a partir desse reconhecimento histórico, seria apenas uma consequência da luta em defesa da sobrevivência urbana.

Em 1947, por exemplo, o jornal *Cidade de Goiás* debatia as necessidades de preservação do Gabinete Literário da antiga Vila Boa, como bem cultural local, como fonte de conhecimento dotada de valor histórico. Deixá-lo sucumbir seria uma questão de cunho político, quando afirmava-se que

*As instituições assemelham-se a vida da gente. Sofrem na sua marcha através do tempo as mutações político-econômicas da sociedade. Nelas se refletem os sintomas de decadência de uma época, de um governo e de um povo.*²²⁹

Das instituições públicas, entretanto, não havia iniciativas. Apesar do discurso, a preservação e o cuidado com os prédios pertencentes à antiga capital ainda não existia de forma a mantê-los como patrimônio cultural da cidade. A reação da comunidade, vista por meio da imprensa, esboçava a preocupação com esse descaso. O texto da imprensa, aqui citada, revela a preocupação com a reforma e manutenção das construções urbanas. Não reflete a preocupação com o bem cultural, definido enquanto legado histórico. Na verdade, a não-manutenção dos prédios criava a imagem da decadência urbana, contra a qual os grupos de resistência lutavam. Esse “vazio”, gerado pela transferência, solidificava-se à medida em que a cidade continuava sem manutenção. Assim, o empenho em defesa do reconhecimento histórico e cultural da antiga capital visava o não-reforço da idéia de cidade degradada.

O estado de Goiás possui, nesta cidade, vários prédios que, caso não sejam cuidados, dentro de pouco tempo cairão (...) Bem cuidados e devidamente administrados, com a preocupação de resguardar a coisa pública como é dever, os prédios e demais imóveis do estado poderiam dar renda e não somente prejuízos como vem acontecendo.

Um exemplo disso vemos no prédio onde funcionou a antiga escola de aprendizes e artífices à rua Eugênio Jardim (...) Muros e paredes rachando, goteiras por toda parte, janelas e portas quebradas e arrancadas, portão constantemente aberto (...) devastação completa. (...)

*...caso os mesmos não sejam bem vistoriados pelas autoridades competentes e tomadas medidas para sua preservação, dentro de algum tempo deles nada mais restará ou serão necessárias vultuosas somas para repará-los.*²³⁰

²²⁹ *Jornal Cidade de Goiás*. Goiás 09 de novembro de 1947, n.º 362. Um Patrimônio Abandonado, por Velasco de Azevedo.

²³⁰ *Jornal Cidade de Goiás*, diretor: A. L. Couto. Redator: Goiás do Couto, ano 10. Goiás, 04 de Abril de 1948, n.º 381. Prédios Públicos em Ruínas.

Ansiosos por novamente proporcionar movimento de pessoas nos prédios urbanos então desativados, a comunidade (por meio da imprensa) reforçava a idéia de revitalizar os hábitos corriqueiros da antiga capital goiana. Obviamente, seriam estimuladas também as práticas e oportunidades de trabalho. As escolas da cidade faziam parte do patrimônio cultural conquistado. Assim sendo, fechá-las significava degradar a tradição local. Como integrante da “coisa pública”, as escolas compunham o quadro dos bens públicos, assim como do patrimônio cultural.

Para os vilaboenses, a crise pós-mudança teria seus dias contados se fossem destinados à antiga capital projetos de modernização. Novas construções traduziam-se em melhoria. Reformar velhos prédios seria renovar o espaço urbano da antiga capital. Isso para a comunidade era preservar a cidade. Falar em reforma e patrimônio histórico, para os moradores à época, era a própria sobrevivência do espaço urbano. O sentido de preservação portanto, ainda tinha outro perfil pouco definido. Na memória da comunidade, a figura do interventor Pedro Ludovico aparece nesse contexto, ora como um progressista necessário, ora como um filho da terra e traidor:

Ele quiria ficá, agora ele quiria assim, fazê uma cidade como ele fez Goiana, tudo alinhado(...) Tinha um povo aqui, uns ricasso, que era os chefe daqui de Goiás, gozava dele, dizia que ele num tinha capacidade de mudá uma capital. (...) Diz que ele arriô um cavalo aqui e saiu...foi lá pra Campina.²³¹

²³¹ Entrevista feita com seu L., 12 anos à época da transferência da capital. Cidade de Goiás, jan. 1998.

O então interventor apareceu nesse relato como um homem que desejava construir o progresso. Nas “casas alinhadas”, via-se o desenvolvimento, pois esse novo estilo era um contraponto à malha urbana colonial. O discurso político pós-30, calcado também na necessidade de rompimento com o “atraso” arquitetônico, construía argumentos precisos para vender a imagem do progresso.

O conceito de atraso, além de ter se fundamentado nas imagens construídas pelos viajantes europeus e paulistas, possuía também um caráter político que se evidencia nos relatos dos moradores que lá permaneceram. Pedro Ludovico, aos olhos da comunidade vilaboense, não era o herói progressista, mas o político opositor, que saiu da cidade de Goiás devido à força caiadista, forte no espaço político da antiga capital, como pode ser observado: “Os Caiado num iam muito cum a cara dele (...) então ele mudô a capital.”²³²

Vimos (no capítulo 1) que a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira se deu desde a década de 1910. Oponente dos grupos políticos vigentes (Caiados, Bulhões, Jardins, entre outros), Ludovico chegou ao poder em 1930 e disputou espaços de poder.

Por isso, a transferência da capital constituiu-se num dilema político e numa fervorosa disputa de espaços. Sob esse prisma, era indispensável que se construísse uma nova capital e assim um novo ambiente político, demarcando territórios. Previamente pensada, a substituta da anterior construía os ambientes cotidianos do cidadão antes mesmo de sua fixação. Logo, a edificação do novo deveria se distinguir do modelo dantes pensado para as cidades no Brasil.

²³² Entrevista feita com A.R.C, aproximadamente 80 anos. Cidade de Goiás, maio 1999.

Em relação à cidade tradicional, a nova capital revelava um outro caráter. Enquanto a antiga Vila Boa marcava-se na história por ter surgido a partir do centro religioso, a nova capital possuía uma outra perspectiva, já que emergia para se tornar o centro político da região goiana, sua vida urbana se irradiaria da parte político-administrativa. Na abordagem historiográfica, para Itami Campos,²³³ Goiânia foi pensada justamente para centrar-se nas questões político-administrativas. Visando aqui observar a visão dos que viveram à época e ali permaneceram, percebemos que esse novo modelo de cidade era “incomum”, não respeitando as normas de surgimento de um espaço urbano. O ambiente colonial, ao contrário do moderno, privilegiava as igrejas, o que tornou-se alvo de indignação, como se a nova capital fosse a representação da cidade mundana, uma vez que a primeira pedra a ser colocada em Goiânia foi a do palácio do governo: “A primeira pedra de lá foi do palácio, num foi de igreja nãaa!”²³⁴

A construção de uma nova capital, no entanto, constituía não apenas um, mas vários problemas para a comunidade da cidade de Goiás, já que os olhares realizadores estariam voltados para Goiânia. Posteriormente, em função da falta de verbas destinadas à cidade, a saída foi o reconhecimento do local como esteio cultural do Estado de Goiás – o local original, que havia sediado as transformações do ciclo do ouro, seu apogeu e decadência. Preservar ainda aparece nesse momento histórico como forma de reação contra o esquecimento ao qual a população se via mergulhada. O conceito de preservação do patrimônio histórico, tal qual o conhecemos, é recente e não pode ser comparado com períodos anteriores. Atualmente, o Iphan define que patrimônio cultural trata-se de

²³³ Ver Capítulo 2, ítem 2.2.

²³⁴ Entrevista feita com dona V., aproximadamente 80/90 anos. Cidade de Goiás, jan. 1998.

“tudo o que é produto da ação consciente e criativa dos homens sobre o seu meio ambiente”. Toda produção social é patrimônio cultural:

1- *esse patrimônio não é algo que foi criado uma vez e permanece sempre igual; a criatividade de um povo continua se expressando continuamente, inventando, mudando, adaptando seu modo de vida, de acordo como processo dinâmico da cultura.*

2- *Não apenas as obras de arte fazem parte do patrimônio cultural, ele também inclui os objetos de uso diário que são utilizados pelas vestimentas, adornos, objetos de culto, instrumentos e equipamentos domésticos e de trabalho, etc.*

3- *O patrimônio cultural brasileiro está constituído não apenas pelas obras do passado, mas também por uma cultura viva e variada, graças à rica diversidade cultural do país.*²³⁵

Atualmente, a comunidade adota a postura de cidade histórica que se deve preservar. A definição de preservação hoje adotada pelo Iphan, defende as necessidades da comunidade e sua relação com seus bens culturais (materiais e não materiais):

*Um conjunto de pessoas que represente a comunidade local é quem melhor pode definir o que é importante defender, o que se pretende manter para a posteridade, e porque.*²³⁶

Sob a condição de candidata a se tornar patrimônio histórico e cultural da humanidade, os moradores se sentem mais comprometidos. Não resta dúvida de que o conceito institucional de preservação foi absorvido. Anteriormente, como já foi observado, tal definição não se referia prioritariamente à conservação e restauração da cidade enquanto centro histórico. A exemplo disso, o Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Goiaz, dom Emanuel Gomes

²³⁵ Ver <http://WWW.Iphan.gov.br/Iphan/tomb.htm>, em 29 nov. 1999.

de Oliveira, em sua gestão, de 1923 a 1948, propôs um projeto que visava reconstruir a catedral da cidade de Goiás aos moldes renascentistas. O arcebispo queria que a catedral possuísse os mesmos traços do plano arquitetônico original, “de estilo clássico romano do renascimento”. A reforma, contudo, ficou incompleta,²³⁷ tendo se finalizado somente na década de 1990.

O conceito de preservação construído à época – apesar de contraditório – está relacionado às necessidades da comunidade. No caso das intenções do Sphan, vários são os pontos que iam a encontro dos anseios da comunidade vilaboense. De 1937 até a década de 1940, as inquietações do órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional referiam-se à destruição de grande parte dos acervos culturais de cidades que passaram pelo intenso processo de urbanização, no início do século XX, como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação às cidades oriundas do período colonial, muitas vezes, a manutenção do espaço urbano se dava não em função da conservação espontânea, mas devido ao processo de marginalização pelo qual passavam. Em alguns casos, acontecia o contrário, pois a falta de movimentação na cidade gerava uma queda nos padrões sócio-econômicos de vida, o que provocava a degradação do uso dos monumentos. Além destes motivos, o órgão protetor cita o empobrecimento da região, como é o caso de Goiás:

A intensa urbanização(...) provocou a destruição (...) dos acervos culturais dessas cidades. (...) os núcleos e acervos urbanos que se conservaram íntegros, na época da sua fundação, eram os correspondentes a cidades e bairros que, de alguma forma, haviam ficado estagnados, pelos mais diversos motivos. Entre estes, citaremos o empobrecimento da região, como ocorreu com os antigos núcleos setecentistas de mineração de ouro e

²³⁶ Ídem <http://WWW...>, em 29 nov. 1999.

²³⁷ Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiaz. A Dom Emanuel Gomes de Oliveira – primeiro arcebispo de Goiaz, a voz agradecida de suas obras. Goiânia-GO, 1948.

*diamante, tais como Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro, em Minas Gerais; Goiás, Pilar de Goiás, em Goiás; Lençóis, Minas do Rio das Contas, na Bahia; ou com aqueles ligados ao ciclo econômico da cana-de-açúcar, como Cachoeira, Santo Amaro, Jaguaripe, na Bahia; Vassouras, no Rio de Janeiro, como centro principal do ciclo do café no século XIX. Alcântara, no Maranhão, e Aracati e Icó, no Ceará, integram-se também a esse grupo.*²³⁸

Para o órgão de proteção ao patrimônio, legitimado em 1937, havia sido definido que era necessário conservar os centros históricos que se mantiveram estagnados, o que ia a encontro da causa dos moradores da antiga capital goiana. Nessa fase, o órgão de defesa considerou importante concentrar suas energias nas edificações civis e religiosas que constituíam o patrimônio nacional. Foi pensado também na informação às comunidades atingidas pelos tombamentos, na conscientização das mesmas em relação à precisão de manutenção dos bens tombados, assim como na criação de museus regionais de cunho educativo e cultural. Nesse primeiro momento, que pode ser estendido até 1967, o órgão protetor ganhou notoriedade internacional, mas o conceito de patrimônio cultural ainda era recente, e veio de fato, na cidade de Goiás, tornar-se consenso apenas recentemente.²³⁹

Mesmo pleiteando reformas nas décadas de 1940-50 ou apontando novas construções como referencial de renascimento urbano, o sentimento de reconhecimento da cidade enquanto monumento nacional revelou um recurso disponível de reação ao vazio. Assim, o olhar das pessoas da cidade de Goiás acerca de Goiânia demonstra a incompatibilidade com as novas construções da

²³⁸ Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC/Sphan, PróMemória, 1980, p. 30-1. É importante perceber que ocorreu uma seleção no momento da escolha dos locais tombados, pois, no caso do Estado de Goiás, o antigo arraial de Meia Ponte (Pirenópolis), de equivalente importância histórica – apesar de não ter sido capital –, de amplo legado cultural, não fora incluído.

nova capital, bem como sua “estranheza” com a cidade que se desejava implantar:

No começo eu achava aquilo muito isquisito (...) acostumado cum as casa tudo unido uma na outra né ...então era casa pra qui, pra li...eu achava aquilo istranho.²⁴⁰

Goiânia aparece nos relatos daqueles que permaneceram na antiga capital como uma cidade que se opõe à cidade de Goiás. Nos primeiros anos de sua construção, os relatos apontam, entretanto, que a nova capital demorou por se sedimentar, já que suas construções ainda eram feitas de madeira, de forma provisória. Mas a nova capital, vista pelo olhar dos que ficaram, é enxergada como a cidade da “correria”, demonstrando que o que permaneceu na memória da comunidade vilaboense foi a imagem da cidade de Goiânia, moderna: “Eu não gostava de Goiana, mais que Goiana é uma cidade bunita (...) Goiana é uma cidade doida...”²⁴¹

A denominação “doida” é uma palavra nos depoimentos orais que se refere ao movimento urbano não vivenciado pelo ambiente de moradia da cidade de Goiás.²⁴² Apesar da nova capital goiana ser reconhecida como uma cidade bonita, os relatos orais dos que ficaram revelam que a justificativa da incapacidade de uma cidade entre morros não é suficiente para fundamentar o discurso da mudança. Como vimos na primeira parte dessa pesquisa, os relatos de viagem apontam que a antiga Vila Boa era cercada por morros, abafada,

²³⁹ Ídem, p. 31

²⁴⁰ Entrevista feita com seu L., 12 anos à época da transferência da capital. Cidade de Goiás, jan. 1998.

²⁴¹ Entrevista feita com seu L., 12 anos à época da transferência da capital. Cidade de Goiás, jan. 1998.

²⁴² A absorção do discurso é observada à medida que os relatos têm também a imagem de Goiânia hoje. Algo esperável, já que as falas que se reportam ao passado o fazem com os olhos do presente.

insalubre. Mas o relato da “resistência” revela: “Eu conheço uma capital também rudiada de morro...a capital de Cuiabá-Mato Grosso!”²⁴³

Com base nos relatos e na imprensa da antiga capital, percebemos que o patrimônio cultural da mesma não se restringia aos prédios da cidade ou à arte daqueles que lá se destacaram. A preocupação com esse tipo de bem cultural é muito mais burocrática e parte da perspectiva do órgão competente à época. No entanto, o tombamento do patrimônio arquitetônico e artístico da cidade de Goiás estava diretamente relacionado aos anseios da comunidade, às necessidades de resistência à degradação da cidade. Por outro lado, sem o devido tombamento legal, esse processo não teria se iniciado. Portanto, um elemento necessitava do outro. Ficou evidente para nós que o caráter do patrimônio cultural da antiga Vila Boa estava vinculado à sua memória. Nesse sentido, compactuamos com a abordagem sobre patrimônio do historiador e arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses. Para ele, o cotidiano da comunidade, sua forma de vida e seu trabalho ajudam a compor o valor do bem cultural.²⁴⁴ A importância da cidade, enquanto necessidade coletiva, constituiu-se num bem cultural. Quando o vazio afetou o comércio e o trabalho das pessoas ali residentes justificava-se que as mesmas se mudassem para a nova capital. O valor do reconhecimento histórico da cidade de Goiás passa assim por uma questão ainda mais ampla, representada em três esferas: a política, uma vez que deixou de ser a capital goiana; a econômica, porque afetou a vida cotidiana e o trabalho inerente a ela; e, por último, a cultural, por ter deixado de ser referência intelectual, principalmente pela retirada do Liceu de Goiás. Dessa forma, a

²⁴³ Entrevista feita com seu L., 12 anos à época da transferência da capital. Cidade de Goiás, jan. 1998.

definição de bem cultural está inserida no modo como o “vazio” afetou a vida das pessoas ali residentes.

A partir da produção e reprodução material da vida social, que é a cultura material (gerando circunstâncias em que materialmente a vida social se produz e reproduz), Ulpiano B. de Menezes passou a se interessar pelo patrimônio cultural. O museu, como “vitrine” das coisas materiais, deve ser repensado. Para ele, o problema dos museus de história no Brasil está no fato de terem sido montados como depositários de objetos e peças expostas de forma estática. Neles, o passado histórico registrado aparecia de forma linear, sem movimento. Para algumas pessoas, o museu funciona como forma de lazer; para outros, como instrumento de prazer estético. Assim, quando não tem função “ornamental”, assumem um papel ideológico. Quando se pensa no museu somente em torno das coisas materiais, o mundo dos homens passa a ser visto nas coisas. Dessa forma, ficaria difícil entender as relações entre os homens. Para B. de Menezes, ainda estamos na fase em que o museu gira em volta dos objetos. Isso não é errado, mas é preciso pensar as coisas materiais como “suportes de informação sobre os problemas que acontecem entre os homens.”²⁴⁵

Os museus devem existir enquanto “instituição científica”, como arquivo, como veículo de documentação da história. Contudo, esta não pode constituir-se na única perspectiva dos museus. Eles devem existir também enquanto instituição cultural e educacional. Nesse sentido, os museus deixariam de ser o local no qual se depositam “coisas velhas”, que podem ou não provocar interesse. Assim, é preciso fazer um corte cronológico e temporal. Busca-se o

²⁴⁴ MENESES, Ulpiano Bezerra de. A Arte de Pensar o Patrimônio Cultural (entrevista). In *Revista Memória*, EletroPaulo: ano IV, n. 13, out/91-mar/92, p. 13-19, p. 18.

cotidiano e a sociedade (como espaço doméstico, nos quais encontram-se os objetos da casa, mostrando formas corriqueiras da vida, constituindo as “coisas materiais” e que podem fornecer materiais para a educação). Um outro problema a ser abordado no museu é a história do imaginário, na qual lidamos com as imagens, produzidas com as representações das pessoas. Com isso, o museu deixaria de somente “evocar e celebrar”, e passaria a conduzir as transformações, ou seja, o entendimento da história.²⁴⁶

Pensados dessa maneira, os museus não transmitirão mais somente fatos e objetos que marcaram a história. Nesse caso, a informação passaria de meramente oficial para incluir também a cotidiana, a que lida diretamente com os problemas entre os homens, isto é, do sujeito enquanto agente social. A memória (dos vários grupos) precisa ser calcada na informação do cidadão sobre a política do país em que vive. Compreender a memória como parte da vida passada, produzida nas relações entre os homens, é criar condições para que o cidadão perceba sua realidade.

Quando foram criados os museus na cidade de Goiás, as preocupações com essa perspectiva suscitada por B. de Menezes, não existiam, assim como em toda a história do museu nacional. Em sua visão atual, os museus da cidade têm mesclado curiosidades cotidianas, arte local, política de época, arquitetura histórica e persistência. A tradição é reconstruída e utilizada como veículo de revitalização urbana, a exemplo do turismo.

Vale lembrar, porém, que o conceito de “raiz cultural” emergiu pelo impulso gerado por um contraponto. Pensando nesse oposto, no discurso que

²⁴⁵ MENESES, Ulpiano Bezerra de. *op. cit.* p. 17

²⁴⁶ Idem, MENEZES. p. 17

surgiu no Estado de Goiás à época da construção de Goiânia, visualizamos a cidade planejada. Associa-se a cidade moderna ao planejamento, o que não significa que as cidades coloniais eram literalmente espontâneas. As cidades coloniais eram pensadas a partir de um plano previamente estipulado por Portugal, demonstrando que havia um modelo a ser seguido. No caso das cidades mineratórias, contudo, mesclasse o padrão de colonização e construção da cidade com a aglutinação da população às margens dos veios auríferos. Assim, as cidades coloniais apresentaram um planejamento diverso, daquele que se percebe na cidade moderna. Enquanto a primeira emergia necessariamente com base numa igreja, na segunda, como é o caso de Goiânia, a igreja não era prioridade, constituindo-se numa parte do espaço urbano, e não na referência deste.

A cidade histórica, de forma diversa, também passa pelo processo de articulação e planejamento interior, ou seja, segue seu ritmo e necessidades. É preciso desenvolver sem destruir, evitando a degradação de seu patrimônio histórico e cultural. Por isso, são criados mecanismos de desenvolvimento e progresso urbano que evitem a destruição de seu ambiente histórico. Desse modo, pode-se dizer que, na cidade de Goiás, os tombamentos da década de 1950 foram um recurso institucional, contra a não-manutenção do patrimônio histórico e cultural.²⁴⁷ Como parte desse recurso, foram justamente os museus que, além de conservar as coisas materiais, reconduziram o movimento nos prédios antes abandonados, uma vez que estes estavam abertos à visitação pública. Explica-se então, porque a criação dos museus tornou-se parte das

²⁴⁷ ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.215-7.

reivindicações do órgão protetor do patrimônio nacional, desde quando ainda se apresentava em projeto. Por outro lado, como resposta à luta da comunidade, o tombamento e a criação de alguns poucos museus, nas décadas de 1950-60-70, tornaram-se elementos importantes para fortificar o discurso da tradição e da cidade enquanto raiz cultural de Goiás, fortalecendo ainda, o patrimônio que impulsionaria o turismo.²⁴⁸

Sendo assim, os museus servem para conservar. Mas conservar o quê? O que significava conservar? Conservar a cidade? Qual cidade? O quê, dentro da cidade? O que tem valor? Seria o valor estético e cultural? Que prédios devem tornar-se museus? O museu é a resposta?²⁴⁹

Na primeira fase do reconhecimento histórico da cidade de Goiás, que estipulamos aqui, ou seja, da década de 1950-70, a criação dos museus foi importante à medida que ampliava o universo da memória coletiva, mesmo que isso tenha ocorrido de forma tradicional, ou seja, com a utilização estática das coisas materiais.

O Liceu de Goiás, por exemplo, foi criado pela Lei n.º 20, de junho de 1846, com o presidente dr. Joaquim Ignácio de Ramalho, e funcionou inicialmente no prédio da tesouraria da fazenda. Foi somente no governo de Augusto Ferreira França que ele foi transferido para a Rua Dr. Corumbá. Funcionou lá até a década de 1930, sendo transferido junto com a capital goiana. Em 1906, um político local

²⁴⁸ Na década de 1950, a Casa de Câmara e Cadeia tornou-se o Museu das Bandeiras; em 1961, o Palácio Conde dos Arcos também foi elevado a museu; em 1967, foi a criação do Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Na década de 1980, a Casa da poetiza Cora Coralina foi aberta ao público. Dentre outros, os demais locais tombados, sobretudo as igrejas, estavam abertos à visitação pública, com exceção de alguns prédios que continuaram funcionando e exercendo outras funções, como é o caso do antigo Palácio da Instrução, onde funciona o Colégio Estadual Alcides Jubé. Sobre isso, ver COELHO, Gustavo Neiva, Guia dos Bens... op cit.

²⁴⁹ ARGAN, op. cit. p. 229. Algumas dessas questões são lançadas também pelo autor. No entanto, como um historiador da arte, verticaliza para a discussão estética da cidade, o que até o museu não será necessário ser

conseguiu que o Liceu de Goiás fosse igualado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, o que o conduziu à condição de um dos referenciais educacionais mais importantes do país, tornando-se motivo de orgulho para a comunidade vilaboense. O referido colégio teve seu valor histórico reconhecido pelo Iphan em 1978, quando se deu o tombamento de conjuntos arquitetônicos. Esse valor, para a comunidade de cidade, possuía um sentido mais amplo do que o meramente institucional.

*O Liceu de Goiás, ele levou embora.
Aqui tinha escola de farmácia, odontologia, direito, ele
levou tudo!*

*Aí, um dia nós já estávamos morando aqui, seu
Hermógenes chegou aqui e falou pra papai assim: —Arnulfo, nós
podemos mandar nossos filhos estudar em qualquer lugar, mas
tem gente que num pode. O pessoal tá apaixonado porque num
pode...tê um ginásio pros filhos aqui...e fizeram um abaixo
assinado.²⁵⁰*

A dor da transferência do liceu da cidade de Goiás para Goiânia referiu-se a um problema de “desconstrução” do ambiente urbano. Como estabelecimento de ensino público e gratuito, reconhecido nacionalmente, pelo qual passou grande parte dos políticos locais, o liceu representava para a comunidade um bem cultural intransferível. Não importou, à época do tombamento de 1978, o local, mas a instituição que, ao ter reconhecida seu valor histórico, estimulou a comunidade, que poderia exaltá-la enquanto parte importante da tradição intelectual da antiga Vila Boa.

É preciso preservar o que foi marcante na memória da cidade, aquilo que possui significado histórico para as pessoas, além de reconhecer os prédios e

discutido aqui. Nos utilizamos de alguns de seus apontamentos sobre a cidade histórica, e o papel do museu para ela.

locais notoriamente históricos. Assim, acerca da cidade de Goiás, do ato de tombamento ao da criação do museu, o primeiro problema estava suscitado.

Entretanto, criar museus não responde às questões levantadas. É preciso que se pense num trabalho educacional, informativo, de como e por que a memória da cidade faz parte de nossas vidas. Nesse contexto, é necessário apontar memórias e memórias. Na primeira, os bustos, os ofícios, os quadros e coisas públicas podem traduzir uma história que se deseja ser desvendada, pela imagem por ela criada. Na segunda, a memória de “todos” pode relatar as imagens criadas a partir do dia-a-dia das pessoas: os locais por eles considerados importantes, assim como os espaços domésticos, tornam-se veículo dessa memória.

No caso da cidade de Goiás, essa memória, que se deseja ser consciente, é recente, uma vez que a intensidade dessas discussões também o é. Todavia, para deslançar esse processo, os primeiros anos de resistência e luta em prol da sobrevivência urbana foram imprescindíveis, tornando-se ponto de partida para os conceitos de absorção e adaptação. Na verdade, incentivar a criação de museus e abrir locais tombados à visitação pública é uma forma de mostrar que ainda há vida na cidade histórica, além de ser uma maneira de não deixar degradar as edificações da cidade, garantindo movimento, evitando o esquecimento.

De acordo com Giulio Carlos Argan, os significados das edificações urbanas estão relacionadas ao espaço urbano, pois são uma referência que situa

²⁵⁰ Entrevista citada, feita com A.R.C., cidade de Goiás. Eles foram ao Rio de Janeiro, de posse do abaixo-assinado e lá conseguiram que se montasse uma sucursal do liceu na cidade de Goiás.

a posição da pessoa em relação a esse espaço.²⁵¹ Por isso, o liceu, ou a Casa de Cora Coralina, tornou-se parte integrante dos bens culturais da cidade de Goiás.

Como temos visto, no caso da antiga Vila Boa, a transição de capital do Estado para não-capital a conduziu à ponte: de centro político para cidade histórica. No discurso da tradição, sua vida urbana foi se reestruturando, e sua importância regional foi sendo reconstruída.

Não era a instauração de museus – ou a separação e seleção de bens imóveis – o que traria, pura e simplesmente, a revitalização da cidade. Havia, claro, uma necessidade política local de reconhecimento da antiga capital, pois era preciso reinseri-la à história nacional. Os primeiros tombamentos, que ocorreram na década de 1950 (como veremos no ítem 3.3 deste mesmo capítulo), se encarregariam disso. Na verdade, seu reconhecimento histórico ajudaria a sua recomposição urbana/política, por reintroduzi-la, de alguma forma, nas discussões nacionais.

3.2 – Descentralização política: respostas ao discurso antimudancista

²⁵¹ Ver ARGAN. *op. cit.*, p. 230.

O “renascer” da cidade de Goiás vinha, desde a transferência da capital para Goiânia, ocorrendo também no aspecto progressista. Foi em 1945 que a comunidade recebeu a notícia da implementação da água encanada no local, o que representa parte dessa perspectiva de preservação e desenvolvimento:

A nossa solene bi centenária cidade, com todo o seu traumatismo melancólico, característico saudosismo dos seus filhos, o seu pequenino cinema abafadiço que diariamente berra e chorominga, estridentemente, pela sirene, aos quatro pontos serranos da terra; mais ainda, o rodízio garrido e democrático do jardim público, ao som dos discos repetidos dos alto-falantes que o próprio eco e o éter já os trazem de cor (...) recebeu com satisfação a boa nova que lhe deu esse idealista gentil administrador das coisas locais, que é o Divino de Oliveira – vamos ganhar a água encanada!²⁵²

A saudade e a melancolia dos que ficaram são sobrepostas pelos benefícios estruturais na cidade. De fato, a vida cotidiana na antiga capital constituía no seu bem maior. Relacionado com as belezas da terra vilaboense, o texto citado aponta também as conquistas da cidade “degradada”. Quando as mudanças políticas pós-1945 emergiram gerando a redivisão dos poderes em legislativo, executivo e judiciário, o grupo antimudancista reforçou seus ideais de reconhecimento da importância histórica da antiga Vila Boa. A descentralização do poder no plano nacional, foi associada, por parte dos grupos antimudancistas, à revitalização da cidade. Imaginava-se que se no período da centralização política a cidade de Goiás havia sido degradada, o contrário poderia acontecer em função da descentralização. Assim, a política contrária à centralização do poder, apareceu nesse contexto, de forma a solidificar as tentativas de preservação da cidade de Goiás. A imagem da antiga capital precisava de renovação. Como

esteio cultural, a exaltação do patrimônio histórico e artístico-intelectual da cidade, bem como a injeção de novas verbas, trariam novamente progresso e vida à comunidade que poderia então, mostrar seu potencial político cultural:

(...) agora que os três poderes existentes: legislativo, judiciário e o executivo, já perfeitamente identificados, entram em suas funções diretas – necessário se torna que o povo dessa comuna, imanado no mesmo sentimento de elevação patriótica, se unam, porque na situação em que nos encontramos, todos os recursos disponíveis deverão ser por nós utilizados.²⁵³

Como parte do espaço urbano e do bem cultural da cidade de Goiás, apareceu a ação da população. A comunidade era exaltada e seus esforços em prol do “renascimento” também:

Goiás, que, desde os idos de 1936, sustentou uma luta inglória, em que os seus adereços mais simples lhe foram tirados, tem agora a oportunidade tão almejada para seu ressurgimento no cenário do estado. Aproveitemo-la e teremos a imorredoura gratidão de nossos posterres. Despertemos da letargia, magnífico material humano que possuímos. Goiás foi, é e será o berço intelectual do estado. Com a graça de Deus, tenho certeza de que nossos esforços serão coroados de êxito.²⁵⁴

A relação da antiga capital com Goiânia era interessante. No que se refere à distância geográfica, a cidade de Goiás fica a 144 Km de Goiânia; a 1.070 Km de São Paulo; e a 1.482 Km do Rio de Janeiro.²⁵⁵ Entretanto, a imprensa local revelou as dificuldades de uma distância que não se restringia a essa condição geográfica concreta. A demora na correspondência da nova para a antiga capital tornou-se um problema do sistema de correio:

²⁵² MARQUES, Octo. A cobra está com sede, *Cidade de Goiás*, ano VIII, n.º 285, Goiás, 2 set. 1945.

²⁵³ COUTO, Goiás do. s.t., *Cidade de Goiás*, ano X, n. 367, Goiás, 29 fev. 1948.

²⁵⁴ Ídem, jornal *Cidade de Goiás*, ano X, n. 367, Goiás, 29 fev. 1948.

É deveras lamentável a situação do nosso serviço postal e é de pasmar-se o fato de jornais de Goiânia, distante 4 horas de viagem dessa cidade lavaram 12 ou mais dias para aqui chegarem.

Enquanto que a correspondência do Rio, as vezes chega 6 ou 8 dias, a da nossa capital leva o dobro, naturalmente em virtude das malas ficarem se acumulando na diretoria à espera que algum bem intencionado condutor tenha a lembrança de procurá-la.²⁵⁶

A distância e o problema por ela causado foram parte do discurso mudancista à época da resolução da transferência da capital para Goiânia. Percebemos que as dificuldades permaneceram na antiga Vila Boa, e a construção da nova capital continuava mantendo-a no mundo letárgico em relação à produção e ao progresso urbano da época. Permaneceu também o descontentamento com relação ao bem público imóvel:

Bem cuidados e devidamente administrados, com a preocupação de resguardar a coisa pública como é dever, os prédios e demais imóveis do estado poderiam dar renda e não somente prejuízos como vem acontecendo.²⁵⁷

Com certeza, essa passagem de centro político para uma cidade como tantas outras no Estado de Goiás foi dolorosa. Dessa forma, explica-se o discurso da resistência. O mito da cidade degradada justificava-se a partir de uma história político-intelectual. De centro político a “centro de resistência”, a cidade de Goiás construía seus conceitos de preservação dos bens culturais. Tudo o que pudesse fazer renascer a vida urbana significava portanto um bem cultural. Mais tarde, de centro de resistência, passaria a centro histórico.

²⁵⁵ Ver Dossiê – Formulário de Proposta da Unesco/1999. Cidade de Goiás-GO.

²⁵⁶ COUTO, Goiás do. Jornais de Goiânia Levam 12 Dias para Chegar a Goiás. *Cidade de Goiás*, ano X, n. 377, Goiás, 07 mar. 1948.

²⁵⁷ COUTO, Goiás do. Prédios Públicos em Ruínas. *Cidade de Goiás*, ano X, n.º 381, Goiás, 4 abr. 1948.

Para Antônio Augusto Arantes (ex-Secretário Municipal de Cultura de Campinas-SP), as tradições podem ser “inventadas e reinventadas, perdidas e encontradas”. Quando a comunidade da cidade desejou a revitalização, fez emergir a tradição local e atribuiu a ela uma leitura positiva, justificando os argumentos em prol da preservação. A construção ideológica dessa imagem baseou-se na “reinvenção” dos locais históricos e dos locais de sociabilidade, bem como a transformação dos bens culturais imóveis em museus abertos à visitação pública.

O autor apontou dois sentidos atrelados aos bens materiais: o *patrimônio-referência*, que são os significados atribuídos aos bens materiais, encontrados nas edificações urbanas ou na arte produzida pelas pessoas de lá. São os valores consensuais ou amplamente compartilhados os sentidos enraizados, dão base à memória coletiva e que dão a dimensão simbólica. O *patrimônio-recurso*, que atende aos novos anseios do grupo social em questão, que é alegórico, e pode ser percebido na invenção da tradição da cidade histórica, nos aspectos turísticos mais percebidos atualmente. Constatamos que a comunidade da cidade se utilizou dos dois conceitos. Fez uma leitura favorável dessas raízes e as reutilizou, tendo-as reaproveitado ao longo dos anos, desde a transferência da capital. Mas qual é a relação entre essas raízes e o conceito institucional de patrimônio cultural?

Como órgão competente e executor das práticas referentes ao patrimônio à época, o Sphan privilegiou o bem cultural histórico referente à origem do local. Priorizou igrejas, palácios e prédios que sediaram práticas cotidianas de administração e política no período colonial. Dessa forma, o órgão em questão fez uso das raízes da cidade, mas sempre ao que se referia a seu

desbravamento e sua fundação. Por exemplo, como cidade tradicional, era necessário que se reconhecesse o patrimônio e as igrejas.

A revitalização estava ligada aos prédios históricos, já que construções mais recentes também se constituíam como parte da vida na cidade. Revitalizar significava também dinamizar edificações que não possuíam o caráter histórico colonial buscado pelo Sphan. Na verdade, buscava-se removimentar as paisagens da cidade, como forma de mantê-la viva contra a morte urbana decorrente da transferência da capital. Para tanto, era preciso estimular a entrada e saída de pessoas para a cidade, intensificar o movimento dos homens e seu contato com o patrimônio ali construído. Nesse sentido, preservar poderia constituir-se num ato tanto de reforma quanto de restauração.²⁵⁸ Revitalizar os prédios da cidade era reativá-los. Preservar era manter o movimento da vida local.

Dessa forma, não é possível resumir a ação do Sphan na cidade de Goiás a partir da “resistência” local. O reconhecimento histórico deu-se em função de uma somatória de questões favoráveis a isso.

As articulações políticas pós-1945 ajudaram também a “recompôr” o ambiente urbano-econômico da antiga Vila Boa. O fim do Estado Novo, a redemocratização, bem como a internacionalização da economia, contribuíram para a “reabertura” da intervenção dos partidos políticos. Surgiu, em 1944, a União Democrática Nacional (UDN), fundada regionalmente pela família Caiado contra as ações getulistas. O partido apareceu em Anápolis-GO, em 1945. A

²⁵⁸ ARANTES, Antônio Augusto. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. *Projeto História*. N. 18, São Paulo: mai.1999, p. 130-1. Atualmente, a cidade de Goiás tem um caráter mais turístico. Produz-se o “exótico” para quem vem de fora. Dessa forma, hoje, restaurar é imprescindível, e a reforma ou a destruição consituem-se numa ameaça à condição de cidade histórica.

família, conhecida pela hegemonia política na cidade de Goiás até 1930, transferia para Anápolis sua força de ação. Sob a condição de oposição, o partido, que foi fundado em 1945, reconstruía seu poder no norte e meio-norte do então Estado de Goiás (que incluía o Estado do Tocantins), usando como ponte a cidade de Anápolis. Depois disso, sua ação política tornou-se mais evidente quando mostraram-se simpáticos à ditadura militar (1964-85), referindo-se ao período Vargas como anos de “ditadura” e abordando o golpe militar (1964) sob o caráter de “revolução”. Assim, está claro que o processo de negação à política de Vargas em Goiás emergia e podia ser percebido sobretudo por meio da UDN.²⁵⁹

Na verdade, o que ocorreu foi que, marcando novas tendências, as atitudes políticas pós-45 tenderam a criar mecanismos de negação à ditadura do período estadonovista. Dessa forma, as mudanças se deram não somente no âmbito regional, mas também na esfera nacional. A partir daí, as tendências de ação do Sphan na cidade de Goiás tornaram-se mais evidentes, já que reconhecer a importância histórica da antiga capital não era negar o possível progresso, advindo com Goiânia. Significava reconhecer a “velha” Vila Boa como centro de tradição política.

Os primeiros tombamentos da cidade de Goiás ocorreram ainda na década de 1950, quando as inquietações do órgão protetor do patrimônio histórico e cultural do Brasil estavam direcionadas à conservação dos prédios históricos das cidades brasileiras, pois a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo – como foi dito – muitas dessas edificações foram destruídas em nome da modernidade. Essa primeira etapa foi até a década de 1960, quando, sob nova administração

²⁵⁹ RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, Família e Poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. In CHAUL, Nasr F. (coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*, Goiânia:

(1967-79), o órgão protetor passou de diretoria a Instituto, com a seguinte denominação: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).²⁶⁰

3.3 – A primeira atuação do Sphan: interação com os anseios de quem ficou

O renascimento urbano a partir do reconhecimento histórico-cultural se deu formalmente na década de 1950, quando alguns locais do período colonial, bem como igrejas e o palácio dos governadores, foram tombados pelo Sphan. Fizeram parte dessa listagem:

Acervo Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Largo do Chafariz, hoje Praça Dr. Brasil Caiado

Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Antiga Rua da Fundação, atual rua João Pessoa

Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu das Bandeiras

Antigo Palácio dos Governadores, inclusive brasão real e dois bustos de pedra que se encontram no Museu das Bandeiras

Igreja de Nossa Senhora d'Abadia

Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, onde se acha instalado hoje o

Museu de Arte Sacra da Boa Morte

Kelps, 1998, p. 234-236.

²⁶⁰ O projeto que pensou a constituição do órgão protetor do patrimônio (artístico, histórico, etc) foi elaborado por Mario de Andrade, mas revisto e discutido por Rodrigo Melo Franco Andrade, conhecido por ter sido um dos mentores intelectuais do Sphan. Ele foi diretor do órgão, desde sua fundação, até 1967, quando passou o cargo para o arquiteto e discípulo Renato Soeiro de Azevedo Duarte. Vale lembrar que Franco Andrade havia estudado em Paris, depois voltou para o Brasil, onde se tornou bacharel em direito, mais tarde atuando como jornalista, chegando até a ser colaborador de vários jornais e revistas. O projeto, efetivado no Estado Novo, foi assim redigido a pedido do então ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo

Igreja de Santa Bárbara (ver figura 7)

Quartel do 20° (ver figura 8)

Igreja de São Francisco de Paula

Imagem de Nossa Senhora do Rosário, da autoria do escultor Veiga

Valle

Chafariz da Boa Morte

Capela de São João Batista no Arraial do Ferreiro.²⁶¹

Esses primeiros tombamentos serviram de “escada” para que a cidade fosse assumida como cidade histórica. Como resposta a isso, a criação de museus, como vimos, garantiria tal processo. O espaço da Igreja da Boa Morte, por exemplo, foi transformado em museu em 1967-68,²⁶² antes da segunda etapa de tombamentos na cidade, na década de 1970.

Esse processo de transformação reflete o movimento da cidade. As várias memórias da cidade de Goiás tornam-se parte de um contexto urbano em movimento, constituindo um todo, um sentido coletivo de perceber o espaço da cidade. Em constante transformação, o ambiente urbano abriga, ao longo da história, também as mudanças conceituais dentro da sociedade. O conceito de preservação e patrimônio cultural da cidade de Goiás, que emerge na década de 40, sem um caráter definido, tende, após 1950, a constituir-se de forma a acoplar no seu, o sentido institucional do Patrimônio Cultural reconhecido pelo Sphan. No

²⁶¹ FINAGEIV, Belmira (Diretora da 8ª DR da Sphan). *Carta à Cidade de Goiás*. Brasília: Fundação PróMemória, 1983, p. 4

decorrer dos anos, foi se edificando gradativamente um conceito que mesclava as necessidades locais às ações do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural da cidade. Ao mesmo tempo, da década de 40 até a atualidade, permaneceu a carência de reconhecimento da tradição histórica, política/cultural, de iniciativa dos grupos antimudancistas da cidade de Goiás.

Mas que tipo de cidade é histórica? Por que se torna histórica?

A cidade moderna é construída sob o signo da cidade ideal. Todavia, cada espaço urbano é concebido de acordo com a época e seus ideais. Assim, em cada cidade vivida, há uma pensada. Ligada aos períodos históricos, a cidade imaginada, que se pretende moderna, é edificada a partir de referenciais que também elegem a cidade antiga, como espaço do passado. Nesse sentido, a cidade antiga se torna histórica.

Avalia-se, em vários casos, que a cidade histórica já cumpriu seu papel e, por isso, não tende a se transformar mais. Como nela entende-se que não haverá mais movimento, já que é considerada “velha”, tem-se, às vezes, a idéia equivocada de que ela não sofre transformações. A cidade moderna, ao contrário, está sempre em processo de construção, pois representa o progresso. Mas é preciso entender que a cidade histórica modifica-se e desenvolve-se conforme suas premissas e necessidades.²⁶³

Partindo desse pressuposto, mostramos que apesar da definição pelo órgão federal dos conceitos de preservação e patrimônio cultural, os mesmos devem ser percebidos peculiarmente e observados conforme as múltiplas

²⁶² Ver *folder* – Atrações Turísticas, Cidade de Goiás – Antiga Vila Boa. *O Berço da Cultura Goiana*. Cidade de Goiás, SEBRAE.

²⁶³ ARGAN, Giulio Carlo. *op cit*, p. 73-7. Vimos nos capítulos anteriores, que as cidades que foram se constituindo, como espaços da modernidade no Brasil, serviram de referencial de desenvolvimento. Daí nossa observação.

memórias que se constituem no espaço da cidade.²⁶⁴ Além de se modificar no seu tempo, a cidade histórica tende a ser reconhecida pela falta de movimento, o que é um engano.

Ora, “cada sociedade recorta o espaço a seu tempo e a seu modo”.²⁶⁵

Por isso, nas fontes orais pudemos perceber as impressões diversas do que foi absorvido dos dois discursos que emergiram à época da transferência da capital goiana. Não acreditamos na unanimidade do discurso que reagiu à mudança, pois não acreditamos na homogeneidade das pessoas em relação ao espaço em que vivem e as mutações que esse espaço sofre. Assim, é evidente que, a cada relato, observamos um dado novo, uma impressão diversa, por intermédio da qual nos atentamos para uma nova categoria. O trabalho, por exemplo, como forma de mostrar o abalo da cidade em relação à construção e transferência da capital, não apareceu em todos os relatos, somente naqueles em que as pessoas à época eram assalariadas ou dependentes do comércio urbano.

Para compreender a problemática dos dois discursos e as contradições entre os dois modelos de cidade, é indispensável perceber que o símbolo da cidade moderna emergiu, em parte, por meio do contraponto à cidade antiga (colonial). Por isso, é preciso conservar a “cidade passado” (ou uma parte dela), a qualquer custo. Daí, temos o papel do Sphan na década de 1950 e o do Iphan, atualmente. Mesmo não adotando o conceito de preservação suscitado pela comunidade à época da reação à transferência da capital, permitiu e se tornou um agente fundamental para o reinício da vida urbana.²⁶⁶

²⁶⁴ Ver as “memórias diferentes e múltiplas” em MATOS, Maria Izilda S.. Entre as Paredes e nas Ruas. p.129-154. In SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho d’água, abr/1999, p. 130.

²⁶⁵ MATOS, Maria Izilda S. *idem*, p. 149

²⁶⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *op. cit.*, p. 77

Na segunda metade da década de 1950, um outro veículo de informação, foi criado na cidade de Goiás. Era a o jornal *Gazeta de Goiás*. No referido jornal, a energia elétrica, instituída a partir de 1918, de acordo com os arquivos das Centrais Elétricas de Goiás (Celg), permanecia como um problema. Além do problema da luz elétrica, constaram também os incômodos da falta de serviços de infra-estrutura, como água e esgoto. Mostrando que a política federal vislumbrava a melhoria dos interiores brasileiros, o prefeito da cidade de Goiás, Brasil de Ramos Caiado, numa entrevista dada ao jornal, em 1957, disse:

Dia 28 desse mês deverei ter solução definitiva das nove propostas cujo estudo foi entregue ao departamento de águas que nos dará a solução pessoalmente, no Rio de Janeiro, a 27 desse mês. Quanto à verba, contamos com 3 milhões do ministério da agricultura, concedidas anulamente; aproximadamente 3 milhões do ministério da viação constante no orçamento, para serviço de barragem; 15 milhões empréstimo do banco de desenvolvimento econômico, com autorização do presidente da República. De acordo com as propostas apresentadas, os serviços deverão estar concluídos dentro de 18 meses.²⁶⁷

A nova gestão presidencial, de Juscelino Kubitschek (1956-61), bem como sua perspectiva de construção da capital nacional no Centro-Oeste brasileiro, revitalizaram os ânimos do povo goiano. Na cidade de Goiás, a edificação de Brasília aparecia como um reforço nas esperanças da cidade de Goiás e sua reinserção nacional: "(...) o presidente que nada obstará a marcha do Brasil para a conquista de si mesmo, que a ocupação efetiva das suas grandes áreas internas."²⁶⁸

²⁶⁷ CAIADO, Brasil Ramos (entrevista). Energia Elétrica em 18 meses, água e esgoto esse ano – 31 milhões de cruzeiros de auxílio. *Gazeta de Goiás*. Cidade de Goiás, ano 1, n.º 5, 28 abril 1957.

²⁶⁸ VIGGIANO, Pedro. O Grande Passo: Brasília. *Gazeta de Goiás*, ano 1, n.º 10, 2 jun. 1957.

A relação entre a construção de Brasília e o progresso da antiga Vila Boa, foi imediata. Em 1958, o jornal *Gazeta de Goiás* publicou uma reportagem na qual o redator explicitamente apontou as pretensões de associação entre a construção de Brasília e o desenvolvimento da cidade de Goiás. Ao mesmo tempo, no referido texto, percebemos a permanência da contradição entre conservação e novas construções urbanas:

Um velho amigo perguntou-se se acredito num ritmo de progresso para nossa cidade, provocado pela capital da República para Brasília. Respondí-lhe que tudo dependeria da vontade, compreensão e idealismo dos nossos prefeitos, vereadores e de nosso povo em geral, de agora até 1960. Pois, se eles não ajudarem na remoção de certas e determinadas anomalias, que persistem, ainda, a entravar o desenvolvimento de nossa terra, ninguém há de se apiedar de nós.

Cabe, a nós mesmos, corrigir os defeitos, com exceção de um fato puramente providencial a cidade jamais recebe grande soma de progresso sem despender esforços. Para sermos bem aquinhoados com o favoritismo de um surto apreciável de prosperidade, na órbita expansionista de Brasília, precisaremos agir imediatamente, com inteligência e coragem, procurando em primeiro lugar, elevarmos o número de habitantes de nossa localidade, sem o que não poderemos contar com o arejamento da mentalidade conservadora de nossa gente. E, para que isto se torne realidade dentro de um curto espaço de tempo, urge, portanto, que reivindicemos a quem de direito, a edificação, aqui em nosso meio, de alguns blocos residenciais da fundação da casa popular.²⁶⁹

3.4 – Patrimônio-recurso: movimentação da paisagem urbana

Na década de 1970, a criação dos museus apareceu para a comunidade como forma de apresentar glórias, problemas e injustiças sofridas pelos moradores da cidade no decorrer da história. Na verdade, os museus

²⁶⁹ MARQUES, Octo. Brasília e o progresso de Vila Boa. *Gazeta de Goiás*, ano 1, n.º 47, 16 fev. 1958.

devem mostrar como os objetos nele presentes são “suportes de informação sobre os problemas”²⁷⁰ vividos entre as pessoas da cidade de Goiás.

O grande dilema dos museus, entretanto está no fato de ser traduzido pelo local no qual se encontram “coisas velhas” e sem movimento. Para dar um sentido ao museu é preciso reconhecê-lo enquanto fornecedor de informações.²⁷¹ Mesmo assim, os museus têm exaltado as histórias locais, têm transmitido ideologias, mas tendem a mudar conforme o contexto de época. Por exemplo, o antigo palácio do governo da cidade de Goiás apareceu na imprensa vilaboense da década de 1960 como monumento nacional. Dessa forma, estariam “igualadas” as diferenças do passado, e o edifício tombado tinha um caráter conciliador. Em 1961, sob o governo estadual de Mauro Borges Teixeira – filho de Pedro Ludovico Teixeira –, o ex-palácio dos governadores passou, simbolicamente, a abrigar o governador da capital goiana, como capital de Goiás, no dia do aniversário da cidade de Goiás: em 25 de julho de cada ano. Assim explica o jornal *Folha de Goiás* do mesmo ano:

“...o decreto que recebeu o número 48, transformando o Palácio Conde dos Arcos em Monumento Histórico e residência de inverno dos Governadores.

Através do decreto governamental, todos os anos, nesta mesma data, os governadores goianos se transferirão para esta cidade, a fim de, dentro das disposições constitucionais, despacharem o expediente do Govêrno, em homenagem à cidade que serviu de berço à civilização goiana.²⁷²

A tradição histórica, vista no discurso da resistência, aparece aí reconhecida como um movimento necessário. Goiânia já estava efetivada, e a cidade de Goiás poderia receber seus méritos. Entretanto, enquanto Goiânia

²⁷⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra, entrevista citada (revista *Memória*) p. 17.

²⁷¹ MENESES, Ulpiano Bezerra. Ídem.

emergia sob o signo da modernidade, a antiga capital vivia a exaltação aos monumentos que se reportavam à história do passado. Mas, para a comunidade da cidade de Goiás, esse passado traduzia-se por raízes culturais regionais.

A cidade de Goiás começou a aparecer no cenário regional como centro de importância histórica e, a partir daí, passou a ser reconhecida como tal. Mesmo que o conceito de preservação ainda não tivesse se sedimentado, a cidade começava a adquirir um novo rumo, de cidade histórica, de berço da cultura goiana. No momento em que a memória histórica da cidade de Goiás era reconhecida, Goiânia crescia e despontava enquanto centro de possibilidades e expansão. O reconhecimento histórico da antiga capital era uma forma de triunfo sobre a nova capital goiana.

No discurso encontrado nos museus, entretanto, a exaltação à história da antiga capital é mesclada pelos problemas locais. Em visita ao antigo Palácio Conde dos Arcos, as falas são repletas desse sentimento, que ora se refere à história da “mágoa”, ora se dispõe a falar da história da cidade. Nesse caso, a transferência do poder estadual para a cidade de Goiás, no mês de julho, aparece como uma conquista, como mérito e consequência histórica:

*- ...vocês sabem que uma vez por ano Goiás volta a sediar a capital do estado (...) o Mauro Borges: - Ó pai, o pessoal lá tá magoado, eu acho que vô concedê uma vez por ano, colocá pra sediá a capital do estado (...)
e vocês sabiam que a transferência pra Goiás tá sendo muito bom? Possuímos aqui o curso de direito, que é uma obtenção pela Universidade Federal de Goiás...²⁷³*

²⁷² FOLHA de Goiás, O Dia em Palácio – Conde dos Arcos é Monumento Nacional, Goiânia, 26 jul. 1961.

²⁷³ Visita gravada no antigo Palácio Conde dos Arcos. Fala de J. F. Cidade de Goiás, nov. 1998.

Os símbolos aqui percebidos, criados e recriados, compõem o patrimônio simbólico, aparecem nas representações edificadas acerca da história da cidade. Como símbolos, eles podem ser reconstruídos, ou seja, pode-se visitar um lugar e encontrar nele outros significados. A partir daí entendemos a modificação conceitual de preservação e patrimônio para a comunidade da cidade de Goiás. O processo de composição da cidade histórica passa, portanto, pela recriação dos símbolos da tradição político-cultural (ver figura 9). Acompanhando tais modificações conceituais, uma segunda etapa de tombamentos ocorrerem na cidade.²⁷⁴

Essa recomposição dos símbolos da cidade foi permeada pelas mudanças políticas do pós-1945. O reconhecimento institucional do patrimônio histórico-cultural da cidade ocorria enquanto se dava a negação à política centralizadora do período Vargas. Assim, o processo de construção da cidade histórica foi também uma experiência política.

A valorização da cidade de Goiás, como espaço da tradição goiana, foi efetivamente um veículo das tendências políticas, que promoveram, de certo modo, novas edificações urbanas no Centro-Oeste do país, fazendo emergir, com mais intensidade, os ideais de progresso para o interior do Brasil.

Nesse contexto, o órgão protetor do patrimônio nacional ganhou impulso, tendo se tornado parte primordial no processo de transição para a cidade histórica. Nos anos 70, a continuidade da ação do Iphan representava conquistas importantes para a cidade. Nessa década, em 1976, foi aprovado um novo

²⁷⁴ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.252

regimento interno, que estipulava a preocupação com o tombamento de conjuntos arquitetônicos, não mais prédios isolados, como podemos perceber:

Do ponto de vista de orientação de trabalho, inicia-se uma nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação de conjuntos. (...) Procurou-se a partir de então, conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões.

A industrialização de regiões até então abandonadas e a abertura de estradas, facilitando o acesso a áreas afastadas, provocaram demanda populacional e difusão do turismo.²⁷⁵

Além disso, na mesma época, os técnicos do patrimônio, foram buscar ajuda internacional, cuja experiência no assunto poderia contribuir para a preservação do bem cultural no Brasil. No plano goiano, compuseram o acervo tombado na cidade de Goiás, em 1978:

Conjunto arquitetônico e urbanístico – extensão do tombamento de 3 maio de 1951 – compreendendo Rua Dom Cândido, trecho da Praça do Rosário

Rua Bartolomeu Bueno; Rua Guedes de Amarin até o Largo da Boa Vista

Rua Senador Eugênio Jardim

Rua da Abadia e trecho da Rua treze de Maio

Rua Passo da Pátria, incluindo, claro, a Igreja Santa Bárbara

Rua Couto Magalhães

Rua Sebastião Fleury Caiado que margeia o Rio Vermelho, desde a entrada da cidade até a terceira ponte

²⁷⁵ *Proteção e Revitalização...op. cit. p. 30-3.*

Praça ao lado da Igreja de São Francisco de Paula; Praça Castelo Branco (antiga praça do Coreto), e trecho da Rua Corumbá, entre a Praça Castelo Branco e a esquina da Rua Magalhães

Rua Moretti Poggia e Rua Félix Bulhões, até a casa n.º 09, em 18 de setembro de 1978

Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz ou Praça Monsenhor Confúcio, atual Praça Brasil Caiado (praça na qual se encontra o atual museu das Bandeiras), inclusive chafariz da Boa Morte, em 18 de setembro de 1978.²⁷⁶

A ação dos tombamentos na cidade de Goiás, no plano estadual, se deram somente na década de 1980, quando foram reconhecidos legalmente pelo governo de Goiás alguns dos monumentos que já compunham o acervo protegido na esfera federal. Além destes, alguns trajetos, ruas, praças e conjuntos arquitetônicos que compõem a “malha urbana” passaram a receber proteção também do Estado.²⁷⁷

O funcionamento da cidade de Goiás, enquanto espaço histórico e turístico do Estado de Goiás, foi resultando desse processo de verticalização para

²⁷⁶ BENS *Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: SPHAN/PróMemória, 1982, p. 70-73. Dentre os tombamentos da década de 1970, também foi discriminada a área do entorno do núcleo histórico preservado. Não achamos necessário citá-los aqui. Ver FINAGEIV, Belmira. *Carta à cidade de Goiás*. Brasília: SPHAN, 1983. p. 5-6

Além da publicação do Iphan (Sphan, à época), Gustavo Neiva, em *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás*, op. cit, explica que fazem parte desse tombamento referente ao conjunto arquitetônico: a Casa de Cora Coralina, a Real Fazenda e o liceu de Goiás. A Casa de Cora, como é conhecida, foi construída provavelmente em um período anterior a 1782. Cora Coralina foi escritora nascida na cidade de Goiás, no final do século XIX. Foi reconhecida intelectualmente (nacionalmente, no século XX) e tornou-se, juntamente com a casa, de estilo colonial, adquirida pela família no início do século XIX, parte do patrimônio cultural de Goiás. A Real Fazenda, construída provavelmente após 1751, passou por reformas na década de 1930, quando adquiriu elementos neoclássicos. Atualmente, está sendo restaurada para abrigar arquivos diversos da cidade. O liceu de Goiás foi criado em 1846 e funcionou até a década de 1930, transferindo-se para a nova capital. No caso do liceu, muitos foram os lamentos, uma vez que a importância do colégio estava não em seu prédio, mas no que ele representava para a comunidade: um patrimônio cultural, um referencial intelectual.

a valorização dos bens históricos e culturais ali pertencentes. Ajudando a compor o cenário da cidade, os museus criados, assim como igrejas e locais públicos em geral, reconhecidamente do período colonial ou imperial, constituíram-se em bens culturais irrevogáveis, tendo sido a partir dos mesmos que a antiga capital galgou novamente sua posição de centro de importância em relação ao Estado de Goiás. Como iniciativa que respondia parte dos anseios da comunidade, os museus tornavam-se um veículo da revitalização do espaço urbano, removimentando grande parte dos ambientes antes abandonados. O movimento, readquirido por meio da visitação pública, evidenciava a existência do espaço urbano, fazendo desaparecer, em termos, o sentimento de “morte”, percebido anteriormente no discurso da mágoa de quem ficou na antiga capital goiana. Além disso, os direcionamentos turísticos conseguidos com base nos tombamentos feitos pelo Sphan, davam à antiga Vila Boa um caráter de importância e reconhecimento no plano nacional. A condição histórica a inseria numa situação de igualdade em relação a Goiânia.

Enquanto a nova capital emergia sob a condição do discurso do progresso, a cidade de Goiás era reconhecida pelo passado. O mesmo e velho passado que fora utilizado como fundamentação para a transferência da capital. Falamos aqui sobretudo do passado político, denominado pelo interventor, à época da resolução da mudança, como “mentalidade conservadora”. Sob a condição de anterior centro político de importância, por ter sido palco de debates e decisões, a cidade era reconhecida nacionalmente. Como um palco nada estático, a comunidade criou o discurso da resistência, conseguindo assim a

²⁷⁷ COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás – Vila Boa*. V. 1. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999. p. 22.

condição atual de candidata a Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco-ONU.

A cidade histórica não é estática, é dotada de movimento, de interação entre os homens e o patrimônio simbólico (encontrado nas múltiplas memórias, na memória coletiva inerente à história compartilhada pela comunidade). Quando nos referimos aqui ao espaço urbano, caracterizamos não o lugar, mas a paisagem na qual o homem habita e se movimenta. A paisagem urbana, seja ela referente à construção da cidade ou às reconstruções que nela ocorrem, significa “o conjunto de formas” que, em cada período do tempo, representa resultados diversos das relações entre os homens e a natureza. Com base nisso, entendemos que a categoria “espaço” deve ser vislumbrada aqui como o lugar em que as formas ganham significado, à medida que o homem interage com elas. Em função disso, a cidade histórica não pode ser somente a “cidade passado”, pois é o local da memória, em constante diálogo e contraste com os homens que do cotidiano dela participam. Se a paisagem é assim considerada, ela pode ser vista como o conjunto das edificações da cidade que, em contato com os sujeitos sociais, constróem um “sistema de valores”, em constante transformação.²⁷⁸ No caso da cidade de Goiás, como lugar da tradição histórica, esse sistema de valores tende a girar, cada vez mais, em torno das edificações históricas da cidade, sem contanto, deter seu progresso.

Os museus, quando foram criados na cidade, simbolizaram a resposta ao discurso antimudancista, que construiu o discurso da cidade degradada, justamente porque os anseios da comunidade referiam-se à tentativa de não deixar que o espaço urbano se depauperasse. Os museus, abertos à visitaçõ

pública, passaram a fazer parte do movimento inerente ao espaço urbano, e a paisagem neles contemplada, mesmo estática, ganhava vida à medida que estava em contato com as pessoas. Naquele momento, para a comunidade da cidade de Goiás, essa foi a resposta necessária, mas ainda é preciso repensar o papel dos museus. Se o espaço urbano deve ser assim entendido, os museus, por sua vez, deveriam carregar-se desse mesmo sentido, o que não ocorria até períodos mais recentes, quando o museu, como ambiente de se pensar a história, acabava por referir-se somente aos objetos e acontecimentos do passado. Com todo seu caráter tradicional, o museu foi, para a revitalização do espaço da cidade de Goiás, um veículo importante, já que emitia uma resposta de reconhecimento da tradição histórica local.

Nessa dialética do espaço urbano (assim denominado devido ao movimento de “decadência” causado pelo fim do ciclo aurífero, bem como devido à sua reconstrução pelo viés de sede política de Goiás e, ainda, pela “degradação” da cidade, vivida com a transferência da capital, seguida, tempos depois, da reinserção da mesma nas discussões nacionais por meio do reconhecimento de seu patrimônio histórico-cultural, por parte do Sphan), a cidade de Goiás representou um ambiente cujas experiências políticas provocaram, ao mesmo tempo, transformações profundas e permanência histórica, permeadas, todavia, pelas recriações da tradição histórica, efetivadas no patrimônio-recurso, já apontado aqui.

Hoje, com um conceito melhor definido, e de consciência da necessidade de preservação da história através do bem público – particular, cultural, móvel e imóvel – a comunidade abraça a idéia e supera as notícias

²⁷⁸ SANTOS. *op. cit.*, p.83.

nacionais em relação a Goiânia. Atualmente, a antiga e velha Vila Boa representa um dos centros de importância histórica no mundo e emerge das discussões mais recentes acerca das necessidades de preservação de nossas raízes culturais. Neles, temos a arte, a arquitetura e a história, a paisagem e os sítios arqueológicos. Deve-se ter em mente, que o percurso para tal originou-se da angústia do segundo vazio e da construção de um discurso de preservação extremamente contraditório, no qual o patrimônio cultural da cidade era sua vida cotidiana. Como parte do cotidiano, entraram os prédios, as ruas, a arte, as igrejas. Neles, refletiram-se o trabalho, a educação e o movimento urbano. O patrimônio hoje é, portanto, uma idéia burilada de exaltação das raízes culturais.

Conclusão

Como meio urbano que emergiu a partir da extração de metais e pedras preciosas à época da colonização portuguesa no Brasil, a cidade de Goiás tornou-se um símbolo do centro urbano político tradicional. No decorrer de sua história, foi regida por dois aspectos: a exploração do ouro e a presença da igreja. A antiga Vila Boa representava parte do cotidiano da colônia. Seus prédios, e, sua malha urbana, edificados com base nas premissas colonizadoras portuguesas, acabaram por absorver alguns de seus elementos, vistos sobretudo no estilo das casas, construídas às meias paredes, com suas fachadas ligadas diretamente com as ruas. No interior dela, as conversadeiras revelam, hoje, as práticas da época.

O ambiente urbano do período colonial foi permeado pela construção do que, no século XX, passou a ser denominado de patrimônio histórico e cultural da cidade de Goiás. Foram várias as edificações que se constituíram no século XVIII, e que compõem o atual acervo histórico tombado pelo órgão protetor do patrimônio nacional, hoje, o Iphan. Dentre eles, temos a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja da Matriz, o Palácio Conde dos Arcos, o que demonstra o caráter tradicional da cidade, revelando o aspecto colonizador do período em que o referido espaço urbano se edificou. Vimos que a chamada decadência aurífera do século XIX não abalou as construções de novos prédios na antiga Vila Boa. Como tantas outras da época, a cidade de Goiás mesclava hábitos do campo com os do ambiente urbano. No entanto, na leitura daqueles que chegavam de fora, viajantes europeus ou administradores, Vila Boa era a representação da distância,

não somente a geográfica, em relação aos litorais, mas da aparência saudável, do vigor e da energia. Administradores do século XIX construíram a imagem da cidade a partir da baixada, do ar, pouco fluídico, da água pouco salubre. A capitania de Goiás constituía-se numa das mais extensas do Brasil, porém, era a menos povoada. Dessa forma, formou-se parte da imagem negativa acerca do ambiente urbano da antiga capital goiana.

Em contrapartida, a cidade de Goiás possuía normas disciplinadoras, leis responsáveis pela saúde da comunidade, referentes às casas e ao comércio. A preocupação com o ambiente urbano, observada nas posturas da cidade, revelam a interação das pessoas com a paisagem urbana. Assim, podemos afirmar que, apesar da mesclagem entre hábitos do campo com hábitos rurais, o espaço da cidade desenvolvia-se de forma peculiar em relação à modernidade de centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, as transformações nas perspectivas urbanas do século XIX, e também do XX, indicaram que a cidade, para respirar progresso, necessitava de mais movimento, de maior demanda populacional. À medida que esse referencial de desenvolvimento emergia, fortificava-se o sentido que uma cidade deveria possuir, o que ela deveria conter e o que o espaço urbano precisava abrigar. As pequenas e estreitas ruas da cidade colonial precisavam dar lugar às avenidas largas e de rápido fluxo. No caso da cidade de Goiás, não se pleitearam transformações direcionadas para esse tipo de reforma urbana. Na verdade, como não se constituía num ponto de chegada de imigrantes, nem possuía atrativos que impulsionassem o aumento populacional, não havia motivos para que se repetisse o que ocorreu no Rio de Janeiro. Nesse período, em fins do século XIX e início do XX, as cidades coloniais eram um contraponto às cidades que tinham pelito com a

República, na qual o cidadão almejado deveria separar as meias paredes, desconstruir cortiços, disciplinar o cotidiano. Dessa forma, a cidade de Goiás estava fora dos padrões urbanos de modernização estipulados para aquele momento, representado por São Paulo e Rio de Janeiro.

A Revolução de 1930 e as perspectivas políticas que foram suscitadas a partir dela provocaram modificações no cotidiano da antiga capital. Na tentativa de negação das políticas anteriores a 1930, o discurso progressista implantado no Estado de Goiás desejou se solidificar, promovendo mudanças profundas no plano político, e, para tanto, utilizou-se da imagem negativa do atraso, construída sobre a cidade de Goiás. Esses elementos pejorativos, construídos ao longo da história vilaboense, serviram de fundamentação para o discurso que defendia a transferência da capital para uma local mais salubre e amplo, dotado de maiores possibilidades de desenvolvimento, de maiores condições de habitação. Nessa perspectiva, Goiânia, além de ter sido uma cidade construída para se sobrepôr à antiga capital, era também um exemplo de disputa política. Seu traçado, criado para fluir a partir do centro político-administrativo, contrapunha-se ao da antiga Vila Boa, que organizava-se nos arredores das igrejas.

Vimos no primeiro capítulo, que a cidade de Goiás havia passado pelo primeiro vazio causado pelo fim do ciclo aurífero. No entanto, o espaço urbano resistiu e se consolidou como representante política da região goiana, tendo assim permanecido até a década de 1930.

O projeto de construção de uma nova capital no Estado de Goiás veio à tona como forma de apagar as oposições políticas anteriores à Revolução de 1930, tendo – a jovem cidade –, se tornado um exemplo de planejamento da vida do cidadão, já que a cidade planejada representava o molde, previamente

estipulado, de um espaço a ser ocupado depois pelo homem. No caso da cidade de Goiás, as relações pouco pacíficas no plano político, entre grupos mudancistas e antimudancistas, geraram o discurso da resistência que, por sua vez, ajudaram a construir o discurso da cidade degradada. Com base nesse discurso do abandono, as reações da comunidade na antiga capital, presentes nos depoimentos dos moradores, foram de mágoa, e, os sentimentos tinham variada gama: morte, dor, traição.

Em relação a Goiânia, os olhares de quem permaneceu na cidade de Goiás, eram de estranheza do novo traçado urbano e da disposição das casas, de cidade mundana, por não se ter constituído a partir de uma igreja. Como forma de resistência à edificação desse novo espaço de poder, a comunidade antimudancista, já na década de 1940, rogou ao governo federal que o órgão protetor do patrimônio histórico e artístico do Brasil reconhecesse a cidade de Goiás como monumento nacional. Essa atitude tornou-se um marco na vida dos vilaboenses, que passaram a entender que a tradição político-cultural poderia fazê-la emergir novamente no plano das discussões nacionais.

Iniciou-se, na década de 1940, o discurso da preservação da cidade, dos bens históricos, dos prédios urbanos. Entretanto, o conceito de preservação que se constituiu à época confundia-se com conservação, reforma; em poucas palavras: confundia-se com restauração. Estava claro que a revitalização da cidade de Goiás deveria ocorrer por meio da injeção de suporte financeiro, para, dessa forma, removimentar os prédios abandonados, para fazer ressurgir a economia urbana, paralisada por causa da transferência. Os anseios de preservação e reconhecimento da história local foram respondidos na década de

1950, quando os primeiros tombamentos pareciam dar início à primeira etapa contra o segundo vazio da cidade de Goiás.

A transferência da capital goiana se deu justamente quando as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo já haviam se tornado referencial de modernidade urbana, sobretudo em função de sua demanda populacional. Modernizá-las era ao mesmo tempo desenvolvê-las e apagar o passado que passou a ser considerado pacato. Nesse contexto, a cidade de Goiás apareceu no discurso da década de 1930 como uma capital pouco progressista, contrária aos anseios nacionais de desenvolvimento. Mas a construção de Goiânia foi, além disso, a maior representação da interferência política num ambiente urbano. Na condição de cidade planejada, a nova capital foi moldada, previamente, para ser um centro político, para direcionar a vida cotidiana de seus cidadãos, a partir do setor político-administrativo. O espaço a ser ocupado pelo homem era previamente estipulado, traduzindo a interferência política a qual nos referimos anteriormente.

Por outro lado, para resistir ao segundo vazio, a cidade de Goiás precisava utilizar-se exatamente daquilo que o discurso mudancista descartava: o passado colonial. Utilizando-se da leitura positiva da imagem da cidade de Goiás, os antimudancistas conseguiram, por meio de alguns jornais locais, formular o discurso da cidade degradada, e justificar sua preservação, uma vez que a antiga Vila Boa constituía-se na raiz cultural do povo de Goiás. O conceito de preservação, entretanto, ainda era contraditório, e não constituía uma luta em prol da proteção e restauração do patrimônio histórico e cultural da cidade. O desejo dos moradores era removimentar o espaço urbano, reformar os prédios vilaboenses, revitalizar o ambiente vazio.

Nesse caso, a cidade de Goiás tornou-se histórica por três motivos. Primeiro, porque a transferência da capital para Goiânia remeteu-a ao conceito de representante do passado. Segundo, pela resistência dos grupos oposicionistas e antimudancistas, que, juntamente com grande parte da comunidade, acreditavam na revitalização da cidade por meio do reconhecimento da cidade enquanto referencial da tradição político-cultural goiana. Terceiro, em função dos primeiros tombamentos que ocorreram na cidade, na década de 1950. Nesse caso, o conceito de patrimônio histórico e cultural da comunidade vilaboense diferia-se do conceito institucional, visto que patrimônio, para eles, era todo espaço da cidade. Constituíam-se, como parte da riqueza da cidade, as reformas urbanas, a removimentação dos locais de sociabilidade, como praças e prédios públicos. A preservação pleiteada referia-se não apenas aos prédios, mas também à vida na cidade de forma geral. O patrimônio urbano, assim, era político, porque refletia a história da tradição política local, e, era também cultural, pois reverenciava a antiga Vila Boa como referencial de intelectualidade. Seu patrimônio histórico e cultural, estava no conjunto urbano, nas ruas, no comércio, nos prédios públicos, nas igrejas, sem distinção do tempo histórico no qual foram construídos.

A cidade que se pretendia histórica emergiu então de um discurso antimudancista, de resistência ao segundo vazio causado pela transferência, ao passo que a cidade moderna se solidificou na memória das pessoas como tal, em função do discurso político que dizia lutar contra o atraso. O significado disso é que Goiânia se efetivou na memória das pessoas como moderna porque a cidade de Goiás foi enfatizada como espaço do atraso e da falta de estrutura urbana. Ambas porém, se utilizaram da mesma história da cidade de Goiás, cada qual com uma leitura (uma positiva e, outra negativa), proporcionando duas

interpretação sobre um mesmo espaço urbano. Na construção positiva dessa imagem, a trajetória de construção das paisagens do espaço urbano da antiga capital foi exaltada. Nessa trajetória, o espaço foi reverenciado, visto como esteio intelectual do Estado de Goiás. A construção dessa imagem só foi possível em função da formulação da imagem negativa, e assim, vice-versa. A história da antiga Vila Boa passou, então, por duas interpretações, conduzindo a duas disputas ideológicas, a do grupo mudancista e do antimudancista. No caso do segundo, temos o fio condutor para a exaltação do patrimônio urbano.

Na verdade, a criação e recriação da tradição político-cultural tornou-se parte importante nesse processo de reconhecimento histórico, pois a revitalização urbana ocorreria somente por meio da exaltação dessa histórica local. A formulação do ideal de cidade histórica para a comunidade vilaboense havia se tornado uma forma de resistência, na qual o movimento e o reconhecimento da cidade de Goiás, enquanto raiz cultural regional, conduziram-na a uma situação de poder em relação a Goiânia, uma vez que a cidade moderna ainda estava por construir sua memória.

No caso do último motivo que conduziu à solidificação da cidade histórica, entram as questões institucionais, ao passo que os conceitos de preservação e patrimônio histórico e cultural ganham um novo sentido. Por meio da interpretação do órgão protetor do patrimônio à época, o Sphan, era importante preservar os prédios históricos, considerados memória do passado colonial, para evitar problemas como os ocorridos no Rio de Janeiro ou em São Paulo: de destruição do velho para edificar o novo. A partir dessa interpretação de preservação e patrimônio, são sugeridas as criações dos museus, como forma de

informar e manter viva a memória do lugar.²⁷⁹ Nesse ponto, as duas representações acerca dos conceitos se cruzam. Os museus, para a comunidade, vão, mesmo como depositários de “coisas velhas”, abrir as portas da cidade para um outro canal de sobrevivência, o de cidade histórica. Nesse aspecto, interpenetram-se duas perspectivas de conservação, na qual o ideal comum é de sobrevivência do espaço urbano.

Nessa lógica, a segunda fase de atuação do Iphan (Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional) se deu em 1978 e representou os interesses do órgão à época. O processo de transição – de cidade degradada para a cidade histórica – começava a se efetivar. Nesse momento, não foram priorizados os prédios isolados, mas os conjuntos arquitetônicos, demonstrando a ampliação do conceito de patrimônio histórico, uma vez que este não está necessariamente depositado em uma só edificação do passado colonial, mas em toda a malha urbana na qual tais edificações estão erguidas. Ao mesmo tempo, abriram-se as possibilidades da cidade de Goiás que, a partir daí, esteve de fato caminhando para a transição, de representante política para cidade histórica.

Assim, a cidade histórica, no caso da cidade de Goiás, é um espaço em constante movimento, repleto de memória, de história, às vezes colonial, às vezes mais recente, como a da resistência e da luta pela preservação.²⁸⁰ A cidade histórica constitui-se, portanto, num ambiente que mescla passado histórico colonial com as contradições inerentes às relações sociais entre os homens.

²⁷⁹ Ver em anexo, figura 10. Imagem do Palácio do Governo, atualmente aberto à visitação pública.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS:

REGISTROS de batismo do Curato de Sant'Anna. Arquivo Geral da Cúria

Diocesana de Goiás. cidade de Goiás.

Livro n.º 21. 1924-31.

Livro n.º 22. 1931-9.

Livro n.º 23. 1939-48.

Livro n.º 25. 1945-50.

JORNAIS:

TEIXEIRA, Celso Hermínio (diretor). *Correio Oficial*. Goiânia, 08 jan 1937. Secção de Informação, Propaganda e Educação Sanitária (IPES). n.º 3.359, anno LXXXI.

TEIXEIRA, Celso Hermínio (diretor). A nova capital do Estado já é um centro de civilização. *Correio Oficial*. Goiânia, 9 jan.1937.

TEIXEIRA, Celso Hermínio (diretor). O Progresso. *Correio Oficial*. Goiânia, 19 jan 1937. Goiaz. N.º 3.366, anno LXXXI.

TEIXEIRA, Celso Hermínio (diretor). A Posse do Dr. Pedro Ludovico Teixeira no cargo de Governador Constitucional do Estado. *Correio Oficial*. Goiás, 24 abr. 1935 n.º 2.994, anno LXXIX.

²⁸⁰ No atual momento, a cidade de Goiás está como candidata ao patrimônio histórico da humanidade. Ver *Dossier do Patrimônio da cidade de Goiás*. Brasília: Iphan, 1999.

BRANDÃO, Austriclino. A Nova Tribu do Goiatacazes – o que já fez um novo Anhanguera em benefício das tabas de Goiaz. *Correio Oficial*. Goiânia, 29 jan 1937. n.º 3.375, anno LXXXI.

CORREIO Oficial Em prol da velha cidade de Goiaz. Goiânia, 04 fev 1937. n.º 3.380, anno LXXXI.

CORREIO Oficial. Goiaz, cidade tradicional. Goiânia, 24 fev 1937. n.º 3.392, anno LXXXI.

PÓVOA, Paulo E. Cidade Sonhadora. *Cidade de Goia.*, Goiás, 19 jan.1941, p. 03. n.º 110, anno III.

PEREIRA, Guilherme Velasco. Tempos Modernos. *Cidade de Goiaz*, Goiás, 19 jan. 1941, n.º 110, anno III, p. 2.

COUTO, Goiás do (diretor). Precipitações Injustificáveis. *Cidade de Goiaz.*. Goiás, 09 fev 1941. n.º113, anno III

CURADO, S. Fleury. Atualidades. *Cidade de Goiaz*, Goiás, 16 fev.1941. n.º 114, ano III.

RAPOSO, BemHur. Colônias agrícolas. *Cidade de Goiaz*. Goiás,16 mar 1941. n.º 118, ano III.

RAPOSO, Bem Hur. realizações do estado Novo em defesa dos Trabalhadores Rurais. *Cidade de Goiaz*, Goiás, 30 mar 1941. n.º 120, ano 3.

PÓVOA, Paulo Emílio. O Dia do Trabalho. *Cidade de Goiaz*, Goiás, 11 mai 1941. n.º 126, ano 3.

CIDADE de Goiaz. A produção de Goiás comparada à de outros estados. Goiás, 11 mai 1941. n.º 126, ano 3.

CIDADE de Goiaz., Renovação. Goiás, 19 jul 1942. n.º 186, ano 5.

CIDADE de Goiaz. Lama no Largo do Chafariz. Goiás, 28 jul 1942. n.º 187, ano 5.

- CIDADE de Goiaz* Pela Grandeza de Goiás. Goiás, 17 jan 1942. n.º 161, ano 4.
- CIDADE de Goiaz*, Problemas Municipais. Goiás, 28 jul 1942. n.º 187, ano 5.
- CIDADE de Goiaz*. A Cobra está com Sede. Goiás, 02 set 1945. n.º 285, ano 8.
- COSTA, Castro. O Destino Econômico do Brasil Central. *Cidade de Goiaz*, Goiás, 02 set 1945. n.º 285, ano 8.
- AZEVEDO, Alarico Velasco. Um Patrimônio Abandonado. *Cidade de Goiaz*. Goiás, 09 nov 1947. n.º 362, s.d.
- COUTO, Goiás do (redator). S.T. *Cidade de Goiaz*. Goiás, 29 fev 1948. n.º 361, ano 10.
- COUTO, Goiás do (redator). Jornais de Goiânia levam 12 dias para chegar a Goiás. *Cidade de Goiaz*. Goiás, 29 fev 1948. n.º 377, ano 10.
- CAIADO, Brasil Ramos. Energia Elétrica em 8 meses, Água e Esgoto este ano – 31 milhões de cruzeiros de auxílio. *Gazeta de Goiás*, Goiás, 28 abr 1957. n.º 05, ano 1.
- VIGGIANO, Pedro. Grande Passo: Brasília. *Gazeta de Goiás*. Goiás, 02 jun 1957. n.º 10, ano 1.
- GAZETA de Goiás*. Rodovia Goiânia/Goiás/Aruanã. Goiás, 02 jun 1957. n.º 10, ano 1.
- GAZETA de Goiás*. Esperança das Promessas. Goiás, 17 nov. 1957, n.º 34, ano 1, p.3
- GAZETA de Goiás*. Inaugurada, embora não terminada, a estrada Go-4 (Goiânia-Goiás). Goiás, 29 dez 1957. n.º 40, ano 1.
- MARQUES, Octo. Brasília e o Progresso de Vila Boa. *Gazeta de Goiás*. Goiás, 16 fev 1958. N.º 47, ano 1.
- FOLHA de Goiás*. O Dia em Palácio – Conde dos Arcos é Monumento Histórico.

Goiânia, 26 jul 1961. s/n.º.

O DEMOCRATA. Estradas de automóveis. Goiás, 12 jan 1923. n.º 289, ano VI.

CAIADO, Brasil Ramos (diretor). Governo Realizador. *O Democrata*. Goiás, 02 mar 1929., n.º 597, ano 11.

LAVOURA e Comércio. O Congresso das Prefeituras do Estado de Goiás. Uberaba-MG, 14 de julho 1931, n.º 5.722.

LAVOURA e Comércio. Goiás avança Impávido no Rumo de seus Grandes Destinos. Uberaba, sábado, 01 de Agosto de 1931, n.º 5.738.

LAVOURA e Comércio. Casa da Capital Goiana. Uberaba, sexta-feira, 05 de outubro de 1934, n.º 6.725.

VELASCOS, Domingos. A Bacanal Goiana. *Jornal Lavoura e Comércio*. Uberaba-MG, segunda-feira, 27 de agosto de 1934, n.º 6691.

VELASCOS, Domingos Gomes de. As Ideologias do Governador Goiano. *Lavoura e Comércio*. Uberaba, 24 mai 1935. n.º 6917.

LAVOURA e Comércio. Discursos do Governador Goiano. Uberaba, quarta-feira, 08 mai 1935. n.º 6.903

LAVOURA e Comércio. Que Doloroso Ambiente de Ditadura Criou no Estado de Goiás. Uberaba, 24 de abril de 1935. N.º 6892.

LAVOURA e Comércio. O Senhor Pedro Ludovico - Nomeado Interventor em Goiás. Uberaba, quarta-feira, 24 de novembro de 1937, n.º 7.695.

LAVOURA e Comércio. O Batismo Cultural de Goiânia Planta no Coração do Brasil o Marco Linear da Marcha para o Oeste. Uberaba, segunda-feira, 06 de julho de 1942. s. n.º.

LAVOURA e Comércio. O Congresso das Prefeituras do estado de Goiás. Uberaba, 14/jul/1931. n.º 5.722.

LAVOURA e Comércio. S.T., Uberaba, 01 ago 1931. n.º 5.738

LAVOURA e Comércio. O Interventor Goiano faz declarações. Uberaba, 12 sab 1931. n.º 5.773.

LAVOURA e Comércio. Os festejos da Revolução em Goiás. Uberaba, 9 nov 1931. n.º 5.822.

LAVOURA e Comércio. O nascimento de uma grande cidade no coração do Brasil. Uberaba, 09 jul 1935. n.º 6.956.

*VELASCOS, Domingos N. de. As Ideologias do governador goiano. *lavoura e Comércio*, Uberaba, 24 mai 1935. n.º 6.917.*

*VELASCOS, Domingos N. de. Discurso do Governador Goiano, especial para o Lavoura Comércio por Domingos Neto Velasco, Dep. Federal. *Lavoura e Comércio*. Uberaba, 08 mai 1935. n.º 6.903.*

LAVOURA e Comércio. S.T., Uberaba, 24 abr 1935. n.º 6.892.

LAVOURA e Comércio. Política de Goiás. Uberaba, 14 set 1934. n.º 6.707.

LAVOURA e Comércio. S.T., Uberaba, 01out 1934. n.º 6.721.

LAVOURA e Comércio Artas da capital goiana, o Pedromínio das chalaças. Uberaba, 05 out 1934. n.º 6.725.

*VELASCO, D. N. de. A bacanal goiana. *Lavoura e Comércio* Uberaba/MG, 24 ago 1934. n.º 6.691.*

LAVOURA e Comércio, S.T., Uberaba, 06/jul/1942. S.N.º.

LAVOURA e Comércio. A marcha para o Oeste. Uberaba, 06/jul/1942. S.N.º

LAVOURA e Comércio. O Batismo simbólico de Goiânia. Uberaba, 06 jul 1942. S.N.º

LAVOURA e Comércio. Goiás avança impávido e sereno no rumo de seus grandes destinos. Uberaba, 01 ago 1931. S.N.º

Lavoura e comércio e a Inauguração de Goiânia. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 06 jul 1942. S.N.º

A *COLLIGAÇÃO*. O aniversário de Vila Boa – brilhante discurso proferido no Gabinete Literário, pelo Dr. Osvaldo Sócrates do Nascimento. Goiás/GO1935, S.N.º, p. 7 (catalogado no Arquivo histórico e geográfico de Goiás, em Goiânia, numa pasta referente aos números 32, 34, 35, 38, 43, 45, 47, 48 49, nos meses 06 ao 12)

A *Colligação*. Mito da Degradação. Goiás, 1935, s.n.º, p. 03

A *COLLIGAÇÃO*, s.t., Goiás, 1935. s/n.º

ALADIN. Fazendo Cidades A *Colligação*. Goiás, 1935. s/n.º

A *COLLIGAÇÃO*. s.t., Goiás, 1935. s.n.º

A *COLLIGAÇÃO*. Contra a Destruição de Villa Boa. Goiás, 1935. s.n.º, p. 03

A *COLLIGAÇÃO*. Até onde Goyaz Chegou. Goiás, 29/set/1935. N.º 41, anno II.

ROCHA, Hélio. Os Tempos da Mudança da Capital. *O Popular*. Goiânia, 17/08/1979. S.N.º

BERINGS, Paulo (editor). O Percurso Histórico do `Bandeirante. *O Popular* – Goiânia, 04 Out 1987. S.N.º. Caderno 2.

O *DEMOCRATA*. A Zona dos Cangaceiros. Goiás, 06 abr 1923. n.º 300, anno VI.

O *DEMOCRATA*. s.t., Goiás, 07 set 1923. n.º 322, anno VII.

CABRAL, Ciro Egberto. Cristo ou Hitler. *Cidade de Goiaz*, Goiás, 22 fev 1942.n.º 167, ano 4.

DEPOIMENTO concedido por Jaime Câmara, em entrevista realizada pelo Jornal *Opção*. Publicada na reportagem: *Um Golpe Político de Pedro Ludovico*. Jornal *Opção*. Goiânia, 20-6 de outubro de 1991. n.º 850.

DEPOIMENTO concedido por Pedro Ludovico, obtido por Aspásia Alcântara

Camargo, em entrevista feita em maio de 1976. Publicada no *Jornal Diário da Manhã*. Goiânia-GO, 24 de outubro de 1983, □Goiânia 50 anos□.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS E DATILOGRAFADAS

GOIÁS. decreto n.º 826. 16 fev 1949. Aprova a Regulamento Geral dos Serviços de Água, Esgotos, Águas Pluviais e Pavimentação da Cidade de Goiânia. Goiânia, Imprensa Oficial do Estado de Goiás, 1949.

GOIÁS. decreto n.º 5.848. 4 mar. 1949. Dos Serviços de Água. *Diário Oficial*, anno 112.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE, A Posse do Dr. Pedro Ludovico Teixeira no Cargo de Governador Constitucional do Estado. *Correio Oficial*. Goyaz-Capital, quarta-feira, 24 abr. 1935. n.º 2.994.

RELATÓRIO de Governo de Pedro Ludovico Teixeira – 1930-33, Goiás-GO.

RELATÓRIO de Governo de Venerando de Freitas Borges – Prefeitura Municipal de Goiânia, Goiânia-GO, 1940.

GOIÁS. decreto n.º 4.952. Ante-projecto da Constituição do Estado elaborado pela Comissão nomeada pelo Decreto de 05 set. 1934. *Correio Oficial* do Estado de Goiás. Goiás, capital, n.º 2.931. 28 jan. 1935. anno LXXIX.

GOIÁS. Ata da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. “Acta da décima nona sessão ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de Goyaz, na oitava legislativa.” Presidência do Im. Annulpho Caiado. Goiás, 1919.

Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Goiás (aproximadamente última década do século XIX). Goiás. Arquivo Histórico e Geográfico do Estado de

Goiás, caixa 11, catálogo 2, Goiânia.

GOIÁS. Lei n.º 658 da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Autorizando o Presidente do estado a subvencionar as linhas de automóveis estabelecidos por particulares ou empregos. Goiás, 30 jul 1920.

GOIÁS. Projeto de lei n.º 4, de 28 de maio 1920. Congresso Legislativo do Estado de Goiás. Câmara dos Deputados de Goiás.

GOIÁS. Projeto de lei n.º 12, de 07 de julho 1920. A Segunda comissão submete à aprovação do Senado a redação final do projecto n. 12, conforme o vencido em terceira discussão.

ASSEMBLÉIA Legislativa, Secretaria do Senado do Estado de Goyaz. n.º 20, Goiás, 17 jul. 1927.

ASSEMBLÉIA legislativa. Carta à Câmara dos Deputados, por L. Caiado. N.º 51, Goiás, 29 jul 1927.

RELATÓRIOS dos trabalhos legislativos da terceira sessão da décima legislatura do Congresso Legislativo do estado de Goyaz. Apresentado pelo Congresso ao Sr. Presidente do Congresso – pelo Senador Joaquim Rufino Ramos Jubé, Goiás, 31 jul. 1927.

AO CONGRESSO do Estado de Goiás. Empresa de Autoviação Roncador – Anapolis-Inhumas – Ferreira, Jayme e Comp. Goiás, 09 jul. 1927.

RELATÓRIOS de Governo de Pedro Ludovico Teixeira – 1930-39, Goiânia.

RESOLUÇÃO n.º 158: Aprovação de Posturas – Câmara Municipal. Goiás, 31 jul 1879.

CÓDIGO de Posturas Municipais da capital de Goyaz. Lei n.º 548, de 11/out/1924
In: *O Democrata*. Goiás, 07 nov. 1924. n.º 381, anno VIII.

PORTARIA N.º 1, 15 jan. 1944. Diário oficial, 19 sessão p. 962, Ministério do

Trabalho Indústria e Comércio. Departamento de Administração. Serviço de Comunicações. N.º 162, 150, p. 10

Diário Oficial, seção 1, 19 jan. 1944, p. 969.

Diário Oficial, seção 1, p.1452, 27 jan. 1944. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento de Administração, Serviços e Comunicações. Exposição de Motivos: N.G./173, de 27 dez. 1943.

Diário Oficial, seção 25 capital federal, 30 jan. 1947.

Diário Oficial, seção 1 n.º 9, capital federal, 12 jan. 1944.

Diário Oficial, seção 1 28 jul. 1956, p.12.571.

Diário Oficial, seção 1 p.12,414, 16 jun. 1956. Governo JK, Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Altos, Congresso e Conferências Internacionais.

OFÍCIO n. 189/84, Fundação Nacional *pró*Memória, Enviado ao Presidente da Suplan em Goiânia. Brasília, 05 jul. 1984.

GOIÂNIA, Palácio do Governo e Grande Hotel. Pesquisa Datilografada. Fonte: *Correio Oficial* (1933/35/37). Como Nasceu Goiânia – 1938.

FONTES ORAIS:

Entrevista com A. C. de P. Goiás, jan. 1998.

Entrevista com I.J.C., Goiânia, 13 jan.1998.

Entrevista com C.C.A., Goiânia, 13 jan.1998.

Entrevista com B.N.J. Goiás, jan. 1998.

- Entrevista com seu L. Goiás, jan. 1998.
- Entrevista com G.C., Goiás, 06 fev.1998.
- Entrevista com A.A., Goiás, 06 fev. 1998.
- Entrevista com S. O. Goiás, mai. 1998.
- Entrevista com V. E. S. Goiás, jan. 1998.
- Entrevista com A.C.P. Goiás, jan. 1998.
- Entrevista com seu J. Goiás mai.199
- Entrevista com N. A. F. Goiás, jul. 1999.
- Entrevista com I. B. da S. F. Goiás, jul. 1999.
- Entrevista com seu Z. (seu J.). Goiás, jul. 1999.
- Entrevista com dona O. A. Goiás, jul. 1999.
- Entrevista com L.L.C. Goiás, jul. 1999.
- Entrevista com D.C.de C. Goiás, jul. 1999.
- Entrevista com L.M.L. Goiás jul. 1999.
- Entrevista com A.R.C. Goiás mai. 1999.

BIBLIOGRAFIA:

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAES, Fernando A. (dir.), e SOUSA, Lura de Melo e (org.), *História da Vida Privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALAMBERT, Francisco. *A semana de 22*. Rio de Janeiro: Scipione, 1992.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios –transgressão e transigência na*

- sociedade urbana colonial. 2^a ed – Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: biblioteca carioca, 1993.
- BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: *Obras escolhidas III*, São Paulo: Brasiliense.
- _____. O Narrador. In: *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- BORGES, Humberto Crispin. *Retrato da academia goiana de letras*. Goiânia: Oriente, 1997.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Históriografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BOSI, Ecléia. *Memória e ociedade - lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.
- BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CABRAL, José Irineu. Notas Sobre a Mudança da Capital e sua Recuperação econômico-social no Planalto Goiano. In: *Goiás, uma nova fronteira humana*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1990.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: O Popular, 1979.
- CAMARGO, Aspásia (org.). *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.
- CAMPOS, Itami. *Saúde pública: A medicina e a política*. Goiânia: UFG, 1994 (mimeogra.).
- CAPELATO, Maria Helena Rolim, Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados - O Rio de Janeiro e a República*

- que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- CAMPOS, Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: CEGRAF, 1982.
- CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf, 1989.
- _____. *Caminhos de Goiás - da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG/UCG, 1997
- CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás – Vila Boa*. v. 1, Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999
- D'ALINCOURT, Luis. *Memória sobre a viagem do porto de santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: USP, 1975.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, vol 4.
- DBURY, Malcolin e Mc FARLANE (org.). *Modernismo: guia geral 1890-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- DOSSE, François. *História em migalhas*. Campinas: Ed Unicamp/SP, (Ensaio) 1992.
- DROZ, Bernard, ROWLEY, Antony. *História do Século XX*. Ed. Don Quixote, 1988.
- ESTEVAM, Luís. *O Tempo da transformação – estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*, Goiânia: Editora do Autor, 1998.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____(org.). *O Brasil republicano*. In: HGCB, São Paulo: Difel 1982.
- FINAGEIV, Belmira. *Carta à cidade de Goiás*. Brasília: Fundação PróMemória, 1883
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FRANÇA, Basileu Toledo. *Velhas escolas*. Goiânia: UFG, 1998.
- GASPARINI, Savino. *Palestras de higiene na Rádio Tupi*. Rio de Janeiro: Indústria Tipográfica Italiana, 1940.

- GIORDANI, Mário Curtis. *História do mundo feudal*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: vértice, 1988.
- GOMES, Horieste. *Geografia sócio-econômica de Goiás*. Goiânia: ed. Brasil Central, 1969.
- GRAEFF, Edgar Albuquerque. *1983 – Goiânia: 50 anos*. Goiânia: UCG, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva e o espaço. In: *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.
- HARQUEL, Jean-Louis, SALGADO, Ivone (trad.). *História do urbanismo*: Campinas: Papirus, 1990.
- HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA (org.), Carlos Alberto Messeder: *A invenção de Brasil moderno - medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HUTTER, Lucy Maffei. A cidade de São Paulo – séculos XIX/XX. In: *Cidades brasileiras – políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Capes/Cofecub, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: ed. UNICAMP, 1992.
- LE MOS, Carlos A. C. A República ensina a morar (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas-SP: Papirus, 1986.
- LEAL, Oscar. Viagem às terras goianas (Brasil Central). Goiânia: Cegraf, 1980.
- LYDA, Massako. *Cem anos de Saúde pública - A cidadania negada*. São Paulo: Unesp. 1993.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do atraso - ensaios de sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil*. Terra de quem? São Paulo, Nobel/Edusp, s/d.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça - médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Unicamp, 1994.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Goiás*.

- Goiânia: Governo de Goiás, 1978.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Cidade: experiências urbanas e a historiografia. In: Cidades brasileiras – políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo: Capes/Cofecub, 1998.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorografia histórica da Província de Goyaz. Goiânia: Governo de Goiás, 1978.
- MEDEIROS, Ana Lígia e HIRST, Mônica (org.). *Bibliografia histórica: 1930-45*. Coleção Temas Brasileiros, Brasília: UNB, 1982.
- MORAES, José Geraldo V. de. Cidade e cultura urbana na Primeira República. São Paulo: atual, 1994.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- PALACIN, Luís. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia Oriente: 1976.
- PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822*. Goiânia, UCG, 1994.
- PEREZ, Léa Freitas. Notas reflexivas sobre a modernidade e a cidade. In: NASCIMENTO, Mara Regina, e TORRESINI, Elizabeth (orgs). *Modernidade e urbanização no Brasil*, Porto Alegre: EDUPUCS, História 24, 1998
- POHL, Johann Emmanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: USP/Itatiaia, 1975.
- RAGO, Margareth, *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890/1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- RAMINELLI, Ronald, Simbolismos do espaço urbano Colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em Tempo de Conquista*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- REIS, João José. *A Morte é uma Festa - ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: CIA das letras, 1991.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim ... inventário da saúde pública*. São Paulo: UNESP, 1993.
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. p. 209-328, In, CHAUL, Nasr F (org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia, Keolps, 1998

- SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia global*. Goiânia: Oriente, 1980.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. São Paulo: USP, 1975.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço – técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- SOUSA, João Gonçalves de. O elemento humano. *In: Goiás – Uma fronteira Humana*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.
- SOUZA, Laura de mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.
- SOUZA, Luis Antônio da Silva e. *O descobrimento da capitania de Goyaz (governo, população e coisas notáveis) – 30 de setembro de 1812*. Goiânia: UFG, 1967.
- SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX*. São Paulo: ANPOCS/ Marco Zero, 1993.
- SUZUKI Jr., Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. *In: VASCONCELOS, Gilberto (org.). HGCB*.
- TELAROLLI Jr., Rodolpho. *Poder e saúde - as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1996.
- VEIGA, José Alencastro. *Goyaz 1908 - Alencastro Veiga, photo Goyaz*. Goiânia: Imobiliary Alencastro Veiga, 1985.
- VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade - estatísticas e fontes orais. *In: MORAES, Marieta de (org.). História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. México: Fondo de Cultura, 1994.
- _____. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Biblioteca pioneira de ciências sociais, 1996.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na ótica brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REVISTAS E PERIÓDICOS

- ARANTES, Antônio Augusto. Repensando os Aspectos Sociais da Sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. *Projeto História*. N. 18, São Paulo: mai/1999
- BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/ São Paulo: Marco Zero/ FAPESP, 1994.
- CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da Capital: uma estratégia de poder. In: *Cadernos do Indur – estudos urbanos e regionais*, n.º 2, Goiânia: nov/1980.
- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. Os métodos de investigação histórica da sociologia comparativa. In: *Revista Varia História*. Belo Horizonte, 17: 51-58, mar/1997.
- DIÊGOLI, Leila Regina. Estado Novo – nova arquitetura em São Paulo. In: *Projeto História*. São Paulo (13) jun/1996.
- DOLES, Dalísia E. Martins & NUNES, Heliane Prudente. Memória da Ocupação de Goiás na Primeira Metade do Século XIX: a visão dos viajantes europeus. In: *Ciências Humanas em revista - História*, (1/2), Goiânia, Cegraf, jan/dez/1992.
- FAUSTO, Bóris. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): Uma revisão. In: *Novos Estudos Cebrap*, (20), São Paulo, 1988.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. As máscaras da cidade. In: *Revista USP* (Dossiê Cidades), São Paulo, 5: 3-10. Março/abril/maio/1990.
- JANSEN, Harry S. J. Wrestling With the Angel: on problems of definicion in urban historiography. *Urban History*, 23(3): 277-299. Cambridge University Press, Dez, 1996.

- JOUTARD, Philippe. La Historia Oral. Revista História, Antropologia y Fuentes Orales. *Poder y Conflicto*, (15: 155-170), s.d.
- KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, (3: 135-148), 1997.
- LIMA, Jorge da Cunha. Fragmentos de um Discurso Urbano. In: *Revista USP* (Dossiê...Cidades), Mar/abr/mai/1990.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Na Trama Urbana: do público, do privado, do íntimo. In: *Projeto História*, São Paulo: (13) jun/1996.
- MATOS, Maria Izilda S., "Entre as Paredes e nas Ruas." In, *A Cidade em Debate*, São Paulo: Olho D'água, abr/1999.
- MARX, Murilo, Olhando por cima e de Frente. *Revista USP*. Dossiê Brasil dos Viajantes. São Paulo, 30:171-181, jun/jul/agos/1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidade brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, 30: 144-155, jun/jul/agos/1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Arte de Pensar o Patrimônio Cultural (Entrevista). In: *Memória*: São Paulo. Eletropaulo, out/91-mar/92, p. 13-19.
- NIETHAMMER, Lutz. Conjunturas da Identidade Coletiva. *Revista Projeto História* (15: 119-171) abril/1997.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a trajetória dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, 10: 07-28, dez/1993.
- PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em história oral. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, 10: 29-40, 1993.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando qprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*. São Paulo, (15: 13-49), abril/1997.
- THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Revista Projeto História* (15: 51-97), abril/1997.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado - História oral*. São Paulo: Paz e terra, p.138-298.
- REVISTA em homenagem à gestão do Arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira no estado de Goiás (1923-1948), Goiânia: Congresso Eucarístico,

1948.

REVISTA *OESTE*, Comemorativa do Cinquentenário da Fundação de Goiânia – 1933-83. Goiânia: UCG, 1983.

ROUANET, Sérgio Paulo. A Cidade Iluminista. In SCHIAVO, Cléia e ZETTEL, Jayme (coord). *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: UERJ/ IPHAN, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. Famílias e Cidades: espaços de sobrevivência e de sociabilidade no século XIX. In: Revista História *Questões e Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, jan/dez, 1997.

TRINDADE, Etelvina. Cidade Moderna e Espaços Femininos. In: *Projeto História*, São Paulo: (13) jun/1996.

BOLETINS E PUBLICAÇÕES DIVERSAS:

FUNDAÇÃO *pró*Memória, *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC/Sphan, 1980.

FOLDERS turísticos da cidade de Goiás.

DISSERTAÇÕES, TESES, PESQUISAS E SEMINÁRIOS:

BERNARDES, Genilda Darc. *Goiânia, cidade Planejada/ cidade Viva*: Discurso e Cultura da modernidade. Brasília: UnB, tese de doutoramento, 1998

BONONO, Mário Roberto. Sob o Impacto do Abandono. In: *Ouro Preto – de relíquia mineira à glória nacional: 1867-1938*, Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade

- de Brasília, 1997, p. 75-121.
- BORBA, Odiones de Fátima, “Cidade de Goiás – formas urbanas e redefinição de usos.” dissertação de mestrados, Goiânia: UFG, Curso de Mestrado em Geografia, 1998.
- BORGES, Barsanufio Gomides, *Goiás: “Modernização” e Crise – 1920-1960*, Tese de Doutorado, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1994
- CAMPOS, Francisco Itami, *Questão Agrária: Bases Nacionais da Política Goiana (1930-1964)*, Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1985.
- COELHO, Gustavo Neiva, *A Formação do Espaço Urbano nas Vilas do Ouro – o caso de Vila Boa*, Dissertação de Mestrado, Goiânia: Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, 1997.
- DOLES, Dalísia Elizabeth Martins (coord), *Interpretação Histórica e Econômica de Goiás e Posicionamento do setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região*, Goiânia: Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, 1979.
- MACIEL, Dulce Portilho, *Goiânia (1933-1963): Estado e Capital na Produção da Cidade*, Vol. I, II, III, Niterói: Tese de Doutorado, Departamento de História da universidade Federal Fluminense, 1996.
- NUNES, Heliane Prudente, *A Era Rodoviária em Goiás: Impactos na Estrutura Rural e Urbana 1930-1961*, Goiânia: Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, 1984.
- RABELO, Danilo, *Os Excessos do Corpo: A normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889*, Goiânia: Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade federal de Goiás, 1997.